

Número: 105/2009



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

ANA MARIA VIEIRA FERNANDES

**A mercantilização da natureza e as novas territorialidades nos distritos de Sousas
e Joaquim Egídio (Campinas-SP)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Geografia, Análise Ambiental e Dinâmica
Territorial.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Célia Bega dos Santos

**CAMPINAS – SÃO PAULO
Agosto – 2009**

**Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca
do Instituto de Geociências/UNICAMP**

F391m Fernandes, Ana Maria Vieira.
A mercantilização da natureza e as novas territorialidades nos distritos de Sousas e Joaquim Egidio (Campinas-SP / Ana Maria Vieira Fernandes-- Campinas,SP.: [s.n.], 2009.

Orientador: Regina Célia Bega dos Santos.

**Dissertação (mestrado) Universidade Estadual
de Campinas, Instituto de Geociências.**

1. Natureza. 2. Territorialidade. 3. Segregação. I. Santos, Regina Célia Bega dos. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Título em inglês The commodification of nature and new territorialities in the districts of Sousas an Joaquim Egidio (Campinas-SP).

Keywords: - Nature;

- Territorialities;

- Segregation.

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em geografia.

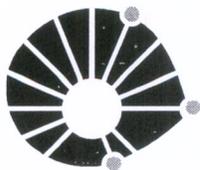
Banca examinadora: - Regina Célia Bega dos Santos;

- Maria Tereza Duarte Paes;

- Ana Maria Marangoni

Data da defesa: 28/08/2009

Programa de Pós-graduação em Geografia.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

AUTORA: Ana Maria Vieira Fernandes

“A Mercantilização da Natureza e as Novas Territorialidades nos Distritos de
Sousas e Joaquim Egidio – Campinas/SP”

ORIENTADOR: Profa. Dra. Regina Célia Bega dos Santos

Aprovada em: 28/08/2009

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Regina Célia Bega dos Santos
Presidente

Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes

Profa. Dra. Ana Maria Marques Camargo Marangoni

Campinas, 26 de agosto de 2009.

Dedico esse trabalho aos meus pais, fonte permanente de minha inspiração.

EPÍGRAFE

“A terra passou para as mãos dos especuladores com a facilidade com que um rio corre para o mar, com a diferença que a terra não evapora das mãos imobiliárias e não chove de volta [...]; antes, fica aprisionada entre muros altíssimos, indevassável à própria vista, impenetrável à passagem, atentando contra a liberdade”.

Maria Cláudia França

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por estar aqui neste momento.

Aos meus pais, que sempre me apóiam e me incentivam a continuar nessa longa caminhada. Agradeço o amor, o carinho e a sabedoria que foram e são essenciais para que eu cumpra mais esse ciclo. Palavras não são suficientes para demonstrar minha gratidão e meu amor.

Às minhas queridas irmãs e amigas, Rita e Paula, exemplos de amor, garra e sucesso. Obrigada por sempre acreditarem em mim e me incentivarem nos momentos mais difíceis, me proporcionando o conforto que eu precisava ter.

Ao meu namorado, companheiro e melhor amigo, Marcelo, pelo imenso amor, paciência e pelas inúmeras conversas, sorrisos, lágrimas, dúvidas, crises e ideias compartilhadas.

Ao meu cunhado, Paulo, que participou deste momento da minha vida me levando a congressos, concursos, me incentivando a continuar o meu trabalho.

Aos meus tios e tias, que se orgulham de mim e, por isso, me motivam nessa empreitada. Obrigada pela grande torcida de sempre.

Aos meus queridos amigos e irmãos da vida inteira, que sempre fizeram parte dessa jornada. Agradeço especialmente: Carla Sanita (Motta), David Durigan, Gabriel Pedreira, Rafael Migotto, Thiago Escher e Veridiana Campos, pelos incontáveis momentos felizes e outros, nem tanto, mas que nos ajudaram a crescer juntos.

Aos meus colegas de trabalho pelos momentos compartilhados. Agradeço o carinho e a solidariedade de cada um, tanto nos momentos mais difíceis, quanto nos momentos de descontração. Agradeço a Clóves Castro, Danúbia Caporusso, Mário Marangoni, Veridiana Lima e, especialmente, Andréia Cardoso, que, ao longo do caminho, tornou-se uma verdadeira amiga.

À prof^a Dr^a Regina Célia Bega dos Santos, minha orientadora, pelo companheirismo e profissionalismo dispensados a mim nessa caminhada. Muito obrigada pela atenção, dedicação, pelas “brincas” e, sobretudo, pela paciência nos meus momentos mais “tensos”.

À prof^a Dr^a Maria Tereza Duarte Paes, também pelo carinho, atenção e sensibilidade dedicados a mim.

Aos funcionários do IG, em especial a Val e Ednalva, pela ajuda e atenção de sempre.

Aos meus queridos avós que, com certeza, estariam orgulhosos de mim por mais essa conquista.

SUMÁRIO

RESUMO	xv
ABSTRACT	xvii
PRÓLOGO	xix
INTRODUÇÃO	1
PROCEDIMENTOS (MATERIAIS E MÉTODOS)	7
CAPÍTULO 1: CAMPINAS, ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) E OS DISTRITOS DE SOUSAS E JOAQUIM EGÍDIO	15
1.1 A produção do espaço urbano de Campinas.....	15
1.2 Área de Proteção Ambiental – APA.....	23
1.3 Área de Proteção Ambiental (APA) de Sousas e Joaquim Egídio.....	25
1.4 Sousas e Joaquim Egídio.....	38
CAPÍTULO 2: REENCANTAMENTO PELA NATUREZA E SUA APROPRIAÇÃO COMO MERCADORIA	47
2.1 As diferentes formas de apropriação da natureza.....	49
2.2 Os mitos e o <i>reencantamento</i> : Brasil como um “semióforo”.....	53
2.3 Considerações sobre questões ambientais contemporâneas.....	56
2.4 A natureza transformada em mercadoria.....	61
2.5 Paisagens transformadas e homogeneizadas: reflexos do <i>reencantamento</i> ..	69
CAPÍTULO 3: NOVAS TERRITORIALIDADES FORMADAS	75
3.1 Algumas considerações sobre o espaço.....	75
3.2 Território e Territorialidade.....	78
3.3 Especulação imobiliária em Campinas.....	81
3.4 Condomínios horizontais fechados e loteamentos fechados.....	88
3.5 Turismo e lazer: outra territorialidade.....	106
CAPÍTULO 4: CONTRADIÇÕES DEVIDO ÀS NOVAS TERRITORIALIDADES FORMADAS	127
4.1 O surgimento das novas territorialidades.....	128
4.1.1 Apropriação do espaço público e segregação socioespacial: condomínios e loteamentos fechados.....	128
4.1.2 Apropriação do espaço público e segregação socioespacial: turismo e lazer.....	135
4.1.3 Urbanização residencial e equipamentos de lazer.....	145
4.2 Contradições no espaço pesquisado.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
BIBLIOGRAFIA	169

Lista de Mapas

MAPA 1.1: Região Metropolitana de Campinas (RMC).....	17
MAPA 1.2: Município de Campinas e sua divisão por administrações regionais.....	19
MAPA 1.3: Macrozona 1 - APA de Sousas e Joaquim Egídio.....	27
MAPA 1.4: Localização e limites da APA.....	29
MAPA 1.5: Campinas dividida em 9 Macrozonas.....	35

MAPA 3.1: Turismo e lazer em Sousas e Joaquim Egídio	113
--	-----

Lista de Tabelas

Tabela 1.1: Condomínios horizontais fechados (1989 a 2006)	41
--	----

Lista de Fotos

FOTO 3.1: Propaganda de loteamento rural fechado “Serras das Cabras”	83
FOTO.3.2: Propaganda do loteamento fechado urbano “Parque das Araucárias”	85
FOTO 3.3: Portaria do loteamento fechado “Jardim Botânico”	93
FOTO 3.4: Portaria do loteamento fechado “Caminhos de San Conrado”	95
FOTO 3.5: Loteamento Rural “Serra das Cabras”	103
Foto 3.6: Loteamento embargado Fazenda Iracema.....	105
FOTO 3.7: Restaurante Casa da Fazenda.....	111
FOTO 3.8: Restaurante Vila Paraíso	111
FOTO 3.9: Arvorismo em Sousas.....	119
FOTO 3.10: Ciclismo em Joaquim Egídio.....	119
FOTO 3.11: Passeio de canoa no Rio Atibaia.....	121
FOTOS 4.1.1 e 4.1.2: Espaços públicos vazios e degradados.....	129
FOTOS 4.1.3 e 4.1.4: Casas da população pobre em Joaquim Egídio	133
FOTOS 4.1.5 e 4.1.6: Vida voltada para “dentro”	135
FOTOS 4.1.2.7 e 4.1.2.8: Áreas verdes – Bar da Cachoeira	137
FOTOS 4.1.2.9 e 4.1.2.10: Turismo e lazer voltados para as classes média e alta	137
FOTOS 4.1.2.11 e 4.1.2.12: Festa de Sant’Ana - Sousas	141
FOTOS 4.1.2.13 e 4.1.2.14: Turismo e lazer: “rústicos” em meio às áreas verdes	143
FOTO 4.1.3.15: Carros de turistas e “visitantes” e casa dos moradores locais.....	151

Lista de Apêndices

APÊNDICE A – Questionários moradores condomínios e locais	173
APÊNDICE B – Questionários empreendedores turísticos e turistas	174
APÊNDICE C – Questionários agentes imobiliários e públicos	175
APÊNDICE D.....	177
APÊNDICE E.....	179
APÊNDICE F.....	181
APÊNDICE G	183
APÊNDICE H.....	184
APÊNDICE I	185
APÊNDICE J	187

Lista de Anexos

ANEXO A.....	189
ANEXO B.....	191
ANEXO C	193
ANEXO D	195

ANEXO E.....	197
ANEXO F.....	199
ANEXO G.....	201
ANEXO H.....	203
ANEXO I.....	205

Lista de Siglas

ADEGAS - Associação dos Dirigentes de Estabelecimentos Gastronômicos de Sousas e Joaquim Egídio
 APA – Área de Proteção Ambiental
 CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
 CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas
 CONGEAPA - Conselho Gestor da APA
 CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz
 DLU – Departamento de Lixo Urbano
 EIA – Estudo de Impacto Ambiental
 EMDEC – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas
 HABCAMP - Associação Regional de Habitação de Campinas
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 ONG – Organização Não Governamental
 ONU - Organização das Nações Unidas
 PL – Projeto de Lei
 PMC – Prefeitura Municipal de Campinas
 PUCCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 RIMA – Relatório de Impacto do Meio Ambiente
 RMC – Região Metropolitana de Campinas
 SANASA - Sociedade de Abastecimento e Saneamento S.A
 SEPLAMA - Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente
 SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo
 SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
 UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza
 UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
 Z. AMB - Zona de Conservação Ambiental
 Z. HIDRI - Zona de Conservação Hídrica
 Z. AGRO - Zona de Uso Agropecuário
 Z. URB - Zona de Uso Urbano
 Z. TUR - Zona de Potencial Turístico
 WWF - *World Wide Fund for Nature* (Fundo Mundial para a Natureza)



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

A mercantilização da natureza e as novas territorialidades nos distritos de Sousas e Joaquim Egídio (Campinas-SP)

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Ana Maria Vieira Fernandes

Esta dissertação procura compreender a dinâmica da produção do espaço urbano nos distritos de Sousas e Joaquim Egídio – Campinas/SP, mediante a utilização da ideologia ambientalista no ordenamento e reorganização deste território. Pelos distritos se localizarem em uma Área de Proteção Ambiental (APA), nossa área de estudo possui grande relevância ambiental, abrigando muitas áreas verdes. Além disso, os mesmos localizam-se próximos ao centro urbano de Campinas, mas caracterizam-se como uma porção diferenciada do município, pois apresentam paisagens bucólicas. Nesta perspectiva, nos últimos 20 anos, os distritos tornaram-se alvo de uma especulação imobiliária que só tende a crescer. Devido às suas características “naturais”, novos empreendimentos voltados às classes média e alta surgem a todo instante. A incorporação da ideologia ambientalista pelo mercado faz com que o mesmo influencie parte da sociedade através do chamado *marketing* verde, que vende os empreendimentos ressaltando os benefícios de se aproximar da *natureza* a fim de obter maior *qualidade de vida*. Tais empreendimentos caracterizam-se como as novas formas de habitar e obter lazer, por meio dos condomínios horizontais e loteamentos fechados e também do turismo gastronômico, rural e ecoturismo. Dessa forma, as áreas “naturais” são urbanizadas devido ao *reencantamento* que algumas pessoas têm pela natureza mitificada, o que as motivam a abandonar o dia a dia urbano e procurar tranquilidade próximo às áreas verdes. Portanto, temos a apropriação das áreas verdes como mercadoria e, por isso, acessível apenas àqueles que podem pagar. Uma vez que os distritos abrigam as novas formas de habitar com acesso restrito, a segregação socioespacial consolida-se. No lazer, a segregação também está presente, pois os estabelecimentos (bares, restaurantes) têm como público alvo classes mais abastadas. Nesse sentido, são formadas novas territorialidades no local, de uso exclusivo. Tais formas de apropriação do espaço reforçam a apartação social, sendo responsáveis pela segregação daqueles que ficam à margem deste processo. Por isso, essa pesquisa tem como objetivo discutir a maneira como se dá a apropriação do espaço em Sousas e Joaquim Egídio, investigando ainda as contradições que tais processos exercem na dinâmica do espaço urbano em questão.



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

The commodification of nature and new territorialities in the districts of Sousas and Joaquim Egídio (Campinas-SP).

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado

Ana Maria Vieira Fernandes

This dissertation seeks to understand the dynamics of production of urban space in the districts of Sousas and Joaquim Egídio - Campinas / SP, through the use of ideology in environmental planning and reorganization of the territory. Those districts are located in an Area of Environmental Protection (APA), our area of study has very important environmental, housing many green areas. Moreover, they can be found near the town of Campinas, but characterized it as a different portion of the municipality, since they have bucolic landscapes. Accordingly, in the last 20 years, the districts have become the target of a property speculation that only tends to grow. Owing to their "natural", new ventures aimed at middle and upper classes appear at any moment. The incorporation of environmentalist ideology that the market makes it influences the society through the so-called green marketing, which sells enterprise emphasizing the benefits of getting closer to nature in order to obtain higher quality of life. Such enterprises are characterized as new ways of living and more leisure by means of horizontal condominiums and lots closed and tourism: food, rural and ecotourism. Thus, the areas' natural 'are due to the urbanized reenchantment that some people are by nature mythicize, which motivate to leave the town and day to day stress and seek tranquility close to green areas. So we have the ownership of the green areas as a commodity and therefore accessible only to those who can pay. Since the home districts for new forms of living with restricted access, segregation socio consolidates it. In tourism, the segregation is also present, as the establishments (bars, restaurants) have to target more affluent classes. Accordingly, new territorialities are formed on site, with restricted use, exclusive. Such forms of ownership strengthens the social apartheid, being responsible for the segregation of those who are excluded from this process. Therefore, this research aims to discuss how it gives ownership of the area in Sousas and Joaquim Egídio, still investigating the contradictions that these processes exert on the dynamics of urban space in question.

PRÓLOGO

A realização deste trabalho nasceu da necessidade de uma compreensão mais aprofundada dos processos que vêm ocorrendo nos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, localizados no município de Campinas, SP, onde nasci e fui criada. Tais distritos, localizados em Área de Proteção Ambiental (APA), abrigam paisagens *naturais* que, por sua vez, atraem empreendimentos imobiliários e de lazer, o que modifica a dinâmica, o cotidiano e a configuração socioespacial do local estudado.

Por ser turismóloga, sempre me envolvi com as questões turísticas e de lazer dessa localidade, que eram tratadas com uma visão e um direcionamento ao mercado. Todavia, à medida que me aprofundava nas pesquisas e também trabalhava em alguns projetos de desenvolvimento turístico municipal, meu olhar foi se modificando. Entrei em contato direto com a população remanescente de Sousas e Joaquim Egídio - predominantemente rural e de baixa renda - e percebi que as necessidades da localidade (que nem mesmo a população sabia explicitar claramente), não estavam idealizadas em nenhum projeto turístico.

Assim, a partir de nova perspectiva, deixei de querer traçar planos e fazer projetos para alavancar o turismo e o lazer nos distritos. Era preciso ir além e entender as bases de todos aqueles processos que estavam tão evidentes, mas que meu olhar ainda não havia abarcado. Por que tanto interesse do mercado e da população de Campinas nesta região do município? Por que surgem tantos estabelecimentos turísticos e imobiliários a todo instante? Por que tantas pessoas querem morar nessa região? Quem está por trás do “progresso” e “desenvolvimento” dos distritos e que Campinas prega e divulga com tanto orgulho? Como essa região de Campinas se tornou uma porção tão peculiar do município, com tantos apelos ambientais?

Minha percepção mudava, as ideias amadureciam e a vontade de buscar respostas para entender estes processos cresceu. Assim, resolvi buscar na Geografia o entendimento para a dinâmica que ocorria e ainda ocorre nos distritos, pois o Turismo era incapaz de ir além e me dar os subsídios que eu necessitava para tentar compreender tais questões.

Portanto, acredito que o meu diálogo com a Geografia seja pautado na busca pelo conhecimento dessa área tão vasta e fascinante, ainda nova para mim. Uma área que – posso dizer de maneira muito sincera e até mesmo grata – me “abriu os olhos” para os verdadeiros processos existentes na sociedade, até então pouco revelados a mim, me proporcionando um mundo novo de possibilidades e anseios para buscar uma compreensão mais profunda, tanto da sociedade, como do espaço onde a mesma situa-se.

Como resultado da tentativa de uma compreensão mais aprofundada e crítica dos processos citados, nasceu esta dissertação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Regina Célia Bega dos Santos.

Para finalizar, quero ainda deixar registrado que escrever uma dissertação é sempre um grande desafio. Porém, por vir de outra área, creio que o meu desafio foi ainda maior. Nos momentos mais difíceis cheguei até a pensar que não iria atingir meus objetivos. Mas os estudos, a dedicação e, sobretudo, a vontade de transpor as minhas inquietações, permitiram que eu chegasse ao cume do meu “Everest”.

“Existe somente uma idade para a gente ser feliz.
Somente uma época na vida de cada pessoa em que é possível sonhar e fazer planos e ter energia bastante para realizá-los a despeito de todas as dificuldades e obstáculos.
Uma só idade para a gente se encontrar com a vida e viver apaixonadamente e desfrutar tudo com toda intensidade sem medo nem culpa de sentir prazer.
Fase dourada em que a gente pode criar e recriar a vida à nossa própria imagem e semelhança e vestir-se com todas as cores e experimentar todos os sabores e entregar-se a todos os amores sem preconceito nem pudor.
Tempo de entusiasmo e coragem em que todo desafio é mais um convite à luta que a gente enfrenta com toda disposição de tentar algo NOVO, de NOVO e de NOVO, e quantas vezes for preciso.
Essa idade tão fugaz na vida da gente chama-se PRESENTE e tem a duração do instante que passa”.

(“A Idade de Ser Feliz”, Mário Quintana).

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade as áreas *naturais* são consideradas como “objetos” de valor pelo imaginário social, pois a busca pela *qualidade de vida* (aquela que pretende a “fuga” do urbano) gera um *reencantamento* pela natureza por parte da sociedade. Assim, as paisagens bucólicas ainda remanescentes, sobretudo nas grandes metrópoles, onde a paisagem de concreto e cimento é cada vez maior, são apropriadas pelo mercado, pois possuem valor-de-troca. Dessa forma, regiões de beleza cênica *natural* são transformadas e reconstruídas a partir do processo de urbanização, para que suas áreas verdes tornem-se mais um item de consumo do modo de produção capitalista.

Na década de 1960, o movimento ambientalista critica o modelo de desenvolvimento econômico vigente e passa a defender as questões ambientais. Tal movimento acaba sendo cooptado pelo Estado, que incorpora a ideologia ambientalista e utiliza a “racionalidade ecológica” (ACSELRAD, 2002) para o ordenamento do território. Estas questões, também, influenciam o mercado, que se apropria das áreas verdes criando mercadorias neste segmento e, também, a sociedade, que se vê motivada pelo *marketing* “verde” a consumir estes produtos *naturais* a fim de se comportarem de maneira “ecologicamente correta”, além da busca por *qualidade de vida*.

Pela produção social do espaço e da cultura difundida pelo capitalismo - que abriga uma ideologia e uma maneira de enxergar a natureza apenas como recurso para a produção e reprodução do capital - a natureza é exteriorizada, vista como parte de um processo de produção e, até mesmo, vista como produto, uma vez que é tida como mercadoria. Assim, “a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida” (LEFEBVRE, 2001, p. 116).

Tal processo ocorre em nossa área de estudo, os distritos de Sousas e Joaquim Egídio, localizados na Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal de Campinas. Esta porção da cidade foi transformada em Área de Proteção Ambiental devido à sua relevância ambiental e cultural, o que já a tornava um espaço diferenciado no município. As características ambientais e culturais da APA motivaram um uso e consumo da terra influenciados pela ideologia ambientalista, fazendo com que os

distritos sofressem uma intensa especulação imobiliária, responsável pela fragmentação e redivisão desta porção de Campinas.

As discontinuidades do local são representadas pelas mercadorias vendidas no *mercado esverdeado*: novas formas de habitar - condomínios residenciais horizontais e loteamentos fechados – e obter lazer e turismo, principalmente o gastronômico, mas, também, o ecoturismo e turismo rural. As novas formas de habitar:

Caracterizam-se por apresentar um conjunto de residências e áreas de uso coletivo dentro de perímetros fechados por muros e outras formas [...]. Interrompem fisicamente a continuidade das vias de circulação e restringem o acesso a vias e praças [...] (SILVA, 2008, p.13)¹.

Por isso, os distritos sofrem várias consequências decorrentes dos seus novos usos e consumos, como a apropriação dos espaços públicos pelos loteamentos que eram convencionais e foram fechados posteriormente, restringindo o acesso de terceiros às áreas localizadas dentro do seu perímetro, além das formas privatizadas de lazer, denotando a formação de novas territorialidades exclusivas e segregadoras.

A motivação primordial - e que nos interessa - para o consumo dessas mercadorias é a aproximação com a *natureza*. Por estarem apenas um pouco afastados do centro de Campinas e apresentarem muitas paisagens bucólicas, os distritos são alvo fácil daqueles consumidores que procuram contato com áreas *naturais*, mais frequentes nessa porção da cidade. São incentivados pelo *marketing*, que aproveita a ideia de *qualidade de vida* para vender seus produtos. Assim, *qualidade de vida* passa a significar não só “estar próximo à natureza”, mas também, “apropriar-se da natureza”, para consumi-la como uma mercadoria (o que nem sempre fica muito claro para aqueles que a consomem).

Todavia, ambas as formas de mercantilização da natureza (novos tipos de moradia e lazer) são voltadas às classes média e alta, principalmente de Campinas, mas também de sua região metropolitana e da capital de São Paulo, não sendo acessíveis a quem não pode pagar por elas.

¹ Conforme a citação, os condomínios residenciais horizontais e os loteamentos fechados possuem as mesmas características de outras formas de habitar, como as favelas, por exemplo. Porém, o que os difere é a motivação que levou à formação de cada um.

Os empreendimentos imobiliários caracterizam-se por serem “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000), pois limitam o acesso de terceiros através de barreiras físicas como muros e guaritas, conferindo também *status* a quem neles habita. Ainda na opinião da autora, os “enclaves” alteram a configuração do espaço em que se encontram, pois uma vez que são fechados, limitam o acesso, gerando fragmentação e desigualdades, além de se apropriarem, muitas vezes, de espaços públicos:

Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. (CALDEIRA, 2000, p.258).

Os empreendimentos turísticos e de lazer, bares e restaurantes muitos disputados no local, também contribuem para a alteração da configuração espacial, pois são privados e voltados às classes média e alta, o que significa que não são todas as pessoas que têm acesso. Alimentam as desigualdades e reforçam a segregação.

Desse modo, a nova configuração espacial formada nos distritos passa a contar com novas territorialidades de uso exclusivo, novos cotidianos, novas relações sociais, novas formas e funções, fragmentando o espaço e produzindo a segregação socioespacial nesta porção do município. Isso ocorre, pois:

As necessidades induzidas e produzidas em áreas de grande concentração urbana, como é o caso da busca pelo ar puro, da procura por áreas verdes, são diferenciadas em função da capacidade das pessoas pagarem para satisfazê-las (SANTANA, 2001, p.184).

Uma vez que o mercado apropria-se das áreas verdes, estão apropriando-se de um bem público, restringindo o acesso apenas àqueles que podem pagar pelas mercadorias.

Segundo CORRÊA (2000), a organização espacial caracteriza-se como produto da sociedade, pois é a expressão espacial dos processos sociais. Portanto, se temos uma sociedade desigual e estratificada em classes, logo, a organização socioespacial como produto dessa sociedade, também, será desigual e condicionante na produção de desigualdades.

Isso significa que a manifestação residencial da sociedade nos distritos também será desigual, o que contribui para a produção da segregação. No turismo e no lazer, o processo ocorre da mesma maneira: em uma sociedade desigual, as formas de se obter lazer também são desiguais, ou seja, podem deixar à margem os que não têm condições de usufruir esta atividade. Assim, concebemos a organização espacial como um produto da sociedade e não apenas como um reflexo da mesma.

Nesse sentido, Sousas e Joaquim Egídio apresentam um espaço fragmentado e segregado, através dos tipos de residência de alto e baixo padrão e das formas de lazer privadas existentes no local. Todavia, este espaço é articulado, uma vez que o morador pobre, muitas vezes, é o empregado do condomínio ou loteamento fechado e, na maioria das vezes, dos estabelecimentos turísticos de lazer. Estes processos confirmam o pensamento de Corrêa, que considera o espaço urbano como sendo fragmentado e articulado simultaneamente pelos processos sociais, ou seja, “cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável” (CORRÊA, 2000, p.7).

A localidade aqui estudada, com base em uma concepção mercantilizada do meio ambiente, ainda, conduz as territorialidades e os cotidianos das pessoas que ali vivem. Isso se baseia no pensamento de que o espaço é uma produção social, não sendo apenas físico. Segundo SANTOS (2008, p.106):

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas – tornadas assim formas-conteúdo - podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço.

Nesta perspectiva, a problemática em análise trata da transformação do espaço urbano (distritos) pela sociedade, assim como Santos afirmou. Esta nova organização espacial formada é analisada à luz de abordagens geográficas sobre o espaço e, para isso, utilizamos SANTOS (2008, p.63) que o conceitua como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Para a formação da nova organização espacial de Sousas e Joaquim Egídio:

O mercado conta com as 'novas mercadorias verdes' que parecem surgir como alternativas para a satisfação da 'nova demanda' por um espaço ambiental e ecológico qualitativo, como requisito para a realização do mito da boa vida. Mas a questão é saber para privilégio de quem este mercado, onde se 'vende o verde', é fomentado (SANTANA, 2001, p.184).

Neste sentido, vemos que a lógica de produção do espaço dos distritos é seguida pela "racionalidade ecológica" (ACSELRAD, 2002), onde agentes imobiliários e empreendedores turísticos e de lazer utilizam esta ideologia para maximizarem seus lucros. Portanto, temos como objetivo investigar as formas de apropriação das áreas verdes dos distritos como mercadoria pelos empreendimentos imobiliários e turísticos. Tais processos ocorrem de maneira contraditória, uma vez que privatiza os espaços públicos, marcando os conflitos entre as esferas público-privado, contribui para a urbanização das áreas verdes, para a perda da diversidade, para o aumento da segregação e, também, da alienação, a partir da formação de novas territorialidades exclusivas, que tendem a desurbanizar (LEFEBVRE, 2001) e a matar (JACOBS, 2003) a cidadania no local, além da degradar o meio ambiente. LUCHIARI (2000, p. 40) enfatiza que, essas mudanças "imprimem ao território um valor mercantil, transformando o direito à cidade e à cidadania em uma guerra pelo poder de consumo".

Como objetivos específicos, buscamos discutir as ações dos agentes produtores do espaço envolvidos: governo municipal, promotores imobiliários, consumidores destas novas mercadorias, bem como a população remanescente, além de identificar os condomínios horizontais fechados, loteamentos fechados e equipamentos turísticos e de lazer que contribuem para a segregação e demais processos citados. Acreditamos que, desta maneira, pudemos entender melhor a nova configuração criada no local, a partir da incorporação da ideologia ambientalista pela sociedade como um todo, além de investigarmos se é o mercado que atende a demanda já existente, ou se esta é produzida por ele. A pretensão é transformar a discussão desses processos sociais em uma reflexão científica, que contribua para um entendimento mais aprofundado da problemática e também para pesquisas futuras.

Neste contexto, estudar as formas de apropriação do espaço pelos condomínios horizontais, loteamentos fechados e lazer em Sousas e Joaquim Egídio justifica-se, pois é através destes empreendimentos que este território está sendo fragmentado, o que

reforça os conflitos entre o público-privado e a apartação social a partir da segregação imposta para alguns. Assim, uma vez que a natureza é mitificada, pode caracterizar apenas um cenário montado pelo mercado para atrair novos consumidores. A sua dominação e artificialização transformam-na em mais um fetiche a ser consumido por meio de um processo despreocupado com a justiça e a igualdade social.

PROCEDIMENTOS (MATERIAIS E MÉTODOS)

Para que as reflexões desta dissertação se tornassem viáveis e coerentes, foi necessário realizar um extenso levantamento bibliográfico para que, a partir das bases teóricas, pudéssemos atingir melhor compreensão sobre a produção do espaço urbano de Sousas e Joaquim Egídio, suas novas formas de ocupação e consumo, além do entendimento da nova organização espacial do local, caracterizadas pela segregação, como já mencionado como objetivo deste trabalho. Para tanto, a pesquisa bibliográfica concentrou-se em autores que tratavam dessas e, também, de outras importantes temáticas, como as relações do homem com a natureza, a mitificação do meio ambiente e o turismo e lazer, o que possibilitou o nosso aprofundamento nas questões propostas.

Além da fundamentação teórica, as pesquisas empíricas também foram muito importantes. Muitas *observações in loco* foram realizadas, a fim de entendermos os processos e as formas de apropriação dos distritos.

O recorte temporal utilizado vai da década de 1990 até o presente momento de 2009, pois foi a partir de 1990 que alguns dos loteamentos abertos já existentes obtiveram aprovação para o seu fechamento, bem como a aprovação de alguns condomínios residenciais horizontais fechados. Podemos observar que este tipo de aprovação realizada neste período era aplicado a loteamentos maiores e periféricos, voltados à classe alta. Tal período é utilizado, pois ainda caracteriza uma intensa especulação imobiliária que culmina com a crescente comercialização de empreendimentos de acesso restrito com apelo ambientalista, não só os residenciais, mas também os de lazer. Além disso, foi no final da década de 1990 que a atividade turística começa a despontar na região estudada.

Foram utilizados dados do IBGE sobre a população de Campinas e de Sousas e Joaquim Egídio e também muitos dados da Prefeitura Municipal de Campinas, principalmente sobre o histórico de ocupação do município e da porção que nos interessa.

Realizamos o levantamento dos loteamentos e condomínios horizontais fechados existentes. Foi algo bastante trabalhoso, pois como o nosso recorte temporal abrange

quase 20 anos, as informações legais obtidas não foram completas. Além disso, ficou claro para nós que, em se tratando de interesses financeiros do mercado, às vezes a Prefeitura não tem ou então não disponibiliza muitos dados.

Isso significa que os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Campinas são apenas referentes à aprovação dos loteamentos convencionais (abertos), além da aprovação dos condomínios. Dados como o ano de fechamento dos loteamentos após sua aprovação, bem como os empreendedores responsáveis e outras informações relacionadas foram obtidos na tese de doutorado de Eleusina Freitas. Outros dados não foram possíveis de serem encontrados. Muitas informações ainda foram colhidas com as pesquisas de campo que realizamos.

Checamos a existência aproximada de cada condomínio horizontal e loteamento com acesso restrito, pois a ideia era ter uma dimensão da quantidade dessas novas formas de habitar que reforçam a segregação no local. Todavia, ressaltamos que este levantamento não é preciso, podendo existir mais formas de habitar deste tipo do que as que já aqui listadas. Isto ocorre, pois como essa atividade é muito dinâmica, constantemente surgem novos empreendimentos imobiliários.

Utilizamos material secundário - cartogramas dos condomínios e loteamentos fechados - executado por Eleusina de Freitas (2008), obtido em sua tese de doutorado para apresentarmos as novas formas de habitar dos distritos. Foi utilizada essa metodologia, pois muitos desses empreendimentos não estavam presentes nas plantas do município. Dessa forma, a consulta a trabalhos já realizados sobre a temática aqui abordada também se fez necessária. Ainda assim, checamos pessoalmente a existência de cada condomínio e loteamento apresentado nos cartogramas por meio de pesquisas de campo.

O levantamento dos estabelecimentos turísticos e de lazer de Sousas e Joaquim Egídio também foi realizado, porém, não de maneira exata, devido à dinamicidade desta atividade no local. O objetivo era o de apresentar como o processo de desenvolvimento da atividade turística acontece atualmente. A partir do conhecimento do número aproximado de estabelecimentos, de seus tipos, de suas atividades e do *marketing* verde que utilizam ou não, acreditamos que foi possível traçar como o turismo e o lazer desenvolvem-se nos distritos e influenciam a dinâmica urbana do

local. Embora esses dados sejam de difícil acesso, acreditamos que o levantamento realizado contribuiu para a identificação das novas territorialidades exclusivas existentes e para o entendimento da dinâmica urbana do local.

Além de mapas, apresentamos dois cartogramas que também mostram os estabelecimentos turísticos e de lazer, um de Sousas, outro de Joaquim Egídio. Optamos apresentá-los, pois acreditamos que os mesmos também são uma boa referência, sobretudo didática, na visualização do desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer na área estudada². Acreditamos que, juntos, os cartogramas e os mapas, conseguiram atingir o objetivo: mostrar a grande quantidade e a concentração de estabelecimentos deste tipo existentes na área estudada. O restante da base cartográfica apresentada foi adquirida junto à Prefeitura Municipal de Campinas.

O resultado da pesquisa empírica, portanto, pode ser conferido através de material produzido por nós, como fotos, cartogramas e algumas tabelas (apêndices e anexos), que apresentam o levantamento dessas novas formas de habitar e dos empreendimentos de lazer, cujo objetivo é elucidar de maneira mais clara quais são as formas de apropriação estudadas, além do conhecimento da dinâmica da produção deste espaço atualmente. Ainda foram utilizados materiais e informações colhidas na mídia impressa e virtual, como notícias, *folders* e propagandas desses tipos de empreendimento dos distritos.

A obtenção de dados primários por meio de entrevistas informais semiestruturadas com os agentes produtores do espaço também fez-se necessária. A aplicação das mesmas justifica-se, pois acreditamos que, ao ouvirmos os agentes envolvidos na produção do espaço urbano, pudemos compreender melhor como estes processos espaciais acontecem e como são sentidos pelos envolvidos. Dessa maneira, as entrevistas ilustram os processos pesquisados.

Tais entrevistas foram realizadas com cerca de 10 membros da população local remanescente, 10 moradores dos condomínios horizontais e loteamentos fechados, 10 turistas (quem vem de fora de Campinas) e “visitantes” (moradores de Campinas e dos

² Os mapas dos estabelecimentos turísticos foram executados por Danúbia Caporusso (2009) e os cartogramas foram realizados a partir de informações coletadas no programa *Google Earth*, executados por Marcelo Reina (2009). Portanto, este material não é secundário, tendo sido elaborado a partir de nossas pesquisas de campo.

condomínios e/ou loteamentos dos distritos), 3 agentes imobiliários, 4 funcionários da prefeitura e também 7 empreendedores do ramo turístico e de lazer, totalizando 44 pessoas entrevistadas. Ocorreram ao longo do segundo semestre de 2008 e do primeiro semestre de 2009 e, posteriormente, foram transcritos alguns relatos que ilustram a nossa pesquisa, podendo ser conferidos ao longo da dissertação.

A opção por esta metodologia foi feita por acreditarmos que, desta maneira, os entrevistados sentir-se-iam mais à vontade para expor seus pensamentos. Além disso, acreditamos que os questionários fechados “limitam” um pouco as respostas, sendo que em entrevistas informais semiestruturadas, uma resposta dada pode dar margem a outra pergunta relevante, a qual não havia sido pensada inicialmente. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa – e não quantitativa – acreditamos que essa metodologia é a que melhor atende aos nossos objetivos.

Mesmo informais, as entrevistas não foram aplicadas de forma aleatória, para que não perdêssemos os objetivos durante a conversa. A estrutura, pensada previamente, abrangia pontos relevantes que necessitávamos saber para dar desenvolvimento à pesquisa, como a caracterização dos entrevistados (idade e profissão), seus vínculos com os distritos (morador dos “condomínios”, população local, empreendedores, turistas, “visitantes” etc), seus interesses por essa porção do município, além de perguntas específicas a cada tipo de entrevistado, relevantes para o entendimento das formas de ocupação e consumo dos distritos³.

Dessa forma, os resultados das mesmas são muito importantes, pois nos levam ao entendimento de algumas questões propostas já mencionadas como: por que tanto interesse nesta região do município? Por que estabelecimentos de lazer surgem a todo instante? Por que tantas pessoas querem morar nessa região? Como os distritos tornaram-se uma porção tão peculiar, cheia de apelos ambientais? As novas formas de habitar e de obter lazer são produzidas pelo mercado para atender uma demanda já existente ou será que esta demanda é produzida pelo mercado? Será que os distritos caracterizam-se como segregadores?

³ Para verificar a estrutura de cada entrevista informal, vide apêndices A, B e C. Eles apresentam algumas perguntas que conduziram as entrevistas, mas, conforme explicado, outras perguntas também surgiram devido ao tipo de metodologia utilizada (questionários abertos), sendo que os entrevistados responderam por outras questões que não estavam previstas.

Nesta perspectiva, tentamos discutir essas questões a partir dos quatro capítulos da dissertação, estruturados da seguinte forma:

No primeiro capítulo, são apresentados os breves históricos de ocupação da área de estudo: a Região Metropolitana de Campinas (RMC), o município de Campinas e sua Área de Proteção Ambiental (APA), onde localizam-se os distritos de Sousas e Joaquim Egídio, com o objetivo de conhecermos os processos e as formas de ocupação que levaram à dinâmica urbana e à organização espacial que os mesmos apresentam atualmente. Ainda é possível conferir o processo de criação desta APA, a motivação para sua criação, bem como os envolvidos.

Ainda no primeiro capítulo, através de resgates de memórias e fatos, podemos conhecer como a área estudada consolidou-se por uma porção diferenciada e elitizada de Campinas, com apelo ambiental e alvo de especuladores imobiliários. Para finalizar o capítulo, apresentamos o patrimônio cultural e arquitetônico dos distritos, herança do período cafeeiro, que também contribui para a produção deste espaço, uma vez que tais patrimônios também são apropriados pelo turismo e lazer.

Já as discussões do segundo capítulo baseiam-se na relação do homem com a natureza. Este breve histórico é focado nas formas de apropriação da natureza pelo homem ao longo dos tempos. O *reencantamento* pela natureza, que foi iniciado no século XIX, acabou por ser sacramentado na contemporaneidade, devido à busca pela *qualidade de vida* por aqueles que habitam as grandes cidades. Este capítulo ainda mostra como a ideologia ambientalista foi incorporada pela sociedade e pelo mercado, influenciando as formas como a natureza é concebida e apropriada nos dias de hoje, sendo transformada em *mercadoria*, comprada e vendida como bem raro.

Atualmente, para os moradores das grandes cidades, estar próximo às áreas *naturais* significa bons indicadores de *qualidade de vida*. É seguindo esta lógica que o mercado imobiliário transforma o valor de uso da natureza em valor de troca. Como mostra o capítulo, essas questões ficam ainda mais fortes no imaginário coletivo, uma vez que o *marketing* dos empreendimentos caracteriza-se por um “*marketing verde*”, ou seja, aproveita as áreas verdes para atrair consumidores, transformando e homogeneizando as paisagens *naturais* a partir dessas mercadorias. Assim, as reflexões deste capítulo são importantes, pois dessa forma tentamos compreender a

maneira como a sociedade concebe e relaciona-se com o meio ambiente, motivada pela busca por *qualidade de vida*, o que nos levou a entender melhor os processos sociais e a nova organização espacial existentes no local estudado.

O terceiro capítulo apresenta, sucintamente, conceitos de espaço urbano, território e territorialidade, para melhor entendimento da nova dinâmica urbana dos distritos. Ainda mostra em que contexto a especulação imobiliária de Campinas torna-se cada vez mais crescente, sobretudo na área estudada, onde a especulação é alimentada pela busca de paisagens *naturais* pelos moradores das grandes cidades. As questões teóricas discutidas até este momento são confirmadas e explicadas pelas pesquisas empíricas realizadas, cujos alguns resultados são apresentados neste e no capítulo seguinte.

Este capítulo ainda diferencia e explica as novas formas de habitar dos distritos – os condomínios horizontais fechados, os loteamentos que foram fechados *a posteriori* e os loteamentos que já nascem fechados. Tantas terminologias confundem as pessoas, por isso a discussão se faz necessária, pois assim pode-se verificar a legitimidade e irregularidade dos empreendimentos de Sousas e Joaquim Egídio e seus impactos na área, uma vez que os mesmos conferem novas territorialidades pela restrição ao acesso. Exemplos dessas novas territorialidades são mostrados e discutidos, pois a sua consolidação no espaço pesquisado contribui para a apropriação do público pelo privado e para a apartação social, o que garante a manutenção dos interesses do capital.

O capítulo encerra-se com a reflexão e discussão voltadas a uma outra importante territorialidade exclusiva formada em Sousas e Joaquim Egídio, também motivada pela ideologia ambientalista e pelos interesses do capital: o turismo e o lazer. Tais atividades, cada vez mais crescentes, também consolidam-se como segregacionistas, uma vez que a grande maioria das opções de lazer é privada, permitindo apenas que poucos usufruam. A discussão foca a estetização das paisagens dos distritos, que são montadas como cenários nos estabelecimentos turísticos e de lazer – principalmente bares e restaurantes – a fim de atrair consumidores, o que também contribui para a alteração da dinâmica do espaço estudado.

O quarto e último capítulo, portanto, discute as contradições que se dão em Sousas e Joaquim Egídio pelas suas formas de uso e consumo. A segregação socioespacial aparece como foco importante das discussões, pois as novas formas de habitar e de obter lazer produzem e alimentam a segregação socioespacial. Além disso, o conflito entre as esferas público-privado e a alienação dos moradores - tanto da população local como dos moradores dos “condomínios” e frequentadores dos estabelecimentos turísticos e de lazer - em relação às formas de uso e ocupação dos distritos, são questões importantes no desvendamento dos processos sociais urbanos. A degradação ambiental e o trânsito excessivo também são discutidos.

Por fim, retomamos nas considerações finais, algumas questões postas ao longo dos capítulos a fim de tentarmos consolidar os aspectos mais relevantes estudados. Porém, já podemos adiantar que, a partir das discussões realizadas, o cenário do que acontece hoje nos distritos é traçado e a sua nova organização espacial pode ser mais bem compreendida e assimilada, sem a nossa pretensão de esgotar o tema, o que ainda pode contribuir para maiores reflexões sobre a dinâmica da produção deste espaço, além do papel de cada agente produtor na dinâmica deste território.

CAPÍTULO 1: CAMPINAS, ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) E OS DISTRITOS DE SOUSAS E JOAQUIM EGÍDIO

1.1 A produção do espaço urbano de Campinas

Nossa área de estudo são os distritos de Sousas e Joaquim Egídio, situados no município de Campinas. Porém, para melhor situar o leitor, apresentamos agora dados de Campinas e da Região Metropolitana da qual este município faz parte, para somente depois apresentarmos e caracterizarmos a Área de Proteção Ambiental (APA) onde estão localizados os distritos e onde ocorrem os processos que nos interessam. Acreditamos que, dessa maneira, a localização e a forma de produção do espaço urbano dos distritos serão mais bem compreendidas, afinal, os mesmos fazem parte do município de Campinas.

A partir da década de 1960, houve um desenvolvimento do interior do estado de São Paulo através do processo de desenvolvimento industrial. A região de Campinas foi a que mais se destacou no interior do estado, com o surgimento de diversos núcleos urbanos⁴. Posteriormente, esses núcleos transformaram-se nos municípios que hoje compõem a Região Metropolitana de Campinas (CAIADO, 2002).

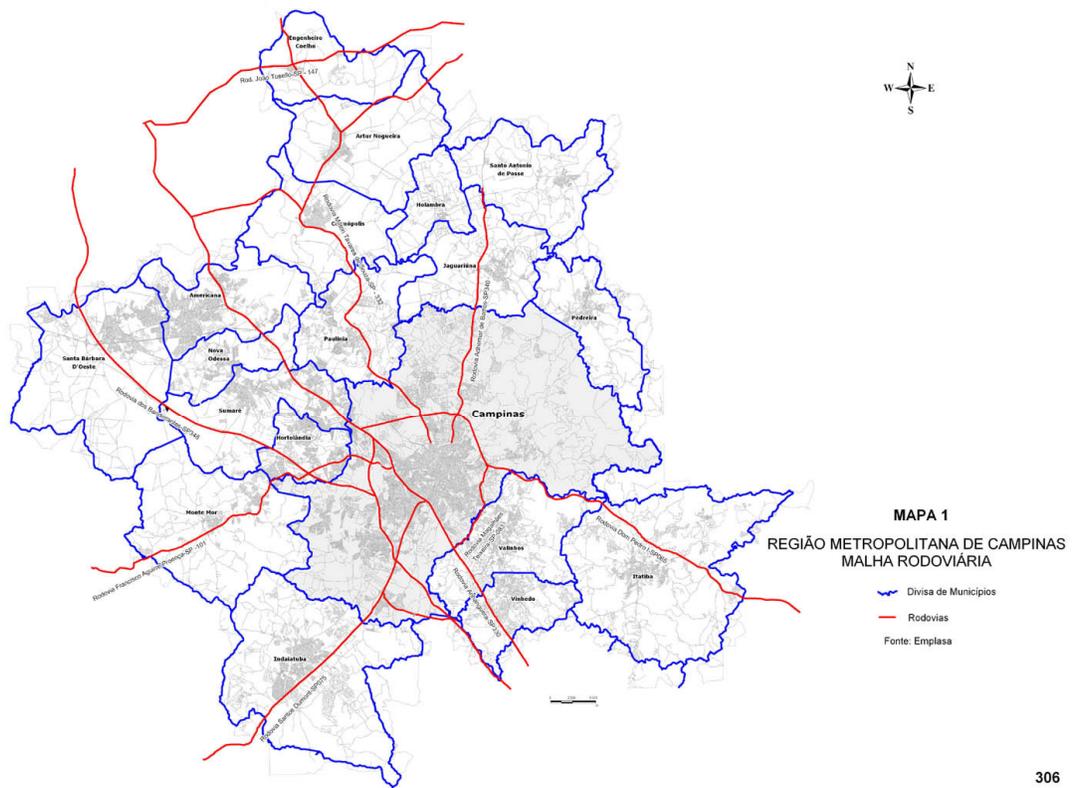
A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi institucionalizada pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 19/06/2000. De acordo com a Contagem da População realizada pelo IBGE⁵ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2007, a RMC possui 2,6 milhões de habitantes. É composta por 19 municípios, sendo que Campinas caracteriza-se como o núcleo dessa região, pois apresenta alguns índices melhores que os demais, como a educação, por exemplo, além de possuir maior número de habitantes e maior infraestrutura regional (CAIADO, 2002; PIRES, 2007). São os municípios que compõem a RMC: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba,

⁴ O processo de desenvolvimento industrial que ocorreu particularmente em Campinas será apresentado de forma sucinta ainda neste item.

⁵ Foram utilizados os dados da Contagem da População 2007 por serem mais recentes que o Censo 2000, porém, os números de habitantes são estimados pelo IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 30/01/2009.

Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo, conforme mostra o **MAPA 1.1** a seguir.

MAPA 1.1: Região Metropolitana de Campinas (RMC)



Fonte: Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Campinas, 2006.

É importante conhecermos um pouco da RMC, pois muitos moradores de municípios que fazem parte da mesma se deslocam até Campinas para fazerem turismo em Sosas e Joaquim Egídio. Segundo CAIADO (2002, p.113):

O tamanho do mercado consumidor é grande atrativo da RMC e do município de Campinas em particular. Possui densa e articulada rede urbana, com grande facilidade de acesso e relativamente curtas distâncias, que tornam a região fortemente integrada. Essa integração tem-se fortalecido, tornando mais complexas as relações entre os municípios, com grande ampliação dos fluxos de pessoas e mercadorias.

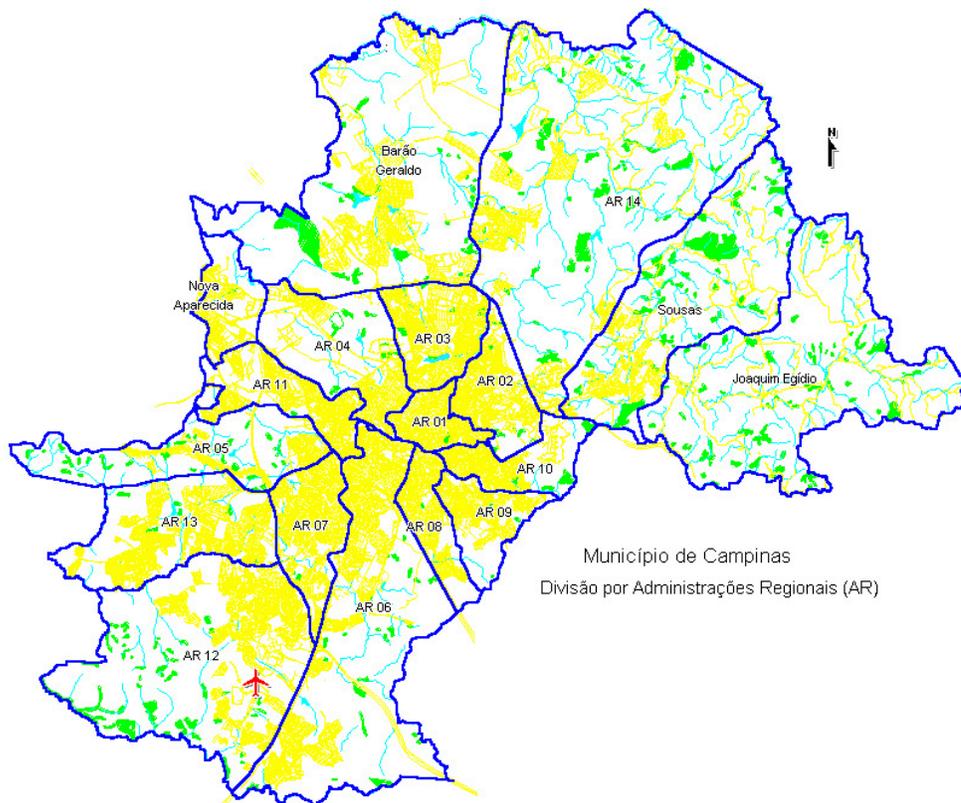
Dessa forma, conhecer a proximidade dos municípios com os distritos estudados e a facilidade de locomoção entre eles torna-se algo extremamente relevante, pois assim, podemos compreender melhor porque nossa área de estudo recebe tantos turistas da região, principalmente de Valinhos, Vinhedo, Jaguariúna e Pedreira, o que altera a dinâmica urbana do espaço estudado.

Campinas localiza-se a 100 km de São Paulo e possui uma área total de 796 km². Como vimos, a região onde está situada constitui um dos principais pólos econômicos do Estado de São Paulo. Esse crescimento deu-se desde o século XIX, graças ao bom desenvolvimento dos ciclos produtivos de cana-de-açúcar e café e, posteriormente, ao bom desenvolvimento das indústrias. Assim, desde o século XIX, Campinas destaca-se pelas atividades de serviços; posteriormente, já no século XX, também nas áreas de tecnologia e informação.

De acordo com a Contagem da População do IBGE, Campinas é uma das 20 maiores cidades brasileiras, abrigando cerca de 1.039.297 habitantes, abrangendo um dos maiores parques tecnológicos, científicos e industriais do país, contando ainda com grandes centros de pesquisa e universidades, como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP).

O município é o maior centro de desenvolvimento econômico do interior e de sua região e ainda configura-se como a terceira grande concentração industrial do Brasil (MATTOS, 1996). Caracteriza-se por abrigar uma diversidade enorme de etnias, tendo um passado histórico de populações diversas, assim como ainda ocorre no presente. A seguir, **MAPA 1.2** que mostra o município de Campinas.

MAPA 1.2: Município de Campinas e sua divisão por administrações regionais



Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, 2000

Segundo o Plano Gestor da APA de 1996⁶, um dos primeiros bandeirantes a transitar por essa região foi Amador Bueno da Veiga, que em 1707 recebeu a concessão de uma sesmaria situada ao norte do rio Jaguari, fora dos limites atuais do município. Assim, a origem do povoamento de Campinas está ligada à abertura dos caminhos para o sertão de Goiás e Mato Grosso, no século XVIII, o chamado “Caminho dos Goiases”. A partir desse percurso, desdobraram-se os pedidos e concessões de sesmarias no território hoje correspondente à Campinas. Foi neste século que os caminhos do município começaram a se configurar.

As mais significativas sesmarias situavam-se nas zonas norte e leste de Campinas, englobando o que hoje é a Área de Proteção Ambiental (APA) do município, onde se localizam os distritos. Dado o crescimento populacional, as sesmarias

⁶ Plano Local de Gestão Urbana da Área de Proteção Ambiental de Sousa e Joaquim Egídio, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Campinas em 1996.

começaram a ser desmembradas em grandes fazendas, delineando a futura estrutura fundiária da cidade.

A história econômica da região teve seu apogeu com o ciclo da cana-de-açúcar e do café, no século XIX, quando chegou um grande número de imigrantes italianos. Aliados a esses acontecimentos, começaram a ser utilizadas as primeiras máquinas a vapor e construídas as estradas de ferro para atender às necessidades de escoamento da produção agrícola e dos deslocamentos da população. Assim, o desenvolvimento do município foi intenso até 1929, quando a crise do café fez com que a cidade ganhasse outra configuração. As grandes propriedades foram desmembradas e vendidas para pequenos e médios agricultores, resultando uma produção diversificada.

Mesmo com a crise de 1929, a região de Campinas conseguiu se reerguer graças ao cultivo do algodão e da industrialização (CAIADO, 2002). “Em 1939, Campinas já contava com cerca de 6 mil operários e quase uma centena de fábricas” (CAIADO, 2002, p.101).

Assim, com o início do processo de industrialização a relação campo-cidade foi alterada, com a subordinação do campo à cidade. A emigração da maioria da população para as cidades, em busca de emprego e melhores condições de vida, exemplifica tal fato (PMC, 1996).

“Da década de 30 à de 60, sua economia urbana – notadamente a industrial – adquire predominância na estrutura produtiva do município” (CAIADO, 2002, p.102). Com a pavimentação da Rodovia Anhanguera em 1948, a economia da região foi potencializada com o incremento da industrialização. Facilitou o deslocamento das pessoas e permitiu maior imigração, o que acelerou o crescimento urbano e o aumento da mancha urbana, fazendo com que Campinas assumisse a centralidade da região onde se localiza (CAIADO, 2002). Portanto, nesta época, Campinas já possuía grande articulação e complexidade produtiva, devido à existência de grande entrocamento viário e de serviços, sobretudo depois da construção do aeroporto internacional de Viracopos, inaugurado em 1960.

Campinas apresentou o início da verticalização do centro da cidade em meados da década de 1950. Esse processo ocorreu, neste período, apenas na área central. Já o restante da área urbana apresentou uma expansão horizontal, espalhada, o que

dificultava a instalação de infraestrutura pelo poder público (MIRANDA, 2001; CAIADO, 2002; PIRES, 2002).

Na década de 1960 Campinas já registrava um acelerado crescimento populacional e urbano, embora fragmentado. A partir da década de 1970 a população favelada, que era cerca de 3 mil pessoas, passou para 45 mil, denotando uma nova cidade segregada espacialmente, sendo que na década de 1980 continuou de forma acelerada o crescimento do número de famílias morando em favelas, além do aumento do desemprego e da violência (CAIADO, 2002; MARICATO, 2001).

Portanto, já na década de 1980 o município possuía dois relevantes eixos de expansão urbana: o eixo oeste/sul, onde se concentrava a população de baixa renda, possuindo loteamentos, ocupações ilegais, favelas e o eixo leste/norte, dedicados à população de média e alta renda com habitações elitizadas e grandes centros de consumo (MIRANDA, 2001; CAIADO, 2002). É justamente no eixo leste/norte que os distritos de Sousas e Joaquim Egídio se encontram, caracterizando-se então como uma porção elitizada e segregada do restante do município.

Nos anos 1990, com a crise do desenvolvimento econômico, houve maior aumento do desemprego em Campinas. Isto, aliado ao aumento da violência urbana fizeram com que um novo cenário se instaurasse, com uma maior proliferação de favelas, aumento da segregação, da violência e diminuição da qualidade de vida (CUNHA, 2001). Essa situação influenciou o poder público municipal a intervir na organização do território. Foi criado o Plano Diretor Municipal, através da lei nº 004 de 17 de janeiro de 1996, que acabou contribuindo para o processo de segregação, pois:

[...] dividiu o município em sete macrozonas de planejamento, criou na cidade um mosaico de territorialidades singulares, cujas apropriações podem se dar em função dos diferentes níveis de restrições, caracterizando o processo de segregação (TREVISAN, 2006, p.33).

Foi ainda nesta década (1990) que o município, em seu processo de espraiamento, incorporou áreas urbanas afastadas. Com a ajuda da especulação imobiliária, começaram a surgir loteamentos e condomínios fechados na porção elitizada de Campinas (CAIADO, 2002; PIRES, 2002), caracterizando a APA – onde ficam os distritos - como um lugar diferenciado por abrigar essas novas formas de

habitar. É o que veremos no capítulo 3, onde abordaremos as novas territorialidades formadas, com a segregação expressando-se, também, através das “novas formas de habitat urbano” (SPOSITO, 2002, p.408), ou seja, os condomínios horizontais e os loteamentos fechados, além dos estabelecimentos turísticos e de lazer privados.

Sabe-se que, a terra, por ser apropriada como mercadoria pelo capitalismo, é submetida à lei da oferta e da procura. Em geral, aquelas porções localizadas em áreas mais afastadas do centro – as áreas periféricas - são as mais baratas e é por isso que são acessíveis à população de baixa renda (PAVIANI, 1987). Porém, nos distritos, a situação é peculiar. De modo geral, a nossa área de estudo abriga tais empreendimentos elitizados, pois localiza-se em uma área mais afastada do centro de Campinas, mas o valor de suas terras é alto e, por isso, não abriga apenas a população de baixa renda. Pelo contrário, os distritos, atualmente, servem de local de residência da população de média e alta renda. A população pobre que ali mora é a população remanescente, nascida e criada nos distritos e na região. É uma população predominantemente rural, que vem sofrendo com a especulação imobiliária e, conseqüentemente, com o aumento do custo de vida.

No princípio, os terrenos nos distritos que hoje são caríssimos eram baratos, pois eram apenas glebas de fazendas e, dessa forma, não eram valorizados. O parcelamento das primeiras glebas propiciou grandes lucros aos empreendedores imobiliários, com os lotes vendidos por altos valores. Atualmente a valorização e a lucratividade com a comercialização dos lotes são ainda maiores, sendo que apenas a elite pode comprá-los. Além disso, por se tratar de uma área que, a *priori*, era rural e hoje é mista, os terrenos também são maiores, o que permite a construção de grandes casas, agradando a classe abastada (SILVA, 2008). Tal processo caracteriza as chamadas:

[...] **periferias** [grifo nosso] ‘nobres’, no linguajar dos empreendedores imobiliários, isto é, ‘condomínios fechados’, ‘villages’ ou ‘cidades jardins’, ocupados pela classe média ou mesmo pela classe mais abastada, com capacidade de pagar pela ‘qualidade ambiental’ em pontos distanciados do ‘core’ metropolitano (PAVIANI, 1998, p.183)⁷.

⁷ O sentido de **periferia** utilizado aqui é o mesmo utilizado por PAVIANI (1987), ou seja: área periférica, afastada do centro da cidade. Porém, usamos a palavra de forma destacada, pois a APA é sim afastada do centro de Campinas, mas, em contrapartida, é valorizada, suas terras possuem alto valor para o consumidor interessado, caracterizando, portanto, segundo PAVIANI (1998) a “nova periferia” ou a “periferia dos ricos”.

Assim, o autor continua enfatizando que:

[...] apesar de há três ou quatro décadas a periferia se confundir com área de favelas, notam-se mutações no uso da terra, fruto da junção de esforços entre os proprietários de terras e organismos governamentais que atuam no sentido de tornar atrativos territórios que em outros tempos seriam invadidos pelos 'sem teto' (PAVIANI, 1998, p. 183).

Isso ilustra o que acontece em nossa área de estudo.

É importante conhecermos o processo histórico de formação do espaço urbano de Campinas, pois quando retomamos a sua história temos maior conhecimento sobre seus processos sociais, o que facilita o entendimento da atual configuração do espaço urbano. Este entendimento é fundamental para a reorganização do território.

Por essa razão, devemos analisar não só a produção do espaço em Campinas e nos distritos, mas também na APA, onde os mesmos se localizam. Entender a sua formação, bem como as formas de ocupação nos ajudam a entender os processos investigados em Sousas e em Joaquim Egídio.

1.2 Área de Proteção Ambiental – APA

O termo “área de proteção ambiental” foi utilizado no Brasil pela primeira vez, em 1981, anteriormente à instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)⁸, no Art. 8º da Lei Nº 6902/81, que previa que:

O poder executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a proteção

⁸ Para melhor ordenar a implantação e a gestão dessas áreas naturais protegidas do Brasil, foi instituído em 18 de julho de 2000, através da Lei nº 9985, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Ele foi criado para ordenar a implantação e a gestão das Unidades de Conservação no Brasil, nos níveis federal, estadual e municipal, podendo estas ser criadas pela União, pelos Estados e Municípios. Este sistema cria uma nova territorialidade nas áreas *naturais* com base na conservação ambiental (DIEGUES, 2004). A definição de Unidades de Conservação no Brasil é feita pelo SNUC que afirma que as mesmas apresentam-se como: “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais com características naturais ou relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE). Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>[ibama.gov.br](http://www.mma.gov.br)>. Acesso em 15/05/2007.

ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

De acordo com o Art.15º do SNUC (Lei 9985/00), a APA não se enquadra na categoria Unidade de Proteção Integral, onde o objetivo primordial é preservar a natureza (como as Reservas Biológicas, por exemplo). Ela pertence às Unidades de Uso Sustentável, que possuem menores restrições e podem compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de uma parcela de seus recursos naturais. Elas ainda permitem o exercício da atividade econômica dentro dos limites estabelecidos pelo plano de manejo, como o turismo, por exemplo. A APA geralmente é “[...] extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas [...]”.

Ambas as definições citadas mostram-se preocupadas com a conservação dos ecossistemas naturais e com o bem estar da população que vive na área protegida. Não se exige a desapropriação das terras, permitindo assim a manutenção das atividades humanas ali existentes, orientando-as apenas para que não ocorra a destruição e degradação desse ambiente protegido. Dessa forma, as APAs podem conter áreas públicas ou privadas.

Apesar de a legislação conceder direitos e deveres, o processo de implantação de uma APA não é tão simples. Ele envolve diversas etapas e procedimentos legais e técnicos. Sua criação, através de instrumento legal, constitui apenas o primeiro passo, que deve ser seguido pela regulamentação e fiscalização destas leis e decretos e pela implantação de um sistema de gestão ambiental. Devem ser definidos criteriosamente os instrumentos gerenciais, como o zoneamento ambiental, o plano de gestão e os instrumentos fiscais e financeiros para garantir o cumprimento dos objetivos básicos da APA (MATTOS, 1996).

Segundo a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) Nº10/88⁹ as APAs sempre terão zoneamento ecológico e econômico, o qual estabelecerá normas de uso que conciliem as atividades humanas já praticadas no

⁹ Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res88/res1088.html>>. Acesso em 09/12/2008.

local com a preservação dos ecossistemas ali existentes. Essa Resolução ainda destaca que atividades como terraplanagem, mineração, escavação e atividades ligadas à indústria deverão possuir licença ambiental para assegurar que a área não corra perigo de degradação do meio ambiente e que não provoque danos às pessoas e nem à biota (como a poluição, por exemplo). Atividades e projetos de urbanização como a construção de condomínios, loteamentos fechados e empreendimentos turísticos e de lazer, por exemplo, também deverão ser cuidadosamente analisados. Os mesmos não poderão ser aprovados sem antes possuírem autorização da entidade administradora responsável que deverá analisar a preocupação e adequação do projeto com o zoneamento ecológico-econômico da área, implantação de sistema de tratamento de esgotos, plantio de árvores etc. Mas será que as legislações são realmente respeitadas? Será que os usos feitos nos distritos de Sousas e Joaquim Egídio da APA realmente não prejudicam a biota e as populações? É o que veremos ao longo desta pesquisa.

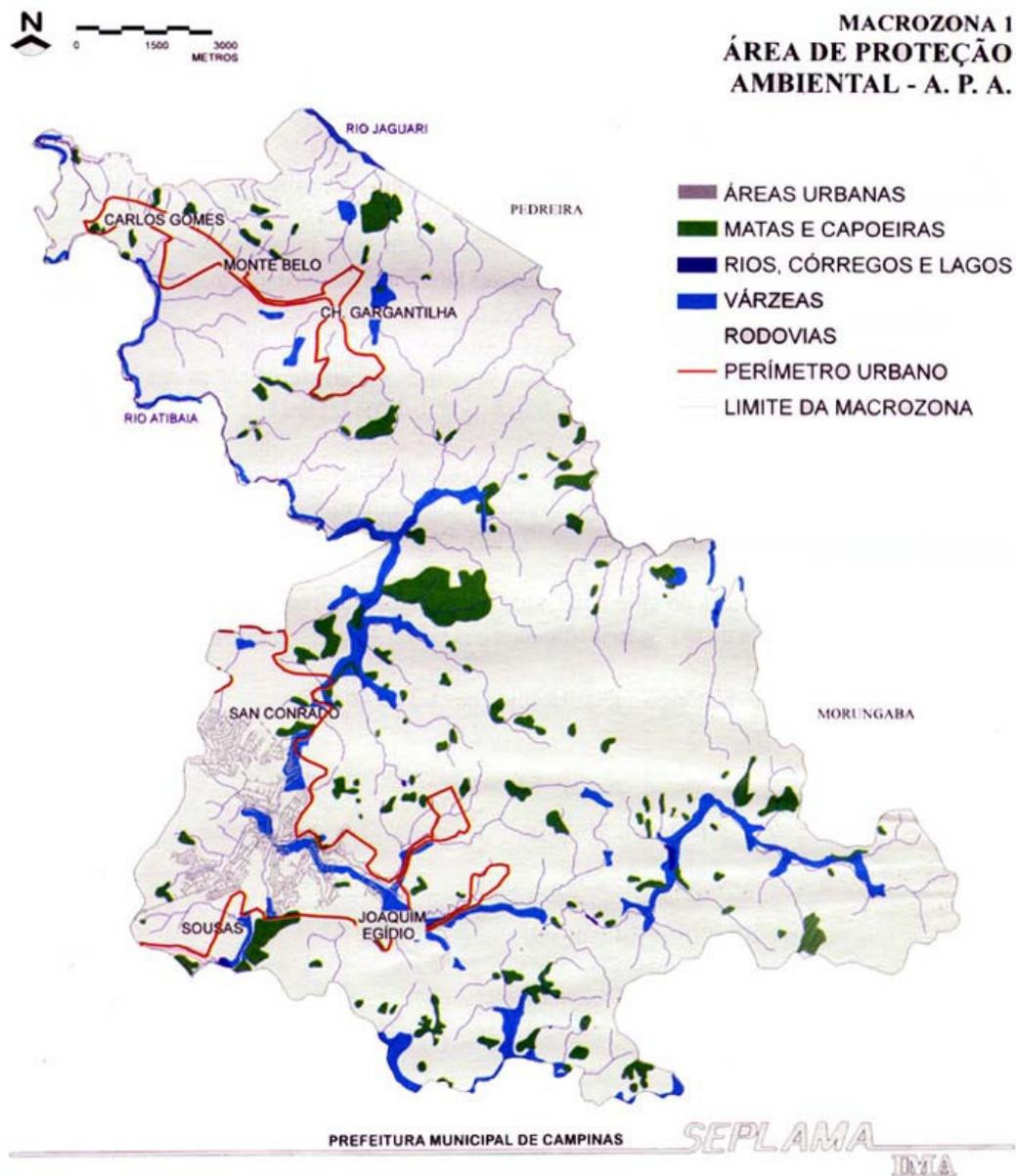
Segundo MATTOS (1996), o Município de Campinas já abriga diversas Unidades de Conservação e áreas correlatas: uma Área de Relevante Interesse Ecológico sob administração federal (Mata Santa Genebra), três Áreas Naturais Tombadas sob administração estadual (Bosque dos Jequitibás, Reserva Florestal da Fundação José Pedro de Oliveira e Fazenda Mato Dentro), dois Parques (um Ecológico - Monsenhor Emílio José Salim e outro Estadual - Parque Portugal), parte de uma Área de Proteção Ambiental Estadual (Piracicaba e Juqueri-Mirim), além da APA Municipal de Sousas e Joaquim Egídio.

1.3 Área de Proteção Ambiental (APA) de Sousas e Joaquim Egídio

Segundo dados do Plano Local de Gestão Urbana (1996), a APA está localizada no quadrante nordeste do município de Campinas, com uma área aproximada de 223 km² (27,39% da área total de Campinas), abrangendo todo o território do interflúvio dos rios Atibaia (que abastece 90% da população do município) e Jaguari, possuindo altitudes variadas, sendo a porção mais elevada do município. A APA ainda compreende integralmente as áreas dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, que

juntos correspondem a pouco mais de 2/3 da área total da APA, conforme mostra o **MAPA 1.3** a seguir.

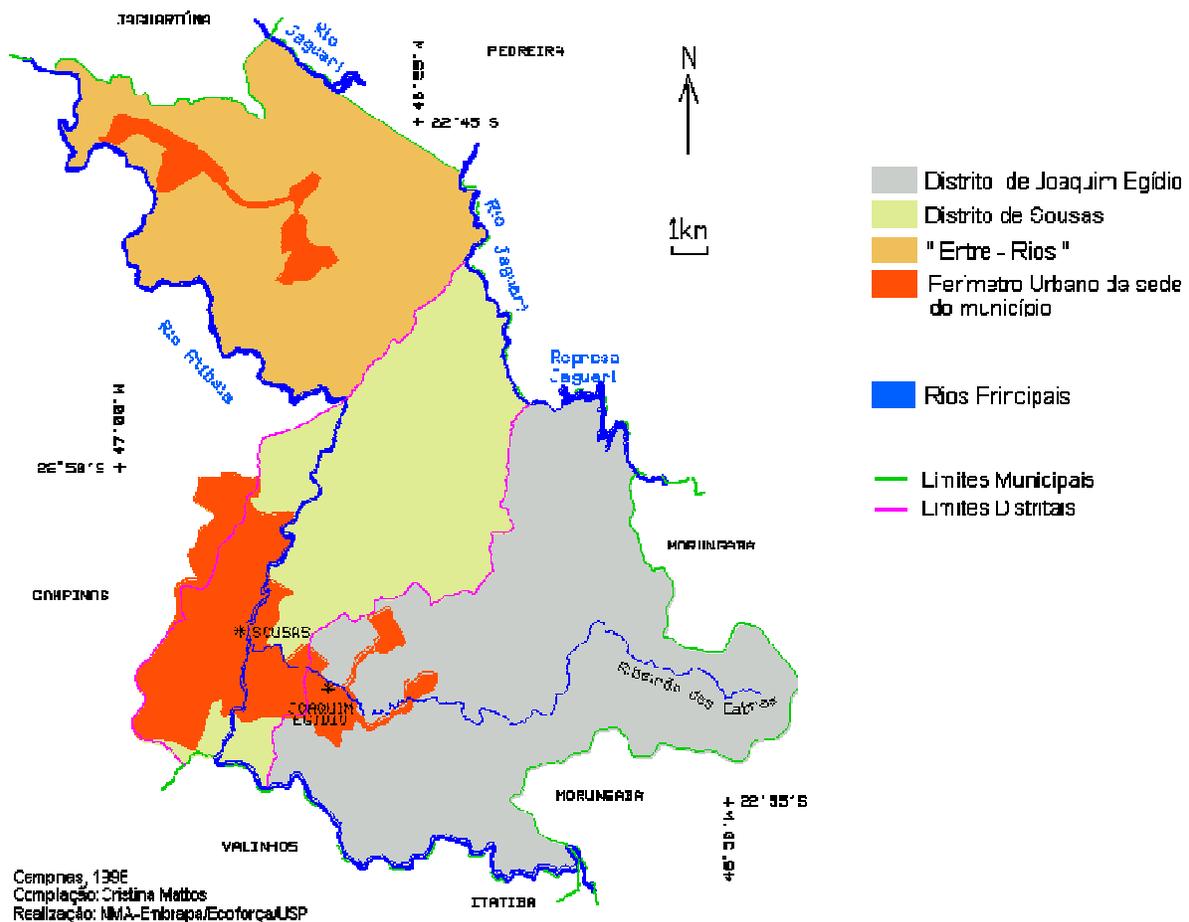
MAPA 1.3: Macrozona 1 - APA de Sousas e Joaquim Egídio



Fonte: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de Campinas, 2006

Esta área é complementada, ao norte, pela porção de território localizada entre Sousas e a divisa de Campinas-Jaguariúna-Pedreira, onde se localiza a área urbana do Núcleo Carlos Gomes, Jardim Monte Belo e Chácara Gargantilha. Como já mencionado, o foco de análise desta pesquisa são apenas os distritos de Sousas e Joaquim Egídio, locais mais relevantes da APA, considerando o que queremos investigar: a especulação imobiliária e a formação de novas territorialidades exclusivas no local devido à apropriação das áreas verdes – *natureza* - como mercadoria e a segregação socioespacial resultante deste processo. O **MAPA 1.4** a seguir mostra a localização dos distritos e os limites da APA.

MAPA 1.4: Localização e limites da APA



Fonte: MATTOS, 1996

Em seu meio físico, a APA caracteriza-se pela sua topografia acidentada, com acentuadas declividades e morros, caracterizando as maiores altitudes de Campinas, destacando-se o Pico das Cabras e o Monte Urânia como os pontos mais altos dos distritos. De acordo com MATTOSINHO (2000) as características topográficas foram fortes condicionantes para o uso e ocupação dessa área, que apresenta baixa densidade demográfica e a predominância de uma economia rural, com forte tradição agropecuária, sofrendo muitas pressões imobiliárias. Afloramentos rochosos graníticos são bastante comuns, o que atrai empreendimentos mineradores, que muitas vezes funcionam na clandestinidade, gerando impactos significativos na área. A APA ainda abrange duas bacias hidrográficas de Campinas, com recursos hídricos de grande importância para o abastecimento de água de algumas regiões do município. Abrange os mananciais hídricos do Rio Atibaia, que atravessa a região leste de Campinas, cortando o distrito de Sousas e o Rio Jaguari, que passa por Joaquim Egídio, fazendo divisa com o município de Pedreira. Localiza-se próxima ao Trópico de Capricórnio e seu clima é o subtropical (PMC, 1996).

Ainda destaca-se pela relativa proteção e diversidade biótica em relação ao restante do município. Suas matas e campos de várzeas abrigam hoje grande diversidade faunística e também de flora, sendo que os remanescentes das florestas localizam-se na zona rural dessa porção do município, que por muito tempo esteve protegida da ação antrópica. Prova disso é que, em Campinas, 97,4% do território foi destituído de vegetação original, restando apenas 2,5% de mata nativa (GASPAR, 2005), sendo que aproximadamente 60% desta está localizada na APA (MATTOSINHO, 2000). Assim, essa região representa a cobertura vegetal original do município, com fragmentos de florestas descontínuos, mas com bom estado de conservação, concentrando a segunda e a terceira maiores matas da cidade. As áreas da APA que apresentam remanescentes mais significativos de mata íntegra são a Mata Ribeirão da Cachoeira (233,7 ha); a Mata Fazenda Santana (97 ha) – esta mata é muito importante, pois protege a margem direita do Rio Atibaia – e a Mata Fazenda Recreio (63 ha), sendo as outras matas pequenas, localizadas ao sul da APA. A fauna também é rica. Gambás, corujas, micos, capivaras e outros animais podem ser vistos na região (PMC, 1996).

Nesta perspectiva, foi devido a notória relevância ambiental e cultural que essa porção leste do município de Campinas possui, que tanto a população local como as entidades organizadas da região (Organizações Não Governamentais – ONGs -, Associações Ambientalistas e de moradores dos condomínios horizontais fechados, universitários...) começaram a demonstrar interesse por essa área, antes mesmo dela tornar-se uma Unidade de Conservação. Uma das primeiras manifestações públicas organizadas em torno dessa questão ocorreu em 1991, com a realização do “Primeiro Fórum Ecológico de Sousas” (MATTOS, 1996). O fórum reivindicou uma proposta de desenvolvimento específica para aquela região, onde a preservação e a garantia da manutenção da *qualidade de vida* dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio deveriam ser primordiais.

Porém, MIRANDA (2001) atribui a criação da APA à realização de um seminário realizado em 1988 por entidades ambientalistas. Já os documentos do Centro de Memória da Unicamp mostram que as iniciativas para o interesse pela área e pela preservação da mesma surgiram bem antes, em 1978, quando reportagens de um jornal da cidade, *Correio Popular*, mostravam a APA como um lugar com paisagem diferenciada – muitas áreas verdes - e tranquilo dentro do município e que, por isso, deveria ser preservado frente ao crescimento urbano de Campinas (TREVISAN, 2006).

Entretanto, foi mesmo na década de 1990 que houve maior interesse e, sobretudo, ações que visavam proteger esta porção do município. Após a realização do já citado fórum, foi elaborada a “Carta de Sousas” que continha os principais problemas destacados nos debates. Tal fórum foi realizado pela Associação Campineira da Ação Ecológica e pelo Rotary Clube Campinas-Sul (MATTOS, 1996). Porém, o Presidente da Associação Campineira, em entrevista ao jornal *Correio Popular* (21/04/1991), afirmou que o potencial de desenvolvimento da APA eram os condomínios e o turismo, principalmente o ecológico e o rural, “revelando desde essa época a tendência do uso e ocupação elitizada tanto da moradia quanto do lazer” (TREVISAN, 2006, p.43), o que já denotava o início de um conflito entre desenvolvimento e proteção.

TREVISAN (2006) ainda mostra que, no mesmo fórum, houve outras contradições, uma vez que muitos foram contra a declaração do presidente da

associação, dizendo que tal forma de ocupação voltada à elite geraria segregação, já que a população local poderia ser expulsa devido aos altos preços da terra.

Notamos, portanto, as divergências de interesses e opiniões em um evento onde os participantes desejavam o mesmo: a proteção desta área tão relevante ambientalmente, o que nos mostra a dificuldade que é tratar deste assunto, revelando também o porquê de tantos processos desiguais no local atualmente.

Mediante tais mobilizações para preservar a região, foi em 1991 que o deputado federal José Roberto Magalhães Teixeira encaminhou ao Congresso Nacional projetos de criação de duas APAs, uma para o distrito de Sousas, outra para o distrito de Joaquim Egídio. Já em 1993, como prefeito da cidade, Magalhães Teixeira, na tentativa de conciliar tantos interesses diversos, criou através do decreto nº 11.172 de 28 de maio de 1993 - alterado pelo decreto nº 11.272 de 09 de setembro de 1993 - a APA de Sousas e Joaquim Egídio. Com este novo instrumento legal, as duas Unidades de Conservação instituídas pelo decreto municipal foram unificadas em uma única APA, que possui notável valor ambiental para o município. Sua gestão dita sustentável se baseia em atividades que adotaram como medidas principais a proteção do patrimônio natural, urbanístico e cultural presentes nesse território (MATTOS, 1996). Com a criação da APA, Campinas passou a apresentar mais uma nova territorialidade.

Ainda no ano de 1993 a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAMA) formulou uma "Proposta Preliminar de Macrozoneamento Ambiental das APAs de Sousas e Joaquim Egídio", apresentando um projeto de zoneamento para a APA que repartia os dois distritos em cinco zonas de acordo com seus potenciais e também leis de uso e ocupação do solo (MATTOS, 1996). São as zonas: Z. AMB (Zona de Conservação Ambiental), Z. HIDRI (Zona de Conservação Hídrica), Z. AGRO (Zona de Uso Agropecuário), Z. URB (Zona de Uso Urbano) e Z. TUR (Zona de Potencial Turístico). Cada zona possui objetivos, diretrizes e restrições sobre o que pode ou não ser feito no local, redividindo e reorganizando mais uma vez o território.

Os distritos de Sousas e Joaquim Egídio localizam-se na divisa da Z. URB (centros dos mesmos) com a Z. TUR (potencialidades turísticas dos distritos). Apesar de ser área mista, é predominantemente rural, com alguns espaços urbanos, caracterizados por uma ocupação antiga e menos intensa do que o restante da área da

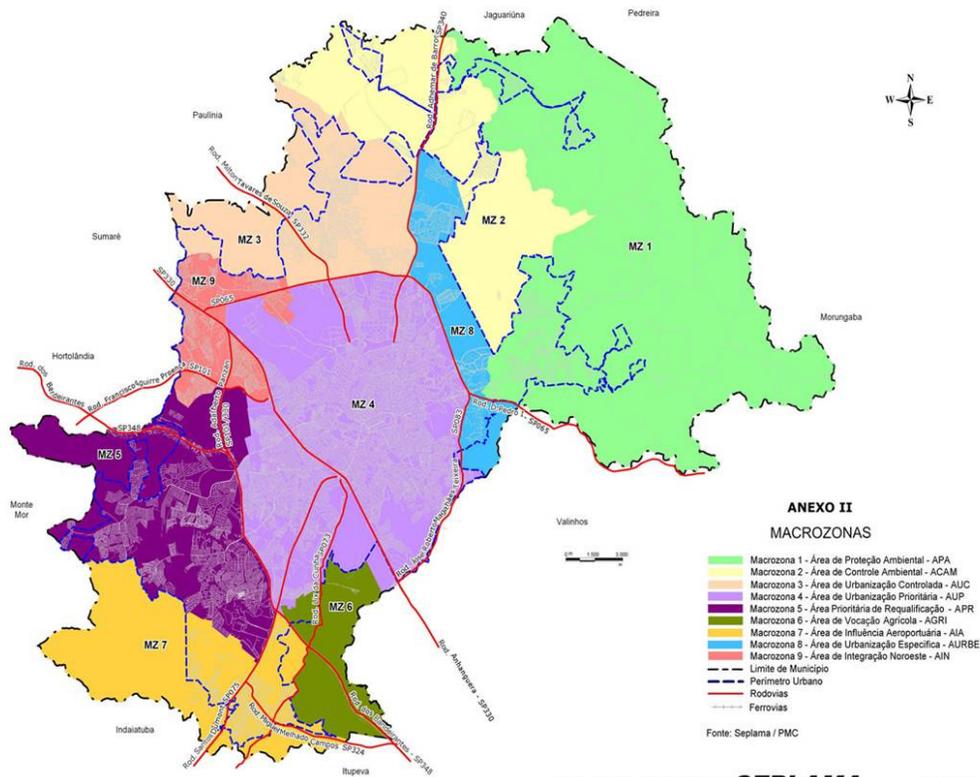
APA e do município de Campinas. As grandes propriedades rurais, como as antigas fazendas de café, são predominantes. Propriedades de pequeno e médio porte, a maioria chácaras, também são encontradas, principalmente no distrito de Joaquim Egídio, e as explorações agrícolas e atividades agrosilvopastoris caracterizam o uso da terra (PMC, 1996).

Ainda nesta época, por iniciativa da Prefeitura, foram formados grupos de trabalho cujo objetivo foi o de pensar ações de preservação para o patrimônio natural e cultural da APA. Formado por membros da Prefeitura, comunidades científicas e moradores da região, os resultados dos estudos culminaram com um documento entregue à Prefeitura que continha uma listagem dos problemas e necessidades levantados e também com a formação da ONG “Centro de Referência Ambiental de Joaquim Egídio”. Tal ONG elaborou em 1995 um seminário em parceria com a Prefeitura, quando questões sobre a APA foram discutidas (MATTOS, 1996).

No ano seguinte, a Prefeitura Municipal apresentou à comunidade uma reformulação do Plano Diretor de Campinas. O Plano dividiu o município em sete macrozonas para que sua administração e gestão ocorressem de forma mais organizada e funcional¹⁰. A seguir, o **MAPA 1.5** mostra o município dividido. A APA se encontra na Macrozona 1, porção norte e leste do mapa, em verde.

¹⁰ Na reestruturação do Plano Diretor Municipal de Campinas do ano de 2006, o zoneamento territorial foi revisto e o município passou a ter nove macrozonas ao invés de sete. A APA continuou fazendo parte da Macrozona 1, zona de grande relevância ambiental do município.

MAPA 1.5: Campinas dividida em 9 Macrozonas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS **SEPLAMA** PLANO DIRETOR 2006
Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Fonte: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de Campinas, 2006

Este Plano ainda previu a cria o de “Planos Locais de Gest o”, pelo qual cada bairro poderia formular o seu. Assim, a Prefeitura aprovou o “Plano Local de Gest o Urbana da APA de Sousas e Joaquim Eg dio” pela lei n  10.850/2001, o qual teve a participa o da popula o em sua formula o. Embora a APA j  estivesse prevista no Plano Diretor desde 1996, a lei de cria o e regulamentaa o de uso e ocupa o do solo da APA municipal de Campinas (Lei Municipal N  10.850) s  foi sancionada e promulgada pelo ent o prefeito Ant nio da Costa Santos no dia 07 de junho de 2001.

Ainda hoje muitos eventos e manifesta es da popula o local s o realizados em pr  de uma reflex o para o melhor desenvolvimento dessa  rea t o importante para Campinas. Um exemplo   a cria o do Conselho Gestor da APA (CONGEAPA) em 2002, previsto no Plano Local.   formado por membros da Prefeitura, moradores locais, presidentes de associa es de moradores de condom nios e loteamentos

fechados, universitários, ambientalistas, produtores rurais, empreendedores turísticos e demais comerciantes da região. O objetivo do Conselho é fiscalizar se as leis da APA estão sendo cumpridas corretamente, ouvir as necessidades e desejos dos envolvidos, propor algumas soluções, ou seja, agir em defesa desta área. Em suas atividades, o CONGEAPA já denunciou loteamentos e atividades de mineração irregulares, por exemplo.

Todavia, FREITAS (2008) discute que o CONGEAPA está agindo de maneira contraditória à sua ideia inicial e à sua formação, que é discutir e tentar encontrar o melhor caminho para as questões postas por todos os participantes que representam diversos segmentos da sociedade. Segundo FREITAS, a presidente do Conselho, Giselda Persón (mandato de 2007 a 2010), que também participa das reuniões representando a ONG Jaguatibaia (Associação de Proteção Ambiental) é, também, uma das sócias da empresa *Arbórea Ambiental*, responsável por emitir pareceres para que a Prefeitura conceda ou não o licenciamento ambiental de vários empreendimentos em Campinas, inclusive na APA.

Conforme enfatiza FREITAS (2008), a empresa já emitiu o primeiro parecer positivo para a aprovação de diversos loteamentos na APA, como os loteamentos fechados: Residencial *Ville Sante Helene*, Parque das Araucárias, Residencial Jaguari e Santana do Lapa, além do loteamento rural Serra das Cabras, que não possui situação regularizada, pois foi aprovado pelo INCRA somente para fins agrícolas, o que não permite o parcelamento e uso da terra para fins urbanos já existentes nesse caso¹¹.

Seguindo a lógica de mercado, a própria empresa que foi responsável por um parecer positivo que pudesse conceder licença ambiental para a construção de algum empreendimento, não teria motivos de ir contra seu próprio parecer. Isso significa que, se a empresa da qual a presidente do CONGEAPA pertence aprova alguma das etapas para a liberação de alguns empreendimentos, torna-se mais difícil se opor a eles, caso contrário, nem haveria a concessão dos pareceres¹².

¹¹ Falaremos mais sobre estes empreendimentos no terceiro capítulo.

¹² O CONGEAPA não tem poder de vetar os empreendimentos, mas tem participação no processo decisório de aprovação dos mesmos, uma vez que pode apontar os possíveis problemas e ainda sugerir algumas soluções para a Prefeitura conceder seu parecer final.

O caso é delicado e, sobretudo, já foi denunciado ao Ministério Público por FREITAS (2008). Aqui, apenas apresentamos a situação, para que nossa discussão também possa ser um caminho para a melhor condução e gestão da APA.

Considerando que os pareceres concedidos pela empresa mencionada sejam realmente positivos, ou seja, atestem que os futuros empreendimentos podem ser construídos sem que haja problemas ambientais na localidade, em muitos casos, a situação é delicada, pois sabemos que a aprovação desse tipo de empreendimento gera diversas consequências no espaço estudado, como a segregação socioespacial, a degradação ambiental, a privatização do que é público devido à grande especulação que há em torno deste local, o que ainda pode acarretar no parcelamento de áreas rurais com o tamanho inferior ao estipulado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de 20 mil m².

A situação ainda é complicada, pois, segundo FREITAS (2008), além da questão exposta, as reuniões do Conselho, que devem ser – e eram – públicas, agora são privadas, mesmo que de uma forma velada. As reuniões do CONGEAPA aconteciam toda última quinta-feira do mês na Estação Ambiental de Joaquim Egídio e era aberta ao público, tanto que participamos de algumas. Mas, por ser pública, alguns interesses estavam entrando em conflitos, “atrapalhando” a evolução das discussões.

Dessa forma, a partir de outubro de 2007, as reuniões passaram a acontecer na empresa *Merch Sharp & Dohme*, em Sousas. Apenas os Conselheiros souberam da alteração do local via informativo mandado por *e-mail*. Uma lista com os nomes desses participantes ainda fica na portaria da empresa e o visitante só entra mediante apresentação do documento de identidade e verificação do seu nome na lista (FREITAS, 2008), prática que acreditamos inibir e dificultar a participação do público em geral. Tentamos entrar em contato com a presidente para esclarecermos tal situação, porém a mesma respondeu que não poderia dar entrevistas sem ser de maneira formal, ou seja, solicitada pela Universidade por meio de vários trâmites burocráticos¹³. Neste

¹³ Tentamos entrevistá-la de maneira formal, mas não tivemos acesso à presidente do CONGEAPA, portanto, não tivemos condições de ouvi-la. Gostaríamos de ter tomado conhecimento sobre a sua posição perante a situação relatada, porém, a mesma não se pronunciou. Assim, apresentamos apenas um lado dos fatos.

sentido, o intuito do CONGEAPA - a proteção da APA de Campinas – pode perder-se em meio a tantos conflitos de interesses.

Outras associações que também se dizem sensibilizadas com as questões ambientais da APA também surgiram, como a Comissão Pró-APA, ONG Jaguatibaia, Associação Campineira de Ação Ecológica e Rotary Clube, além do Movimento “Reviva o Rio Atibaia” que realiza evento anual através da iniciativa privada local, com a participação de moradores e demais interessados, em prol das questões do meio ambiente.

1.4 Sousas e Joaquim Egídio

Como vimos, Sousas e Joaquim Egídio localizam-se na APA de Campinas, totalizando, juntos, um pouco mais de 2/3 da área total da mesma.

O histórico de ocupação humana dos mesmos é peculiar. Assim como ocorreu em Campinas, o processo de ocupação dos distritos também se deu em meados dos séculos XVIII e XIX. Porém, em Sousas e Joaquim Egídio não houve desenvolvimento industrial e urbanização intensa, assim como houve no restante do município, fazendo com que neles se estabelecesse uma sociedade fundamentalmente rural, baseada na agricultura cafeeira, guardando, ainda, tais características no presente, principalmente em Joaquim Egídio.

O núcleo urbano primitivo de Sousas surgiu pelas mãos dos sertanistas Antônio Aleixo de Godói e Bernardo José Sampaio em meados de 1830 que, devido à fartura de caça e pesca, logo decidiram construir uma ponte sobre o rio Atibaia para se estabelecerem com suas famílias na área. A terra fértil acabou por atrair várias famílias, entre elas os Sousa, donos de muitas terras, a quem o distrito deve seu nome atual. Sousas se tornou Distrito de Paz em 1896 e em 1889 recebeu o nome de “Arraial dos Souzas”, em referência a esta família que ali morava e era proprietária de muitas terras do local (PMC, 1996).

A linha férrea da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (1872) e o Ramal Férreo Campineiro (1894), mais as duas estações que a APA possui (Desembargador Furtado e Carlos Gomes), também contribuíram muito para o entrocamento viário, o

escoamento da produção agrícola e a migração de pessoas para a região. Com isso, começaram a surgir os primeiros povoados (pessoas que trabalhavam nas fazendas) e os primeiros sinais de urbanização com a construção da primeira capela em Sousas, a Matriz de Sant'Ana (1898), marcando o centro do povoado. A família Sousas também contribuiu para a construção da Igreja de São Sebastião em 1883, o que favoreceu ainda mais o crescimento da ocupação do distrito e seus arredores (PMC, 1996). Ambas as igrejas foram tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) em 2003 devido ao seu valor histórico e arquitetônico¹⁴.

Já o distrito de Joaquim Egídio surgiu um pouco mais tarde, em área próxima ao Rio Jaguari. O distrito nasceu das terras da Fazenda Laranjal, parte do latifúndio do capitão Floriano de Camargo Penteado. A sede da Fazenda ainda existe e hoje é ocupada pelo Hospital Psiquiátrico Tibiricá. Apenas tornou-se vila em 1958 e foi elevada a distrito de Campinas em 18 de fevereiro de 1959 pela lei nº 5.285. Antes, Joaquim Egídio era subordinado à Sousas. O distrito possui esse nome devido ao barão, conde, visconde e marquês de Três Rios, Joaquim Egídio de Sousa Aranha, rico proprietário rural e político brasileiro, eleito deputado provincial de São Paulo diversas vezes, que ocupou a presidência da província de São Paulo por três vezes nos anos de 1878, 1881 e 1882. Proprietário por herança do Engenho e da Fazenda Mato Dentro - antiga sesmaria da APA em Joaquim Egídio - é por este motivo que o distrito o homenageia levando seu nome (MATTOS, 1996).

Com a crise do café em 1929 houve um significativo declínio populacional nesta região. “[...] registra-se que a população de Sousas, constituída nesse ano por cerca de 25 mil pessoas, passou para 5 mil menos de 5 anos depois” (MIRANDA, 2001 p.58). Essas pessoas emigraram para o centro de Campinas em busca de empregos na indústria e muitas fazendas ficaram abandonadas (PMC, 1996).

Os distritos ainda foram palcos da Revolução Constitucionalista de 1932, que, dentre outras consequências, teve a destruição da primeira ponte de madeira de Sousas. Hoje, no local, encontra-se o Coreto de Sousas, construído no final da década

¹⁴ Todas as informações referentes a tombamento de patrimônios de Campinas foram fornecidas pelo CONDEPACC em novembro de 2008 e também pelo *site* da Prefeitura Municipal de Campinas, disponível em: < <http://www.campinas.sp.gov.br>>. Acesso em 27/05/2009.

de 1930 e início da década de 1940, à beira do Rio Atibaia (PMC, 1996). Devido ao seu referencial histórico, o coreto foi tombado pelo CONDEPACC em 2003.

Já na década de 1950, ainda sob os efeitos da crise, o parcelamento do solo dos distritos intensifica-se junto com um novo processo de urbanização, quando aparecem as primeiras indústrias, como uma das mais conhecidas, a fabricante de medicamentos *Merck Sharp e Dohme*, além dos loteamentos (MIRANDA, 2001), principalmente no distrito de Sousas, que sofreu esse processo – urbanização – de forma mais intensa e acelerada do que Joaquim Egídio. É ainda nesta década que a ocupação de Sousas começa a ser maior do que em Joaquim Egídio, com a aprovação de 9 loteamentos de pequeno porte (lotes com área média de 270m²), enquanto que no outro distrito a ocupação só começa no final da década de 1950 (PMC, 1996).

Na década de 1960, mesmo com o intenso parcelamento do solo de Campinas, Sousas recebe apenas dois loteamentos. Um deles foi o Conjunto Habitacional da Cohab – Vila Santana com 204 unidades habitacionais térreas (200m² cada lote) - alterando a paisagem urbana. Em 1970 surgem loteamentos maiores e mais periféricos voltados à elite, com lotes de área superior a 600m² cada, como o “Caminhos de San Conrado” em Sousas, o “Colinas do Ermitage”, entre Sousas e Joaquim Egídio e o “Morada das Nascentes”, localizado na área rural de Joaquim Egídio (PMC, 1996).

Tais loteamentos causaram uma ruptura no tecido urbano da APA, configurando o perímetro da zona de expansão urbana. Além disso, foram responsáveis pela causa de alguns processos erosivos, como é o caso do Morada das Nascentes e Colinas do Ermitage, pois foram implantados em terrenos impróprios à urbanização (PMC, 1996), contribuindo para a fragmentação do território e para a degradação do meio ambiente local, o que vai diretamente contra às diretrizes de implantação da APA.

A aprovação desses loteamentos deu-se na mesma época de uma notável expansão econômica no município, o que talvez justifique a implantação de empreendimentos de grande porte, como o Caminhos de San Conrado (PMC, 1996). Portanto, foi a partir da década de 1970 que os distritos começaram a sofrer mudanças significativas novamente, quando o apelo por *qualidade de vida*, embora de maneira ainda discreta, já começava a atrair novos moradores para aquela região.

Na década de 1980 foram implantados 6 novos loteamentos em Sousas, sendo que o Jardim Botânico e o Jardim Martinelli mostraram tendência de aumento na área dos lotes. Conforme mostra a **TABELA 1.1** a seguir, a partir do final da década de 1980 foram aprovados alguns condomínios horizontais fechados em Sousas. Nesta época, também teve início uma massiva implantação de empreendimentos irregulares em áreas rurais para fins urbanos, fazendo com que a Prefeitura tomasse medidas punitivas (PMC, 1996).

Tabela 1.1: Condomínios horizontais fechados (1989 a 2006)

Distrito	Nome	Ano Aprovação	Área da gleba	Nº de lotes	Área
Sousas	Portal da Mata	1989	Não informada	Não informado	Urbana
	Sousas Park	1993	Não informada	Não informado	Urbana
	Monte Carlo	1997	Não informada	Não informado	Urbana
	Residencial Quinta dos Jatobás	2006	41.707.10	20	Urbana

Fonte: Departamento de Uso e Ocupação do Solo da Prefeitura Municipal de Campinas, 2007

Ainda hoje, a área recebe muitos empreendimentos imobiliários, cada vez mais valorizados pelo entorno e pela ideia de *natureza* e tranquilidade em uma grande cidade. Os **ANEXOS A** e **B**, apresentam esses tipos de empreendimentos existentes em Sousas e Joaquim Egídio, respectivamente. São loteamentos aprovados que foram fechados posteriormente, loteamentos que já “nascem” fechados, e loteamentos rurais que possuem uso urbano. Iremos conferir cada tipo de empreendimento no terceiro capítulo.

Sousas também apresenta grandes áreas não parceladas na área urbana. São porções remanescentes de antigas fazendas, já loteadas ou não, localizadas paralelamente à margem esquerda do Rio Atibaia, como a Fazenda Santana, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Santa Odila, Fazenda Pedra Alta, Fazenda Maria Amélia e Fazenda Jatibaia. A maioria delas tem destinação rural.

O que dificulta o parcelamento dessas áreas para empreendimentos urbanos é a dificuldade de acesso e a carência de infraestrutura básica. Ainda assim, a Prefeitura alerta que essas áreas não podem ser denominadas como vazios urbanos por sofrerem a falta de infraestrutura, devendo ser encaradas como o resultado do processo peculiar de urbanização da APA, que marca a transição urbano-rural (PMC, 1996).

Verificamos, então, que Sousas e Joaquim Egídio apresentam dois extremos de urbanização: loteamentos populares com grande densidade populacional - muitos sem condições mínimas de habitação, como saneamento básico - e também uma urbanização elitizada, com condomínios e loteamentos fechados de alto padrão (SILVA, 2004).

Por a urbanização não ter sido intensa na APA, ela apresenta a mais baixa densidade populacional e de urbanização do município. Esta área apresenta a ocupação humana de 20.153 habitantes, sendo que Sousas e Joaquim Egídio possuem 18.212 habitantes (concentrando a população da APA), enquanto Campinas possui 1.039.297 habitantes, segundo a Contagem da População feita pelo IBGE (2007).

Segundo informações colhidas no Posto de Informações Turísticas de Sousas e Joaquim Egídio, hoje os distritos contam com mais de 250 estabelecimentos comerciais (bares, restaurantes, comércio varejistas e também atacadistas, como farmácias, padarias e supermercados). O setor de transportes tem 100% de atendimento e a malha viária urbana é composta de 90% asfalto e 10% terra. O transporte coletivo ainda conta com linhas convencionais (ônibus) e linhas seletivas (microônibus). Na região não existe terminal rodoviário e nem linhas intermunicipais¹⁵.

Como já vimos, Sousas e Joaquim Egídio ainda abrigam um vasto patrimônio cultural e arquitetônico, herança do período cafeeiro, tão importante na produção deste espaço. Alguns já foram citados, porém existem muitos outros.

Algumas edificações que constituem o patrimônio encontram-se em péssimo estado de conservação, deteriorados, abandonados e pichados. Todos foram tombados pelo CONDEPACC. Sedes de antigas fazendas da época do café e outros edifícios com valor arquitetônico e histórico são fáceis de serem encontrados, devido ao seu processo

¹⁵ Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.gov.br>>. Acesso em 27/05/2009.

de ocupação. Citaremos a seguir alguns dos patrimônios mais relevantes, sem deixar, é claro, de reconhecer o valor de cada um, porém, seria impossível discriminar todos os existentes.

O Casarão de Joaquim Egídio foi construído em 1898 e tombado em 2002, a pedido dos moradores do distrito que, em 1988 iniciaram um abaixo assinado ao Conselho pedindo a preservação do imóvel. Era uma residência e loja da fazenda que atendia a população rural no auge do período do café. Hoje, abriga a subprefeitura do distrito e também uma exposição permanente sobre o café. Já a subprefeitura Sousas é de 1914, tombada em 2003 por manter as características arquitetônicas da época. Ainda em Sousas, podemos citar a Ponte Adhemar de Barros, tombada em 2003. Foi construída em 1940 com a finalidade de facilitar o acesso às fazendas, à igreja e aos estabelecimentos comerciais. É a principal via de acesso na ligação dos distritos com Campinas. Outra ponte tombada neste ano foi a Ponte do Padre Dom Abel (liga o distrito à Rodovia. Dom Pedro I). Antes do ramal férreo, os escoamentos da produção canavieira e depois da cafeeira eram realizados por esta ponte, feita de pedra e madeira, em lombo de burro, boi e tropas a cavalo, o que demorava muito. Foi tombada pelo seu valor socioeconômico e histórico.

O Monumento ao Imigrante do artista Lélío Colluccini, feito em mármore e bronze, localizado em frente à Matriz de Sant'Ana em Sousas é outro patrimônio tombado em 2003. Ele marcou o 10º aniversário do *Lions* Clube de Campinas – Sousas, inaugurado em 1970. Outro patrimônio é a Casa de Cultura e Cidadania Antônio da Costa Santos¹⁶ em Sousas, a construção é de 1885. Foi construída para residência e doada em 1918 para a prefeitura, transformando-se em uma escola. Em 1972, foi transformada em posto médico e hoje é ligada à secretaria de cultura, como veremos no terceiro capítulo.

O hospital Cândido Ferreira também é patrimônio tombado em Sousas. Foi criado em 1919 para abrigar 21 presidiários da cadeia pública de Campinas que apresentavam problemas psiquiátricos, agravados pela falta de assistência correta e baixa higiene. Foi tombado em 2003. Há, também, o Posto Policial de Sousas,

¹⁶ Antônio da Costa Santos, Toninho, foi Prefeito da cidade de Campinas, assassinado em 2001.

construção de 1895 que sediava a Cadeia do Arraial de Sousas. É uma construção isolada, sem relação com as demais construções do centro do distrito.

Em Joaquim Egídio, a casa do Cardeal Dom Agnello Rossi (nascido no distrito) - o brasileiro que mais alto subiu na hierarquia eclesiástica, chegando a ser cardeal-decano do Colégio Cardinalício - também foi tombada em 2003. Ainda em Joaquim Egídio, foi tombada em 2003 a Igreja de São Joaquim e São Roque, datadas do final do século XIX, além do Observatório Jean Nicolini, localizado no Monte Urânia na Serra das Cabras. Este foi inaugurado em 1977 e tombado em 1994, considerado um importante centro de pesquisas astronômicas.

Há muitas fazendas com as edificações tombadas: Fazenda Duas Pontes – hoje, um hotel-fazenda -, Fazenda Três Pedras, Fazenda Santa Rita de Mato Dentro etc. Bem como as estações ferroviárias (Estação Desembargador Furtado e Entorno, Estação Carlos Gomes...), além dos trilhos dos ramais férreos (Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação – CMEF). Os núcleos urbanos que ainda conservam fragmentos históricos e culturais tiveram as ruas e caminhos do centro tombados. As usinas hidrelétricas (Usina Macaco Branco, Usina Jaguari – ambas no Rio Jaguari e Usina Salto Grande no Rio Atibaia) também são tombadas, bem como os demais vestígios da história local, que revelam os valores que a região possui, caracterizando o seu patrimônio arquitetônico.

De acordo com o Plano de Gestão Local da APA, este patrimônio:

[...] constitui-se do conjunto existente de edificações dotadas de valor histórico, estético ou cultural, bem como do contexto paisagístico em que se insere, e não apenas dos remanescentes de períodos econômicos ou fases anteriores da história de Campinas (PMC, 1996, p.29).

Tais patrimônios sofrem com as pressões exercidas pela dinâmica urbana atual, marcada por vandalismos e esquecimento por parte dos órgãos responsáveis. A manutenção dos mesmos torna-se um jogo de empurra-empurra entre a administração municipal e os proprietários dos imóveis, sendo que nenhuma das partes julga-se responsável pela manutenção. Muitas dessas edificações hoje servem como atrativos turísticos, mas não são todas que se encontram em bom estado, infelizmente.

Em Sousas e Joaquim Egídio, o patrimônio cultural é marcado pelas comemorações religiosas e comunitárias – heranças da migração estrangeira - como as festas de Sant’Ana (padroeira de Sousas), São Joaquim e São Roque (padroeiros de Joaquim Egídio), além das feiras que expõem o artesanato de artistas locais. O próprio estilo de vida e o cotidiano de seus habitantes mantém vivas as tradições culturais de uma população composta, principalmente em Joaquim Egídio, por fazendeiros, camponeses tradicionais, descendentes de escravos e imigrantes, particularmente os italianos, além de muitos artistas e artesãos.

A cultura local deixada pelos imigrantes italianos, somada à paisagem bucólica e às construções realizadas ao longo dos séculos, transformaram os distritos em patrimônio ambiental, cultural e histórico de Campinas. Esta notável beleza cênica atraiu (e atrai cada vez mais) novos moradores, além de muitos turistas e “visitantes” em busca de turismo e lazer. A motivação é passar o dia em um restaurante rústico em meio à *natureza*, praticar algumas atividades relacionadas ao ecoturismo (trilhas, caminhadas, banhos de cachoeira, arvorismo...), além da visita aos clubes e pesqueiros e às represas nos rios Atibaia e Jaguari.

Conforme constatado, muitos são os atrativos procurados pelos turistas e “visitantes”. São vastas as opções de bares e restaurantes e práticas de ecoturismo, porém, tais atividades são restritas apenas a quem possui condições financeiras.

Dessa forma, podemos dizer que as características naturais, culturais e históricas de Sousas e Joaquim Egídio influenciaram a forma de uso e consumo dos mesmos e a sua elitização, tanto na habitação, como no lazer. Houve uma transformação da realidade e da configuração territorial, “caminhando na dialética entre um movimento pró-proteção, e pela degradação ambiental causada com a atração de pessoas a procura de **qualidade de vida** [grifo nosso]” (TREVISAN, 2006, p.49).

CAPÍTULO 2: REENCANTAMENTO PELA NATUREZA E SUA APROPRIAÇÃO COMO MERCADORIA

Atualmente, sabemos que as áreas verdes são concebidas como uma mercadoria pela sociedade capitalista, mesmo que de forma inconsciente por parte de alguns. Porém, essa relação nem sempre foi assim. Ao longo da História, o homem moldou a sua concepção de natureza de acordo com a sua evolução, os seus conhecimentos e a sua cultura. Portanto, para entendermos como se deu a mercantilização da *natureza* devemos tentar compreender as relações que o homem mantinha com ela no passado, pois assim conheceremos o que o levou a apropriar-se da mesma como mercadoria na contemporaneidade. Acreditamos que seguindo este caminho, podemos entender melhor os processos socioespaciais que hoje ocorrem em nossa área de estudo.

Podemos dizer, portanto, que a natureza que nos é mostrada e pensada pela sociedade, está inserida no espaço geográfico, e que é, fundamentalmente, social. Dessa forma, se historicamente, esse espaço é construído pela sociedade, ele também é concebido em relação à natureza (SMITH, 1988). Neste caso, “a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza” (SMITH, 1988, p. 109).

Sabemos que o espaço geográfico é um composto de formas-conteúdo, de objetos geográficos. Conforme explica SANTOS (2008, p. 103):

A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa idéia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Nesta perspectiva, confirma-se a ideia de Santos sobre a indissociabilidade da natureza e da sociedade: não existe a dicotomia entre homem e natureza: a sociedade e o meio onde o homem vive caracterizam-se por uma só “coisa”, por isso, tal relação sempre foi marcada pela forma como o homem concebe a natureza, de acordo com a história da sociedade.

Não existe uma natureza em si, externa ao homem, mas, uma natureza pensada e transformada por ele e pela sociedade na qual está inserido. Portanto, é a partir de

processos históricos sofridos pelas sociedades que elas foram moldando suas concepções de natureza, de cultura, de formas de pensar sobre o próprio homem e sobre o mundo.

LUCHIARI (2001, p. 11) enfatiza que: “em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz, transformando-a em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura”. Isso prova que a ideia que temos de natureza realmente foi e ainda é uma concepção pensada socialmente. A esse respeito GONÇALVES (2006, p. 23) afirma que:

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

Nessa perspectiva, a natureza torna-se uma ideia abstrata da concretude da vida e por isso é tão difícil conceituá-la. Não existe, portanto, um conceito posto. A ideia de natureza é aquela criada no imaginário social coletivo. Por isso, para se entender o que é natureza hoje, o que cabe ser analisado são as concepções que a mesma foi tomando ao longo da história dos homens, até os dias atuais.

Para se analisar a natureza deve-se ir além das representações comuns e das ideologias, para só então conseguir enxergar o que ela realmente é, além de seu significado para a sociedade, entendendo também todos os tipos de relações sociais envolvidas. A natureza que temos, aquela já transformada socialmente, faz parte do espaço. Como o homem também é natureza e ele, também, faz parte do espaço, a sua concepção de natureza deve ultrapassar a visão somente ecológica e biológica, englobando a problemática social, isto é, considerando, também, a sociedade. Quando isso não acontece, comete-se o erro da dualidade, ou seja, do uso da dicotomia “homem-natureza”, inexistente de acordo com SANTOS (2005).

Certifica-se então que homem e natureza nunca foram e nem serão separados. Um pertence ao outro, não havendo possibilidade de existência humana desvinculada da mesma. O homem e suas intencionalidades interferiram de tal forma na natureza, que ela não existe mais simplesmente enquanto natureza *natural*, mas sim enquanto

segunda natureza ou natureza transformada, sendo que a principal forma de o homem imprimir suas intencionalidades no meio em que vive é através da relação que ele estabelece com a mesma, mediada pela técnica (SANTOS, 2008).

Ainda para SANTOS (2008), as relações que acontecem entre sociedade e natureza se resumem na substituição de um meio *natural* por um meio artificializado e transformado pela própria sociedade. Todavia, essa relação nem sempre foi assim. Nem sempre o meio geográfico foi usado também como um meio técnico. Assim sendo, buscamos algumas referências na filosofia e na própria geografia, focando a análise no mundo ocidental, para podermos mostrar as diferentes formas de apropriação da natureza através dos tempos. Entretanto, é a época atual que nos interessa, quando a *natureza* é apropriada como mercadoria, processo recorrente em nossa área de estudo, que desencadeia muitas contradições. Vejamos de forma sucinta como as diferentes sociedades enfrentaram suas relações com a natureza.

2.1 As diferentes formas de apropriação da natureza

Antigamente, a contemplação do belo era uma forma de se estabelecer significativamente a relação entre homem e natureza, ou simplesmente dela se aproximar. A sua “domesticação” visava proporcionar bem-estar estético aos homens da época, não havendo a separação entre homem e natureza, a qual seria estabelecida mais tarde.

O *encantamento* pela *natureza* - símbolo do belo - se traduzia no apego aos jardins (HENRIQUE, 2004). A influência dos jardins e das ruas arborizadas acompanhou o homem através da história até a atualidade, quando as áreas *naturais*¹⁷ são revalorizadas, principalmente por aqueles que têm um modo de vida cada vez mais urbano. Essas pessoas desejam se aproximar e conviver próximas da *natureza*. Além

¹⁷ Quando nos referimos a *naturais* queremos enfatizar o mito que envolve a palavra, uma vez que não há uma área totalmente natural, virgem e intocada pelo homem no mundo. Não mais existe uma natureza selvagem, “*in natura*”, livre de qualquer influência ou ação antrópica. O que temos hoje é tão somente a *segunda natureza*.

de beleza, essas pessoas ainda aspiram *qualidade de vida*, como veremos nos itens a seguir.

Já o período da Idade Média, além de ser caracterizado pelos temores do homem em relação aos eventos naturais, foi também marcado por grande influência teológica. A noção de que o homem era o criador de tudo com suas próprias mãos é abandonada: a natureza passou a ser encarada como a obra de Deus e lhe foi atribuído um valor divino (HENRIQUE, 2004). A concepção de natureza também seguia a lógica da fé e das doutrinas na Igreja Católica, deixando de seguir a visão antropocêntrica do período anterior.

Mesmo com o receio dos homens por certos lugares ainda desconhecidos, foi nesta época que a sociedade começou a moldar uma concepção romântica de natureza e do que é “natural”. DIEGUES (2004) enfatiza que esta valorização da *natureza* por parte da sociedade pode ter tido origem no mito do paraíso terrestre – Jardim do Éden – próprio do cristianismo¹⁸.

Já nesta época, o interesse pelas ciências pôde proporcionar ao homem medieval avanços na agricultura, o que fez com que o meio passasse a ser transformado mais intensamente do que no período anterior. Tal desenvolvimento de técnicas fez com que o homem começasse a “dominar” a natureza cada vez mais, mudando sua relação com a mesma, à medida que as transformações iam acontecendo.

A transição da Idade Média para a Idade Moderna caracterizou-se pelo avanço e pelo desenvolvimento técnico. Ao mesmo tempo em que se contemplava a *natureza*, sobretudo no âmbito artístico, havia a necessidade de conquistá-la ou “desvendá-la”. Assim, juntamente com o temor pela natureza havia o fascínio que a mesma causava nos homens. Os descobrimentos marítimos exemplificam bem essa ambiguidade - temor/fascínio -, muito presente no processo de conquista de novos territórios e necessária para o desenvolvimento do capitalismo.

A concepção de *natureza selvagem*, que estava impregnada no inconsciente coletivo até então, foi enfraquecida a partir do momento em que a técnica e a ciência

¹⁸ O Jardim do Éden, segundo o catolicismo, “era um paraíso preparado para o homem, no qual Deus conferiu a Adão o domínio sobre todas as coisas vivas” (THOMAS, 1988).

foram *sacralizadas*. Na medida em que a civilização incorporava conhecimentos, uma parcela da mesma questionava a existência de mitos (DIEGUES, 2000). O que não significa que os mitos tenham desaparecido. Na sociedade contemporânea, os mitos são, ainda, muito presentes.

A partir de então, o homem se viu como sujeito poderoso para agir e “dominar” o objeto “inferior” - natureza - que antes tanto temia. A ideia de “dominação da natureza” pelo homem, através do desenvolvimento de suas técnicas, fomentou a dicotomia entre eles. O Iluminismo, no início do século XVIII, também contribuiu para este pensamento, pois com ele, a filosofia medieval religiosa foi varrida para longe da era moderna¹⁹.

Dessa forma, o crescimento de uma sociedade urbano-industrial, que se consolidou já no século XIX, aliado aos efeitos do desenvolvimento nas áreas técnicas e científicas, influenciaram, cada vez mais, a forma como os homens da época pensavam e concebiam a natureza e suas relações. A partir do duplo processo urbanização-industrialização, as cidades cresciam enormemente, tornando-se grandes aglomerações urbanas. A migração para elas foi intensa, e assim, os homens, concentrando-se nos centros urbanos, foram perdendo o contato com o campo, passando a encará-lo como rústico e ultrapassado. A natureza como paisagem deixava de fazer parte do cotidiano dos cidadãos. Nesta perspectiva, ela foi transformando-se ainda mais.

As cidades tornaram-se mais poluídas e a sociedade se viu, cada vez mais, distante das áreas verdes. Até que, influenciada por alguns artistas e escritores românticos, a sociedade volta a procurar por ela, na busca por *qualidade de vida* para resgatar aquela vida mais saudável do meio rural. Segundo THOMAS (1988), a própria literatura da época passou a ser adepta e grande incentivadora de uma “volta à natureza”, encorajando a sociedade através de uma escrita caracterizada por uma linha antiurbana, revalorizando o campo em detrimento das fábricas e ares poluídos das cidades. É o *encantamento* pelo que é natural.

¹⁹ Os Iluministas queriam mostrar que a partir de seus ideais críticos e do uso da razão poderiam contribuir para acabar com a obscuridade e submissão do período anterior e, assim, na medida em que a razão se tornava instrumental, a ciência passava a se tornar um instrumento de dominação, poder e exploração.

A *natureza*, que era encarada como “submissa” e “rústica”, passa a receber outros tipos de tratamento. Porém, mesmo com a valorização do meio ambiente, ainda permaneceu no pensamento da sociedade moderna a dicotomia “homem-natureza”, pois “hostil ou amiga, a natureza era exterior; ela era um mundo a ser conquistado ou um lugar para o qual retornar” (SMITH, 1988, p.37). Fica claro que a dicotomia está enraizada no pensamento de uma sociedade que criou a concepção de natureza por meio de sua cultura. Ainda notamos que a revalorização da mesma ocorreu em um contexto onde também se desejava valorizar as produções agrícolas do campo. Tal revalorização era extremamente conveniente para as classes hegemônicas da época, que desejavam fomentar suas virtudes rurais frente aos interesses do cada vez mais crescente e poderoso capitalismo industrial (MOWRY²⁰, apud SMITH, 1988).

Já na era contemporânea²¹, as áreas científica e tecnológica foram desenvolvidas ainda mais e, com isso, os consumismos exacerbados e sem sentido, também cresceram. Com a argumentação de que “não se pode ficar para trás”, utilizando uma tecnologia ultrapassada, entra-se no fluxo das evoluções, deixando-se levar pelo *marketing*, isto é, pelo paradigma de uma sociedade cada vez mais consumista, fútil e alienada. Isso ocorre, inclusive, em relação à *natureza*. Neste período, as relações entre homem e natureza também foram modificadas na medida em que a sociedade foi se modificando culturalmente. Dessa forma, a *natureza* é “dominada”, explorada, degradada em nome da busca pelo progresso, enraizado na mentalidade dessa sociedade.

Contra essa tendência, ocorre o *reencantamento* pelo meio ambiente. Uma parcela da sociedade decide que a *natureza* deve ser protegida na relação com o “homem predador”. O mesmo processo de “volta à natureza” do século XIX, vem à tona também nesta época.

Analisando os fatos, vê-se que ao enxergá-la como externalidade, o homem continua construindo as suas relações com a natureza através da dicotomia e do “domínio”. Assim sendo, ocorre o *reencantamento* pela *natureza* “perdida” em meio ao

²⁰ MOWRY, G. **The urban nation 1920 - 1960**. New York, 1965.

²¹ Marcamos o início da Idade Contemporânea a partir do século XX até os dias atuais, pois, em geral, podemos abordar a contemporaneidade em referência à escala tempo relacionado à nossa vida.

“caos” urbano e se decide resgatá-la e “protegê-la” das mãos irreversíveis e poderosas daquele mesmo progresso de outrora...

Todavia, o homem adquiriu conhecimento científico sobre a natureza (o meio físico), e por meio dele pode transformá-la para obter lucro e, por isso, não se trata de uma relação ingênua, pois “quando a natureza é preservada, é para que esta seja consumida” (SANTANA, 2001, p.187). Por isso, o homem a “domina”, com o pretexto do *reencantamento*, para que as pessoas sintam necessidade de aproximarem-se dela -consumindo-a -, pois as áreas verdes foram transformadas em mercadoria.

Quando o mercado induz ao *reencantamento* pela *natureza* com o intuito de vendê-la como mercadoria, podem surgir novas territorialidades, exclusivas e segregadoras, pois não são todos que têm condições de adquirir (LUCHIARI, 2001), a exemplo do que acontece em Sousas e Joaquim Egídio.

Dessa forma, as áreas verdes que ainda temos em nossas cidades caracterizam-se por ser mais uma forma de ganhar dinheiro, pois “[...] a carência de recursos naturais logo transforma o elemento natural num bem raro, portanto passível de ser valorizado” (SANTANA, 2001, p.180).

Assim sendo, a natureza é mais uma vez dissociada do homem, que a enxerga apenas como mercadoria a ser consumida e não parte de si. Podemos então dizer que a *natureza* acabou, agora, ela é um valor, é social (SANTOS, 2008).

O *reencantamento* pela natureza é apenas mais uma artimanha do mercado, que faz com que o homem se *reencante* com os *simulacros* que retratam as paisagens *naturais* através de empreendimentos imobiliários e turísticos próximos às áreas verdes, como acontece em nossa área de estudo. “Isso implica na tentativa de retirar qualquer valor de uso que a natureza possa ter e valorizá-la pelo o que ela é e não pelo o que ela pode proporcionar ao homem” (SANTANA, 2001, p.178).

2.2 Os mitos e o *reencantamento*: Brasil como um “semióforo”

Podemos dizer que o *reencantamento* pela *natureza* que temos hoje é herança de uma imagem do Brasil transformada em mito – o “paraíso perdido” – como resultado das belezas naturais e bucólicas encontradas no local pelos europeus na época dos

Descobrimientos. “[...] o Brasil foi carregado pelo imaginário europeu; a descrição do país assume a imagem de um reencontro com o paraíso perdido” (DIEGUES, 2004, p.111), conforme podemos comprovar ao lermos a carta de Pero Vaz de Caminha.

CHAUÍ (2000), assim como Diegues, também relaciona a natureza aos mitos no Brasil. Em sua opinião, esta nação é interpretada como um semióforo, ou seja, como um conjunto de símbolos ou como explicado em suas próprias palavras, como “algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica [...]” (CHAUÍ, 2000, p.12).

Dessa forma, fica o paradoxo: uma sociedade capitalista, onde tudo é transformado em mercadoria, não poderia ter semióforos, pois estes não têm utilidade na vida cotidiana. Ao longo do tempo, entretanto, os semióforos tornaram-se “propriedade daqueles que detém o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permite dominar um meio social” (CHAUÍ, 2000, p.13).

Assim, os semióforos também transformaram-se em mercadoria do sistema capitalista e por isso são tão importantes de serem mantidos, pois conferem poder àquelas pessoas ou instituições que deles se apossarem.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que a *natureza* é tida como um semióforo e que esta também é transformada em mercadoria, enriquecendo aqueles que dela se apropriarem, a exemplo dos empreendimentos imobiliários e do tipo de turismo e lazer elitizado que possuem este apelo nos distritos de Sousas e Joaquim Egídio.

No caso da área estudada, a mitificação da *natureza* possibilita a venda da mesma como uma mercadoria peculiar. Os compradores, provavelmente, nem percebem que estão consumindo um produto, mas, ao irem morar nos condomínios ou loteamentos fechados e ao desfrutarem do turismo e lazer privatizados, são induzidos a acreditar que estão aderindo a uma proposta de vida com qualidade, mais saudável.

O tratamento da *natureza* como um mito, no entanto, é bem anterior. Já na época do Descobrimento, o Brasil era tido como um “paraíso”, ou seja, local de terra fértil, de rica biodiversidade, clima tropical... E, baseando-se na beleza exuberante que realmente existia e ainda existe no país, foi se criando o mito de paraíso, hoje muito

enriquecido no imaginário social, explorado pelo capitalismo e transformado em mercadoria, apropriada por poucos, como no caso estudado.

O Hino Nacional, as poesias de Olavo Bilac e a bandeira brasileira exemplificam de forma concreta a caracterização do Brasil como um semióforo, que ressalta a ideia de paraíso. No caso da bandeira brasileira, as cores representam a natureza presente no país e não o político e nem a história da nação, como acontece com a bandeira dos demais países (CHAUÍ, 2000). Neste caso, são utilizadas as cores verde, amarela, azul e branca, representando as nossas matas, o ouro, o céu e a paz, respectivamente. A imagem que o Brasil reflete é a de um “país tropical e bonito por natureza”. Até o nome do país remete a ideia de natureza, através da referência a uma árvore! “É um símbolo da Natureza. É o Brasil-jardim, o Brasil-paraíso” (CHAUÍ, 2000, p.62).

Nesse sentido, é bom esclarecer que o significado de mito ou mitificação utilizado ao longo deste trabalho “diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior ao aparecimento do homem” (DIEGUES, 2004, p. 53).

Sabemos da importância dos mitos. Vimos que as sociedades fundamentavam (e ainda fundamentam) suas relações com o meio em que viviam (e vivem) baseadas em diversas manifestações mitológicas. Esses mitos, sendo que muitos ainda permanecem, devem ser relacionados à cultura e à ideologia de cada povo, contribuindo para que sociedades tradicionais (como as indígenas, ribeirinhas, caiçaras, caipiras...), consigam sobreviver em áreas de grande interesse ecológico. As crenças podem se manifestar de acordo com os ciclos da natureza (algumas populações norteiam certas atividades de acordo com as fases da lua e das marés, as quais podem influenciar nas colheitas e pescas, por exemplo).

Isso também acontece com as sociedades urbanas, que muitas vezes direcionam seu cotidiano de acordo com neomitos criados, como o da “natureza intocada e intocável” (DIEGUES, 2004, p.62). Este neomito se faz presente nos distritos que estudamos, pertencentes à APA, mesmo que não tenha ocorrido o deslocamento da população, ou seja, mesmo não sendo uma área “intocável”. Esse neomito reproduz-se na APA com a propagação da ideia de *natureza sacralizada* e tida como o caminho

para a obtenção de *qualidade de vida*, que se expressa na procura pelas formas elitizadas e segregacionistas de habitar e de obter lazer – condomínios, loteamentos fechados e equipamentos turísticos e de lazer privados – próximos às áreas verdes. Tal fato demonstra que essas novas territorialidades, de uso exclusivo, carregam em si a essência do neomito, que sofreu influências e se firmou no imaginário social coletivo através da ideologia ambientalista muito difundida a partir da década de 1960.

2.3 Considerações sobre questões ambientais contemporâneas

O interesse pelo meio ambiente no mundo ocidental aliado à contestação, por parte de alguns, ao sistema capitalista ressurgiu na década de 1960. Os adeptos desse novo ecologismo visavam transformar a sociedade e suas ideologias a partir da rejeição à expansão acentuada do industrialismo, da urbanização intensa, do uso excessivo dos recursos da natureza e de seus valores consumistas exacerbados que contribuíram para o agravamento da crise ambiental e das condições de vida da população.

O novo ecologismo surgiu então como uma “crítica à sociedade tecnológico-industrial [...], cerceadora das liberdades individuais, homogeneizadora das culturas e, sobretudo, destruidora da natureza” (DIEGUES, 2004, p.39). O movimento ainda prega a “volta às práticas de uma vida ecologicamente sadia, o retorno ao campo e à vida em comunidade, na tentativa de criar ilhas de sociedade ideal, livre e libertária à semelhança do que ocorria na Califórnia, com as comunidades *hippies*” (DIEGUES, 2004, p.40), como também com a revalorização da natureza, no século XIX, sob influência de alguns artistas da época.

No Brasil, o contexto de surgimento deste movimento foi bastante peculiar. Aqui, ele emergiu por volta da década de 1970, em pleno regime militar, quando a ditadura já havia reprimido duramente a oposição política e desmantelado as organizações e partidos políticos clandestinos de esquerda e, por isso, pôde se organizar mais livremente.

Segundo CHAÚÍ (2000), os grupos hegemônicos no Brasil não tinham uma efetiva preocupação com a preservação dos recursos naturais. O interesse dos mesmos em relação a esta questão focava-se mais nos aspectos econômicos, lúdicos e

simbólicos. Isso ocorre desde as grandes navegações até, inclusive, o período atual, pois de acordo com a autora, já na época dos Descobrimentos não eram apenas as novas mercadorias que eram buscadas – denotando o interesse mercantil –, mas também os novos simbolismos, que eram trazidos junto com elas de países tão exóticos e diferentes do Velho Mundo, como Índia, China, Brasil...

Notamos que tais simbolismos permanecem até hoje, como na luta pela preservação da natureza, da “mãe terra”, dos animais exóticos. Todavia, além do interesse simbólico, não podemos nos esquecer do interesse científico pelos recursos naturais nas regiões de relevante biodiversidade. Muitos pesquisadores, cientistas, universitários, exploram essas áreas em busca de novos conhecimentos e até mesmo, mercadorias. Podemos citar o Jardim Botânico e o Parque Nacional do Itatiaia, ambos no Rio de Janeiro, como exemplos do passado a respeito desse interesse científico pela natureza. Atualmente, podemos citar a Amazônia, que é utilizada como fonte de pesquisas para a descoberta de substâncias que, combinadas, podem transformar-se em cosméticos ou em remédios, propiciando grande lucratividade para os laboratórios que sintetizam e comercializam as substâncias nativas.

Sobre essa questão, Santos (1994, p.26) afirma que:

Em nome do cientificismo, comportamentos pragmáticos e raciocínios técnicos, que atropelam os esforços de entendimento abrangente da realidade, são impostos e premiados. [...] enquanto o saber verdadeiro praticamente não encontra canais de expressão.

Assim, juntos, os interesses simbólicos e científicos pela natureza fundem-se a um interesse apenas: o interesse mercantil pelo meio ambiente.

Não só no Brasil, como em todo o mundo, a crise ambiental, derivada do aprofundamento do modo de produção capitalista, começava a impor limites ao desenvolvimento do capital, ou seja, a escassez dos recursos naturais poderia ser um entrave ao seu pleno desenvolvimento. Desse modo, a inserção de grupos empresariais e mesmo governamentais no movimento ambientalista objetivou a sua “dominação”, distorcendo as propostas do movimento original, fazendo com que o movimento deixasse de ser de *transformação*.

Atualmente, este ambientalismo é o do chamado “mercado verde”, com a participação de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) e forte ligação com o Estado. Portanto, não é mais um movimento marginal e sim, uma ação que faz parte do processo produtivo. Inicialmente as ONGs surgiram como forma de mediação entre a sociedade civil organizada e o Estado. Mas, para muitas delas, esse propósito acabou se perdendo. Muitas transformaram-se ou já nasceram como “braço do poder público”; outras se tornaram ou foram criadas como “meio de vida” para os seus participantes (SANTOS, 2007). Isto não significa que não existam trabalhos sérios, mas muitas ações comprometidas com o “status-quo” distorceram os objetivos.

Analisando, portanto, tais questões, citaremos alguns marcos importantes que ajudaram a desenvolver as discussões em torno desta problemática e que nos levam a entender como se deu a influência da ideologia ambientalista na valorização das áreas verdes e no reordenamento dos territórios, assim como acontece nos distritos da APA.

Como já mencionado, o modo de produção e desenvolvimento econômico dominante já vinha sendo criticado desde Marx, Engels e outros no século XIX. Esta crítica se manteve após a Segunda Guerra Mundial, porém com maior atenção para as questões ambientais, uma vez que o crescimento e o padrão de consumo das sociedades desenvolvidas, principalmente no pós-guerra, trouxeram consequências trágicas para o meio ambiente. Com o uso intenso dos recursos para a produção industrial, as questões ambientais tornavam-se centrais em algumas discussões, pois temia-se pelo término de matéria prima. Assim, assegurando o estoque de matéria prima dos países dependentes, o desenvolvimento econômico capitalista poderia manter-se. Por essa e outras razões, aconteceu na década de 1970 a reunião do Clube de Roma, realizada por pesquisadores, cientistas, políticos e outros preocupados com a manutenção do estoque de matéria prima nos chamados países periféricos para a produção industrial. Tal interesse demonstrava a necessidade de “controlar” a natureza desses países, cujos recursos estavam sendo demasiadamente explorados.

Neste evento foi publicado o “sombrio” documento “Limites do Crescimento”. Tal documento consistia apenas em um manifesto sem muita pesquisa científica, mas que influenciou a primeira grande discussão internacional sobre o tema: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo, no ano de 1972 (BRÜSEKE,

1998). O manifesto, escrito em tom pessimista, sugeria o chamado “crescimento zero”, chegando a conclusões apocalípticas do tipo malthusiano²² (GONÇALVES, 2006), alertando para a limitação dos recursos e para o perigo do crescimento demográfico desenfreado (BRÜSEKE, 1998), principalmente dos países pobres, pois a falta de controle deste crescimento seria responsável por uma grande pressão sobre os recursos naturais, contribuindo para a escassez da matéria prima.

A situação da época (crise do petróleo de 1973-1974, por exemplo) fez com que as discussões em torno das questões ambientais fossem cada vez maiores. Afinal, percebeu-se que os recursos naturais não são ilimitados. Dessa forma, com a criação do Programa de Meio Ambiente, em 1973, pela Organização das Nações Unidas, como resultado da Conferência de Estocolmo, foi solicitado pela própria ONU para algumas ONGs um estudo sobre a questão ambiental, o que resultou no documento “*The world Conservation Strategy*” (“Estratégia de Conservação Mundial”). Tal documento, publicado em 1980, mencionou pela primeira vez o termo “desenvolvimento sustentável”²³, criado para caracterizar a nova forma de desenvolvimento que estava sendo proposta perante a problemática das crises ambientais e da crescente escassez de recursos (OLIVEIRA 2006).

Com a popularização dessa proposta, o movimento ambientalista ganhou maior importância na década de 1990 e, com isso, a incorporação da “racionalidade ecológica” (ACSERLRAD, 2002) no ordenamento dos territórios tornou-se fator constante nas cidades (TREVISAN, 2006), inclusive em nossa área de estudo.

²² A teoria malthusiana previa que se o desenvolvimento demográfico fosse acelerado, haveria o risco da superpopulação em escala mundial. Problemas como falta de alimento e de condições saudáveis de vida para todos os seres humanos seriam recorrentes.

²³ Trata-se de um estudo conjunto da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) e WWF (*World Wide Fund for Nature* – Fundo Mundial para a Natureza, mas que na época sua sigla significava *World Wildlife Fund* – Fundo Mundial para a Vida Selvagem) (OLIVEIRA, 2006). Foi este o contexto para o surgimento do termo, a partir dos organismos internacionais. Muitas críticas são feitas a esta “ideia” de desenvolvimento. Utilizamos o termo *ideia* porque não podemos afirmar que se trate de um conceito, apesar da tentativa, por parte dos setores hegemônicos do sistema capitalista de querer institucionalizar este termo como tal. Podemos até afirmar que esta concepção de desenvolvimento sustentável não tem amplo consenso, podendo ser encarada até como uma ideia vaga, uma vez que não elucida os sujeitos, ou seja, nenhum responsável concreto existe, caracterizando uma concepção meramente mercadológica, superficial. Apesar do termo ser muito difundido e mesmo, comercializado, tem sido duramente criticado por muitos autores, inclusive pela autora desta dissertação.

A partir da percepção da gravidade da questão ambiental, a Comissão *Brundtland*²⁴ foi formada. No ano de 1987 foi publicado o otimista documento “Nosso Futuro Comum”, que também incorporou a ideia de desenvolvimento sustentável, dando a impressão de que o termo ganhava cada vez mais força, influenciando a Segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente no Rio de Janeiro, a Rio-92, (NOBRE, 2002).

Na Conferência (Rio-92) foi proposta a Agenda 21: cada país deveria elaborar um documento enfocando as necessidades e responsabilidades de ações governamentais e da sociedade civil em prol de soluções para as questões ambientais no século XXI. Tais documentos seguiriam rigorosamente as noções explicitadas na ideia de desenvolvimento sustentável. Mas será possível prever ações para todo um século?²⁵

Assim, o debate ambiental tomou outras proporções, atingindo uma escala mundial, as questões da sociedade já não eram as principais a serem debatidas, principalmente nos círculos oficiais. O que se vê sob os holofotes são apenas os discursos pregando a melhor forma de se atingir o desenvolvimento sustentável.

²⁴ Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Comissão *Brundtland*, criada em 1983. Após quatro anos de sua formação, a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido por Relatório *Brundtland*, veio a se tornar um marco nas questões sobre desenvolvimento sustentável. Após a sua publicação, a ideia de desenvolvimento sustentável fica ainda mais presente nos discursos políticos e a tentativa é de normatizar as questões ambientais, criando consensos. O relatório define o nível mínimo de consumo das necessidades básicas, mas omite o nível máximo nos países industrializados. Fala em crescimento tanto em países industrializados como em não – industrializados e insiste na questão da sustentabilidade, onde este tipo de desenvolvimento deve atender as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras (BRÜSKE, 1998). O Relatório do governo brasileiro, *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*, de 1991, também adere à lógica do termo (desenvolvimento sustentável) publicada pelo Relatório *Brundtland* (TREVISAN, 2006).

²⁵ Dez anos após a realização da Rio-92, ocorreu na África do Sul, em Johannesburgo a Rio + 10, em 2002, denominada Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que pretendia verificar os avanços e o cumprimento das metas previstas na Conferência de 92. Foi constatado que muitas metas ainda não haviam sido cumpridas, mostrando poucos resultados referentes às muitas questões postas (TREVISAN, 2006). Também já estamos no século XXI e o discurso torna-se ultrapassado, uma vez que o futuro previsto já chegou, o discurso permanece o mesmo e a destruição das condições de existência da vida humana continuam.

2.4 A natureza transformada em mercadoria

Vimos que, influenciado pela ideologia ambientalista, o mercado apropria-se da *natureza* e a transforma em *mercadoria*, já que esta passa a ser vendida e consumida como um bem raro e, portanto, muito valorizado na sociedade de consumo. É o que presenciamos em Sousas e Joaquim Egídio quando nos deparamos com a massiva presença de condomínios e loteamentos fechados que vendem a aproximação com a *natureza* e também com a forte presença de empreendimentos turísticos e de lazer, sobretudo gastronômicos, que também pregam a aproximação com o “verde”.

Segundo PADILHA (2003) a “cultura de consumo” aparece inicialmente em Londres e Paris, nas primeiras grandes lojas de departamentos. A autora afirma que o que a permeia é a existência de uma dimensão simbólica e cultural, dimensões estas que envolvem todas as formas de consumo. Nesta perspectiva:

[...] o consumo passa a significar mais do que apenas compra de bens materiais para a satisfação das necessidades, [...] o consumo de bens passa a significar também o consumo de imagens e de valores para uma grande parte da sociedade (PADILHA, 2003, p.49).

Assim, o consumo não se resume apenas à simples mercadorias, mas também abrange as imagens e as ideologias, como o consumo da *natureza*, por exemplo. Para consumir a *natureza* como uma *mercadoria* o indivíduo, inicialmente, consome a ideologia ambientalista que está por trás dela, a mesma que incentiva as pessoas a se aproximarem das áreas verdes para terem melhor *qualidade de vida*. Além disso, a imagem que a mídia faz do meio ambiente mitificado através dessa ideologia, ajuda a agregar valor e *status* social para a mercadoria e, conseqüentemente, para quem a adquire. São motivações significativas na hora da opção de consumir a *natureza*.

Já no início do século XX, a “natureza” era anunciada e vendida, tal qual uma mercadoria. As propagandas da época já destacavam o clima, os ares mais puros e a arborização como amenidades do bairro de Higienópolis em São Paulo, por exemplo. Na década de 1970, houve uma retomada das questões ambientais, como vimos, e o “verde” volta a ser “vendido”.

Atualmente, nos distritos, tal fato é uma constante. Utilizando a ideologia ambientalista a mídia sensibiliza algumas pessoas que, tendo condições financeiras, conseguem comprar a ideia e, conseqüentemente, as novas mercadorias oferecidas, tanto no mercado imobiliário como no turístico e lazer.

“A questão ecológica invade a vida cotidiana produzindo uma nova necessidade na base da sociedade de consumo. A formação e disseminação da consciência ecológica induzem um gosto e uma preferência de consumo” (SANTANA, 2001, p.181) e, baseadas nesta perspectiva, surgem as novas formas de habitar e de obter lazer nas áreas verdes de Sousas e Joaquim Egídio.

É o mercado quem dita quais serão as tendências a serem seguidas, agregando significado e valor a quase tudo, inclusive ao meio ambiente. A incorporação do termo e da ideia de desenvolvimento sustentável pela sociedade e pela economia foi feita através da ideologização desta questão, fetichizando a *natureza*, valorizando-a para o mercado. Com essa postura, em lugar do cidadão - que deveria simplesmente usufruir o meio em que vive - forma-se um consumidor que aceita ser chamado de usuário (SANTOS, 2000) e o meio ambiente é transformado em mercadoria.

O mercado induz o consumidor a pensar que ele também é responsável pela crise ambiental. Por sua vez, o consumidor, pretensamente consciente e, em geral, de maior poder aquisitivo, levado por tal ideologia, abraça a ideia de ser ecologicamente correto e procura consumir produtos que tenham essa abordagem, sentindo-se muito melhor em relação às suas obrigações para conservação da *natureza*.

É, portanto, na década de 1990 que o mercado desperta para o chamado “*marketing verde*” e utiliza as questões ambientais para que este segmento também se torne uma fonte de renda. Novos consumidores devem ser abordados e, influenciados pelas ações de *marketing*, convidados a adquirir esses novos “produtos”. “Após causar a destruição da natureza que gera a subsistência popular, o mercado está agora sendo proposto como um mecanismo de renovação ecológica” (SHIVA, 1989, p.3). Assim, muitas empresas interessam-se pelo ambientalismo a fim de tornarem-se aliadas da *natureza* (novo produto da moda).

Tais empresas irão utilizar a ideologia ambiental como estratégia de *marketing*, aumentando a gama de produtos oferecidos aos consumidores, desde os mais

diferenciados até os “ecologicamente corretos”, o que agrada tanto os consumidores, quanto a opinião pública em geral (BRÜSEKE, 1998). Isso acontece nos distritos, à medida que novas formas de habitar e de obter lazer em áreas verdes são divulgadas e vendidas, como os “condomínios fechados” e os empreendimentos turísticos e de lazer, que possuem atrativos como cachoeiras, matas, bosques...

Além disso, a mídia cria expectativas quanto a esses lugares e influencia o mercado consumidor na aquisição de novas “mercadorias” criadas a todo instante. Nesse sentido, “a ‘paisagem natural intocada’ é alvo produzido através da propaganda e disseminada por revistas, jornais, agências de viagens, ONGs, etc” (SANTANA, 2001, p.181-182). Para exemplificar, segue trecho de revista que divulga o distrito de Joaquim Egídio por meio de sua paisagem *natural* e ideia de *qualidade de vida* imbuída na notícia:

O visual bucólico e o ar interiorano fazem parte do charme e encantam quem quer fugir da cidade grande. Em Joaquim Egídio, há ruas de paralelepípedos e casas que ainda preservam as janelas na calçada. [...] o roteiro pode incluir caminhadas ecológicas, ciclismo, passeios de charrete e cavalgadas pela antiga estrada do Bonde. [...] o bar Café Maritaka possui mesas embaixo de majestosas árvores e ajuda a recuperar o pique com pães, bolos, sucos, leite, frios, café e frutas... (REVISTA BONS FLUIDOS, nº 99, editora Abril, julho 2007).

Nesta perspectiva, “no imaginário coletivo o que predomina é a romantização da natureza e a valorização do mito da natureza paradisíaca” (TREVISAN, 2006, p.57). Portanto, o morador de uma grande metrópole, por meio de sua própria subjetividade, valoriza o que os meios de comunicação de massa tentam a todo instante lhe empurrar, como é o caso da valorização do descanso e do lazer em praias “paradisíacas” ou em áreas “bucólicas”, a fim de fugir do *stress* do cotidiano do lugar onde vive, assim como vimos no trecho da reportagem acima.

O cidadão, agora tido como consumidor, é influenciado pela psicofera, conforme afirma Milton Santos. A psicofera é um conjunto de ideologias, simbolismos e informação que influenciam opiniões, valorizando lugares ou não (SANTOS, 2008). É simbólica, subjetiva, ficando no imaginário social, criando uma subjetividade coletiva que decide “acatar” os lugares propostos pela mídia, a fim de não ficar de fora das questões em voga na contemporaneidade. A mídia, por meio dessa subjetividade

coletiva, pode “matar” ou eleger lugares da noite para o dia. Neste verão, determina qual praia é a melhor, o parâmetro é a frequência por pessoas de *status*. No verão seguinte, a mesma praia pode ser considerada muito ruim pela mídia, fazendo com que os consumidores não a procurem mais, indo em busca de novo lugar eleito.

Esta manipulação ideológica por parte dos meios de comunicação e do setor empresarial gera e alimenta um *reencantamento* pela natureza *natural*. Dessa forma, para se aproximar da *natureza*, o homem de hoje também a mitifica, procurando um cenário para viver. A *natureza* é transformada em mercadoria e como esta não pode ser vendida no mercado, o seu *marketing* e sua venda são feitos por meio da sua imagem, ou seja, do mito e dos símbolos criados, para depois materializar-se como produto através dos empreendimentos, que em nossa pesquisa são os já citados condomínios horizontais, os loteamentos fechados e os estabelecimentos turísticos e de lazer.

Pensando na relação entre homem e natureza já refletida, sabemos que o homem sempre teve necessidade de estar próximo a ela, pois faz parte da mesma. Porém, nesta sociedade atual, para o homem ter condições de usufruir algo, deve adquirir no mercado. Por isso, adquire a natureza como *mercadoria*, mas não mais a natureza *natural* (primeira natureza) e sim a segunda natureza, aquela que já foi apropriada e transformada socialmente (SANTOS, 2005).

Em contrapartida, aqueles que têm condições de usufruir essa nova mercadoria são apenas alguns consumidores e não toda a sociedade. O acesso é restrito, só permitido àqueles que podem comprar. Neste caso, os recursos naturais passam a ser exclusivos dos consumidores com bom poder aquisitivo, “produzindo novas territorialidades também marcadas pelo uso elitista” (TREVISAN, 2006, p.7). Assim, a proteção das áreas *naturais* é voltada para o “usufruto e prazer para as horas de lazer do homem [...] a democratização atinge apenas quem pode pagar [...]” (SANTANA, 2001, p.188), gerando diversas contradições no espaço pesquisado. Trataremos destas questões nos capítulos a seguir.

Uma das motivações para a aproximação e o consumo das áreas verdes se dá pela vontade de “fugir” da vida nas grandes cidades, cada vez mais estressante²⁶. “A

²⁶ Essa motivação só atinge aqueles que moram nas grandes metrópoles, afinal, para os moradores das pequenas cidades viver próximo à *natureza* é algo comum.

natureza se torna raridade, em especial, na paisagem urbana e industrial” (SANTANA, 2001, p.179). Assim, algumas pessoas que habitam as grandes cidades acreditam que, ao ficarem distantes das áreas verdes, estão ficando cada vez mais estressadas com o cotidiano urbano de trabalho e cobranças excessivas, trânsito, poluição sonora e ambiental, violência... E, com isso, estão perdendo *qualidade de vida*²⁷. Assim, uma forma de evitar os problemas já existentes seria a aproximação das áreas verdes. E é justamente assim que as classes mais abastadas que vivem em Campinas se comportam, ao “fugirem” da área central em direção aos distritos, um pouco mais afastados. Para essas pessoas, “[...] a ‘natureza pura’ se torna realidade na vida urbana” (SANTANA, 2001, p.179).

SILVA (2008) afirma que uma vez que *qualidade de vida* tornou-se mercadoria, existem ideologias e interesses por trás dessa ideia. Assim, ela precisa ser vendida e, para isso, precisa ser desejada. Por essa razão é incorporada ao *marketing* em forma de discurso, para alavancar as vendas de seus “produtos pretensamente *seguros e aprazíveis*” (SILVA, 2008, p.51), vendendo a mercadoria como artigo de luxo e símbolo de sofisticação. Assim, as paisagens *naturais* adquirem valor de troca, contribuindo para o reordenamento do território e para a formação de nova dinâmica urbana, como ocorre em nossa área de estudo. Sousas e Joaquim Egídio vêm sofrendo uma especulação imobiliária muito forte, devido às suas características naturais, culturais e históricas, o que acarreta um processo intenso de urbanização comandado pelo “*marketing verde*”, conforme explicado. Tais estratégias de *marketing* aproveitam a noção de natureza como indicador de *qualidade de vida* por meio das paisagens dos distritos, influenciando a forma de uso e consumo dos mesmos.

²⁷ A noção de *qualidade de vida* utilizada é relacionada à fuga do urbano, ou seja, a busca de um maior contato com a *natureza*. Quando afirmamos que a qualidade de vida das pessoas que vivem nas metrópoles está diminuindo, tomamos como base esta noção carregada de subjetividade, ou seja, a compreensão de que tem boa *qualidade de vida* quem vive próximo à natureza e longe do “caos” urbano. “Caos” entre aspas, pois para alguns, as grandes metrópoles não representam o caos, e sim, um lugar de acessos, opções, entretenimento etc, de que nunca abririam mão. E para estes, isto é *qualidade de vida*. Desse modo “[...] devemos levar em conta que a definição do que é qualidade de vida variará em razão das diferenças individuais, sociais e culturais e pela acessibilidade às inovações tecnológicas” (HERCULANO, 1998, p.80). Isso significa que qualidade de vida não possui uma definição consensual, pois o que é qualidade de vida para uns, pode não ser para outros. Depende do modo de vida e da condição de acesso de cada indivíduo.

Uma vez que a mídia ressalta as características dos distritos, ela induz e motiva uma demanda pela localidade, conforme podemos confirmar nos trechos abaixo, retirados de reportagens de uma revista local que sempre divulga a APA em suas edições:

A qualidade de vida, as vastas áreas verdes e a tranquilidade tem sido apontadas como os principais atrativos de Sousas, e também, os motivos que impulsionaram o crescimento do distrito. Hoje, Sousas reúne condomínios residenciais de alto padrão, comércios e serviços qualificados e alguns dos mais freqüentados restaurantes e casas noturnas de Campinas. Assim como Sousas, Joaquim Egídio vem atraindo moradores de regiões mais populosas da cidade, que procuram qualidade de vida (REVISTA ABSOLUTA, ano I, nº 2, 2006, p.9).

Abaixo, podemos conferir que o apelo à *natureza* e à *qualidade de vida* continua mostrando que essas “motivações” influenciam o uso, a ocupação e o consumo dos distritos.

A natureza, certamente, é o grande atrativo de Sousas e Joaquim Egídio. A calma dos distritos se contrapõe a vida agitada da região central de Campinas. Fugir dessa badalação é um dos motivos que mais leva a população a escolher os distritos para viver [...]. Além da calma, há também boas opções de aventura e turismo. [...] A qualidade de vida é o que mais atrai pessoas de Campinas, cidades da região e também de São Paulo a optarem pelos distritos para viver (ABSOLUTA, ano II, nº 3, 2007, p. 4).

Assim, com a criação dessa demanda, o mercado imobiliário valoriza cada vez mais as áreas chamadas *naturais*, a fim de loteá-las e vendê-las, aumentando a especulação em torno das mesmas e reorganizando o território e os espaços de Campinas. Segundo LEFEBVRE (2001), isso caracteriza o *urbanismo dos promotores de vendas*. Eles concebem o empreendimento para o mercado, visando o lucro. Não vendem a moradia, vendem o “urbanismo”, que transforma-se em valor de troca por meio de espaços e signos comprados e vendidos. O autor ainda afirma que a estratégia desses promotores se resume à venda de locais privilegiados, “lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada” (LEFEBVRE, 2001, p.25), transportando à concepção de *qualidade de vida*.

Por isso, o *marketing* ambiental valoriza “[...] os empreendimentos imobiliários que vendem a ideia de uma vida em contato com a natureza e são designados com nomes que remetem a ela” (TREVISAN, 2006, p.14). Alguns exemplos desses

empreendimentos na área estudada são: Condomínio Serra das Cabras, Condomínio Colinas do Atibaia, Condomínio Colinas de Sousas, Jardim Botânico, Condomínio Arboreto dos Jequitibás, Araucárias, dentre outros, além dos estabelecimentos turísticos²⁸. Neste caso, os chamados “condomínios horizontais fechados” e o turismo e o lazer surgem como a materialização dessa tal *qualidade de vida*, proporcionando novos usos e nova dinâmica espacial nas áreas protegidas.

Tais mercadorias são elitistas, pois, como são “exclusivas”, os valores a serem pagos são altíssimos e, apenas os setores mais abastados das classes médias e alta podem arcar com os custos. Dessa forma, muitas vezes o consumo de tais produtos é motivado pelo *status* que o mesmo proporciona. BUARQUE (1993) afirma que grande parte da sociedade de hoje vive então um equívoco, pois qualidade de vida confunde-se com acesso a bens materiais. É considerado mais importante possuir um bem (morar e frequentar lugares próximos à *natureza* e exibir isso para os demais) do que o próprio benefício que a posse deste bem pode gerar (como viver e conviver próximos aos animais, à vegetação, ao ar mais puro etc).

Além da associação de *qualidade de vida* com aproximação de áreas verdes, vimos que muitas pessoas que foram morar nos condomínios ou loteamentos fechados ainda associam *qualidade de vida* com segurança, justificando assim, o seu enclausuramento. Porém, não basta apenas morar ou ter lazer em local de acesso restrito, o diferencial é que ele seja próximo à *natureza*²⁹. A noção de *qualidade de vida* que estamos utilizando, portanto, refere-se àquela qualidade de vida ideologizada, mercantilizada, segregacionista, que exalta uma natureza que existe para fins mercadológicos, apenas, divulgando a falsa ideia de que seja acessível a todos. O consumo então abre um abismo entre o que se tem e o que se deseja alcançar.

Semelhante às novas formas de habitação, em Sousas e Joaquim Egídio o turismo e o lazer em áreas verdes também se tornou uma prática social comum, como

²⁸ Mais detalhes deste tipo de empreendimento, inclusive os turísticos e de lazer, serão apresentados no capítulo a seguir.

²⁹ Resultados das entrevistas informais e motivações para adquirir tais empreendimentos, no capítulo 3, a seguir.

já vimos no trecho de reportagem publicada. Conforme enfatiza ALMEIDA (1996, p.184):

A ideologia básica do turismo se justifica na necessidade da busca de novos ambientes para a reposição da energia física e mental. Ora, para tal propósito a natureza [...] tornou-se o 'recurso turístico' mais explorado pelo capitalismo [...]. A natureza tornou-se mercadoria e é vendida como capaz de devolver ao homem a paz e a tranquilidade roubadas no dia das cidades.

Logo, as pessoas desejam frequentar um local que se diferencie da sua vida cotidiana, onde possam descansar de um dia de trabalho excessivo, experimentando novas sensações, como a de aventura ou a de contemplar a beleza cênica das paisagens bucólicas. O mais importante para essas pessoas é diferenciar o mundo do trabalho, ou seja, o cotidiano, da prática do turismo e do lazer (URRY, 1996).

Assim, essas paisagens *naturais* passam a ser observadas como um “bem” natural, sendo espetacularizadas, servindo para descanso e lazer da população que vive nos grandes centros urbanos (RODRIGUES, 1998), que acreditam estar assim atingindo, a *qualidade de vida* tão desejada.

Nesta perspectiva, a valorização estética da *natureza* produz novos simbolismos e nova organização territorial e espacial, que resultará em novas territorialidades (LUCHIARI, 2001), como veremos no próximo capítulo. Portanto, o *reencantamento* pela natureza e a valorização das paisagens bucólicas pela sociedade em geral, transformam o meio ambiente em um neomito, a partir da crença de que é preciso estar próximo à *natureza* para se viver melhor.

A intensa oferta turística e de lazer dos distritos atrai visitantes de todo o município e região que buscam se aproximar da *natureza*, frequentando os estabelecimentos que abrigam paisagens com muito verde para encantar o olhar. Os empresários destas áreas pretendem atingir aqueles possíveis consumidores que vivem nos grandes centros urbanos e que ainda não conhecem as “maravilhas” de se estar próximo à *natureza*, nem que seja, pelo menos, aos fins-de-semana. Tal qual os “condomínios fechados”, esses estabelecimentos caracterizam-se por novas territorialidades, exclusivas das elites urbanas. O acesso a essas novas mercadorias

privadas é mercantil e, dessa forma, a nova dinâmica urbana gera contradições, que serão discutidas no quarto capítulo.

2.5 Paisagens transformadas e homogeneizadas: reflexos do *reencantamento*

A reorganização dos territórios motivada pela aproximação das áreas verdes também altera as paisagens do lugar, tornando-as homogeneizadas, a exemplo da constante presença dos loteamentos, condomínios horizontais fechados e estabelecimentos turísticos e de lazer que possuem quase a mesma estética nos distritos. Vimos que o mercado vende a imagem de *natureza* intocada, mascarando a ideia de que para a mesma ser habitada, precisa ser urbanizada e transformada. A sociedade não quer e nem tem condições de viver próximo a uma *natureza* sem o mínimo de urbanização. Assim, a sociedade apropria-se dessas áreas *naturais* e reproduz o que já foi produzido, artificializando a natureza, tornada mero *artefato*.

Aquela *natureza* que já não era mais pura e intocada sofre um novo processo de transformação pelo homem, com os lugares sendo constantemente adaptados e reconstruídos para abrigar uma sociedade de consumo faminta pelo “verde”. A ânsia e a euforia por este ambiente mitificado fazem com que uma parcela dos membros da sociedade com maior poder aquisitivo acredite que pode (e deve) proteger e ao mesmo tempo ficar próxima à *natureza*.

Este tipo de consumismo acelera a destruição das paisagens *naturais*, substituindo-as pelas paisagens de concreto e tijolo, alterando a paisagem do local de uma forma geral e, conseqüentemente, alterando as percepções e o cotidiano dos cidadãos. Como consequência, uma nova organização espacial é formada: novas territorialidades exclusivas, novos cotidianos e relações sociais, novas formas e funções, causando contradições no espaço, influenciando todo o local onde o processo acontece. Dessa forma, os *simulacros*³⁰ de natureza tornaram-se mercadoria e apenas

³⁰ Segundo JUNQUEIRA (2004, p. 9), os “simulacros são unidades sociais [...] que perdem o referencial [...] e passam ao sistema operacional dos signos característicos da sociedade de consumo. O sentido não é mais dado pelo real, mas pela sua operacionalidade segundo o código geral dos signos. Este código opera no nível inconsciente. Os sujeitos sociais não percebem este desligamento, e justamente nesta inconsciência é que repousa a eficácia do código”. Isso significa que os simulacros são formados

alguns podem adquirí-la. Assim, a estrutura social é também revelada pela paisagem.

Portanto, o *reencantamento* pela natureza é ideológico e econômico. O mercado a *reencanta* para reorganizar o território e maximizar os lucros, com o seu consumo. O “domínio” é para poder mitificá-la, valorizá-la e vendê-la. A beleza é um dos atributos que favorece a mercantilização da vida contemporânea. “É essa a razão simbólica que se impõe na estetização das paisagens pelo consumo” (LUCHIARI, 2001, p.21). As ideologias ambientalistas ajudam a moldar o imaginário dos cidadãos, incentivando-os a consumir a ideia de meio ambiente *natural*, que só existe em relação à sociedade. Na perspectiva de Milton Santos:

[...] hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor (SANTOS, 2008, p.65).

Podemos perceber que é o próprio movimento ambientalista que se apropria das áreas verdes, valorizando-as e transformando-as em objeto de desejo de apenas alguns consumidores, contribuindo para a mercantilização das mesmas e para o processo de privatização e reorganização dos espaços, como vimos até agora.

Hoje, não temos apenas a natureza transformada pelo homem, mas temos, sim, ações para criar um mundo simbólico a partir da dominação. Estas ações produzem um *simulacro*, uma natureza artificial. As paisagens *naturais* que nos restam são apenas parte desse todo criado, espetacularizado. É o homem atingindo a utopia de que consegue produzir, de “criar” a natureza (SANTOS, 2008). Assim, o capitalismo contemporâneo “esverdeado” explora somente a natureza como um recurso, afetando toda a lógica socioespacial da cidade.

pelos signos que a sociedade valoriza. Na sociedade de consumo contemporânea, é a *natureza* que é mitificada e valorizada, sendo passível de ser transformada em simulacros.

LUCHIARI (2000, p. 36) ainda enfatiza que “a valorização estética das paisagens naturais tem acelerado o processo de produção de paisagens urbanas, e alimentando uma construção permanente e contraditória do conceito de meio ambiente”.

O que a autora analisa é que com a intensa valorização da paisagem *natural*, a paisagem “verde”, bucólica, vai transformando-se em outra, em uma paisagem urbana, pois, uma vez que a paisagem é construída socialmente, ela vai sendo urbanizada para receber a demanda de quem a procura, transformando-se. O recurso natural, que porventura ali existisse, foi substituído por uma paisagem urbana (LUCHIARI, 1999). Dessa forma, “os recursos naturais podem se esgotar, mas a paisagem é transformada em outra, em outra, em outra, ainda que numa lógica perversa, destituída de beleza e de riqueza natural” (LUCHIARI, 1999, p.129).

Tal substituição de paisagens pode ocorrer devido ao fato de as pessoas estarem tão acostumadas e condicionadas à vida urbana, que mesmo querendo viver longe do “caos” das grandes cidades, não conseguem mais abrir mão de certos aspectos característicos da vida urbana, procurando viver e divertir-se em áreas verdes, porém, com toda a infraestrutura típica das cidades: deseja-se fugir do “caos” urbano instaurado nos grandes centros, e nesse caso, as paisagens bucólicas é que são valorizadas. É nesse sentido que a reflexão sobre natureza e sociedade se faz muito importante.

Há que se ter cuidado para não considerar apenas a estética das paisagens. Se o olhar for direcionado somente para a aparência, para a beleza e para a forma e não houver entendimento dos processos que criam esta paisagem artificial e fragmentada, então ela estará sendo encarada de maneira superficial e alienada.

O *reencantamento* pelas paisagens *naturais* incentivado pelo mercado verde e pela materialidade estética (natureza – símbolo, vendida já urbanizada), faz com que a sociedade aliene-se, conforme analisado por SANTOS (1992). Alienando-se do objeto o sujeito também se aliena. Para que isso não aconteça, os processos históricos formadores da paisagem devem ser considerados, além de bem compreendidos e criticados para que tal paisagem não seja somente produto de alienação. Muitas vezes, a paisagem não é real, a exemplo da paisagem vista pelos turistas estrangeiros no

Brasil, por exemplo. Ela pode ser uma paisagem espetacularizada, um cenário montado para que seja admirado durante a estadia do visitante.

Dessa forma, deve-se analisar o processo de criação de cada paisagem para saber qual é o seu verdadeiro conteúdo (as espacialidades, a sua dinâmica, se houve ou não processo de expulsão e segregação da população local etc). Suas mudanças não podem ser analisadas independentemente das práticas sociais. Ao termos uma melhor compreensão dos processos formadores das paisagens, também entenderemos melhor as interações ou a indissociabilidade entre sociedade e natureza (GOMES, 1994; SANTOS, 2008).

Assim, vemos que a paisagem não é somente materialidade, ela também contém processos e relações sociais, sujeitos e subjetividades, que nos ajudam a compreender melhor os lugares onde está inserida. Segundo SANTOS (2008, p.103): “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”.

É muito importante levar em consideração a paisagem não somente por aquilo que nossos olhos vêem, mas também pelas relações que ali existiram e existem hoje. SANTOS (2008, p.104) continua:

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, *no momento atual, uma função atual*, como resposta às necessidades atuais da sociedade.

Tais processos e relações sociais envolvidos serão responsáveis pelo dinamismo de alteração das paisagens, alterando as formas-conteúdo dos espaços.

Os “condomínios” e as formas de turismo e lazer privatizadas nos distritos podem exemplificar tais processos e alterações. Tal forma de urbanização fez com que o local sofresse diversas alterações, criando novas territorialidades exclusivas, impactando o meio ambiente e acirrando a segregação.

A alteração das paisagens dos distritos devido à urbanização, agora caracterizada por empreendimentos “murados”, com cercas elétricas, guaritas, grandes casas nas partes mais altas do município, além de diversos bares e restaurantes de

estilo rústico em meio a algumas áreas verdes remanescentes, faz com que o lugar abrigue uma paisagem homogeneizada. Segundo TREVISAN (2006, p.51):

A homogeneização dos cenários e as maneiras de se referir ao lugar são percebidas nas estratégias de vendas, por exemplo, de lotes nestes lugares. São imagens de natureza bucólica e confortável, de práticas de esporte livre na natureza, são slogans repetitivos que fazem referência à qualidade de vida e até felicidade que a natureza pode proporcionar, ou esta é usada como sinal de sofisticação.

Assim, a paisagem dos distritos fica sempre igual, com as novas formas de habitar, com as propagandas em *outdoors* vendendo a *natureza* e a *qualidade de vida*, os bares e restaurantes também com apelo *natural*, além dos *stands* de venda dos futuros empreendimentos imobiliários, que ajudam a valorizar ainda mais o espaço pesquisado.

Vemos então que a sociedade de massas modela o comportamento dos indivíduos para garantir a permanência do “sempre igual” (SANTOS, 1992). Homogeneizando-se culturas através da globalização, teremos ideologias e comportamentos também homogeneizados, resultando lugares e paisagens sempre iguais. Aqueles que não têm possibilidade de acesso não se sentem parte do lugar, sendo segregados dessa nova forma de consumo, pregada como uma nova forma de vida.

Quando essas paisagens são valorizadas, tornam-se atraentes, podendo ser consumidas de maneira alienada, caso não se dê atenção aos processos sociais mascarados atrás das belezas *naturais*. Portanto, o consumo das paisagens é material e simbólico, sendo preciso analisar quais os processos sociais que as tornaram o que são hoje.

CAPÍTULO 3: NOVAS TERRITORIALIDADES FORMADAS

3.1 Algumas considerações sobre o espaço

Para entendermos os processos sociais existentes em Sousas e Joaquim Egídio e a formação das novas territorialidades exclusivas decorrentes da problemática em análise, já apresentada na introdução, precisamos fazer algumas considerações sobre o espaço geográfico, pois ele participa destas relações e processos uma vez que é nele que a natureza e a sociedade estão inseridas. Além disso, podemos dizer nos apoiando em Santos (2008), que, não só estão inseridas, mas dele fazem parte. Natureza e sociedade fazem parte do espaço, como este faz parte tanto de uma como de outra. Vale a pena repetir: o espaço é um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2008, p.63)

Partindo dos princípios da geografia e das conceituações elaboradas por Milton Santos, pode-se dizer que o espaço geográfico é construído socialmente, abrigando as relações da sociedade, estando repleto de intencionalidades humanas. Não existe uma sociedade a-espacial, pois toda sociedade localiza-se em algum lugar; o próprio espaço é social (SANTOS, 2005). Este espaço ainda abriga os objetos geográficos, ou seja, formas naturais e artificiais (SANTOS, 2008), sendo produzido, ocupado e consumido pela sociedade, por isso é tão importante tentar compreendê-lo.

Assim, “o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido” (SANTOS, 2008, p.86), “um composto de formas-conteúdo” (SANTOS, 2008, p.42).

Vemos que a compreensão do espaço contribui, então, para a compreensão dos processos que nele ocorre, ou seja: não basta analisarmos a dinâmica urbana e a segregação socioespacial nos distritos por si só, devemos também analisar o contexto no qual se inserem, as relações e os fatos que acarretaram as desigualdades aqui estudadas.

Tomando ainda como aporte teórico as referências bibliográficas de Roberto Lobato Corrêa (2000), compreende-se também que o espaço é produzido socialmente, tomando a forma da sociedade através dos longos processos históricos da mesma (a

segregação socioespacial nos distritos é um exemplo claro). São os usos que a sociedade faz do seu espaço que darão forma e função para o mesmo, o que então facilita o entendimento da organização socioespacial que a área estudada apresenta atualmente.

Corrêa destaca que o espaço geográfico é condicionante e condicionado pela sociedade, uma vez que as formas sociais (construídas pelo homem) tornam-se espaço geográfico e desempenham um papel na “reprodução das condições de produção e das relações de produção” (CORRÊA, 2000, p. 9).

Por isso, pode-se afirmar, como o faz SANTOS (2005, p.33), que o espaço reproduz-se a si mesmo, no interior de sua totalidade:

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos.

Devendo, então, ser encarado como objeto social, o espaço geográfico possui uma grande imposição sobre o homem, pois nenhum objeto social está tão presente no cotidiano dos indivíduos como o espaço (uma casa, um local de trabalho...). Esses elementos presentes no espaço condicionam a vida do homem e, por isso, comandam a prática social. Sendo assim, a formação social não pode ser concebida sem referência ao espaço, visto que o mesmo guarda uma profunda relação com o social e, portanto, só tem sentido se for analisado e pensado junto com a sociedade (SANTOS, 2005).

Da mesma forma que existem sociedades desiguais, os espaços que “abrigam” tais sociedades também são desiguais. Portanto, pode-se designar o espaço como *locus* de desigualdades, de segregações e aglomerações de pessoas e atividades, sede de poderes, pois é o território onde a sociedade vive. Portanto, o espaço urbano, tornando-se forma através da cidade, contribui para a acumulação de capital, criando demandas e transformando-se em um “grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação” (SANTOS, 1994, p. 118).

Ainda é relevante analisar quais os usos que as pessoas fazem de seu espaço, de qual forma elas se apropriam dele, de que maneira o produzem e o consomem. A lógica de mercado da sociedade capitalista, por exemplo, cria valores de uso e valores

de troca como estratégias de valorização dos lugares a fim de obter lucro. O mercado, na forma de empreendedor imobiliário, turístico, bem como a construção civil, criam valores de troca e fornecem a mercadoria, transformada em valor de uso, para o cidadão. O mercado, aliado à construção civil (ambos podem ser denominados de agentes do setor imobiliário), criam valores e estão sempre atentos ao que a sociedade valoriza para poder beneficiar-se disso.

Em Sousas e Joaquim Egídio, os agentes do setor imobiliário, passam a valorizar terras próximas às áreas verdes, criando valores de uso para as mesmas, a fim de transformá-las em mercadoria (valor de troca) para que sejam adquiridas e consumidas. Dessa forma, apropriam-se do espaço, tornando-se agentes de produção do mesmo. A parcela da população que pode adquirir as novas formas de moradia oferecidas irá ter os serviços básicos, de uma forma ou de outra. Se precisar de segurança ou de um sistema de esgoto e coleta de lixo, indo morar em um “condomínio” fechado, terá acesso a tais serviços, mesmo pagando a mais por isso. A própria iniciativa privada e o poder público encarregam-se de providenciar os serviços.

Já a parcela pobre da população, que não tem condições financeiras para adquirir as mercadorias oferecidas pela iniciativa privada, fica à mercê de sua própria sorte, uma vez que já não pode mais contar com o poder público, que não disponibiliza, de forma integral, justa e igualitária, os serviços básicos como segurança, coleta de lixo etc, à população.

O mesmo acontece em relação ao lazer. Mesmo não sendo um bem de primeira necessidade, também faz parte da vida em sociedade. Uma vez que o lazer se torna privado nos distritos, muitos também ficam à margem dessa atividade por não poderem frequentar os estabelecimentos que são voltados às classes média e alta.

Vemos, portanto, que a produção do espaço urbano é feita através da lógica capitalista do mercado. As próprias práticas urbanas irão priorizar e valorizar determinadas parcelas da terra, seguindo a lógica excludente do mercado. Esta produção do espaço vai, assim, contribuir para a sobrevivência do sistema capitalista (LEFEBVRE, 2001). É assim que o espaço urbano torna-se mais um objeto de poder social.

Tais processos sociais presentes no espaço criam formas e funções. Estas geram atividades sociais e materializações, constituindo assim, a organização espacial. Podemos dizer, então, que a organização espacial de Sousas e Joaquim Egídio caracteriza-se pela segregação residencial, sendo a expressão espacial dos processos sociais, uma vez que a grande diferenciação quanto aos padrões residenciais são a expressão espacial de uma sociedade capitalista estratificada em classes. Além disso, há a apropriação do público pelo privado, com as áreas públicas fechadas juntamente com os loteamentos, impedindo o acesso livre de qualquer cidadão a tais áreas, gerando ainda mais segregação. O mesmo ocorre com o turismo e o lazer. Como já citado, os estabelecimentos, principalmente os gastronômicos, têm como público alvo as classes mais abastadas, o que significa que o custo para frequentá-los é elevado, o que também pode contribuir para segregar a população mais empobrecida.

A segregação socioespacial relaciona-se ao alto preço da terra, que permite maiores ganhos para os empreendedores imobiliários, tornando-a inacessível para a classe de baixa renda. Este alto preço garante a seletividade e, portanto, a segregação dos condomínios horizontais e loteamentos fechados e dos estabelecimentos turísticos e de lazer de médio e alto padrão. Dessa forma, o espaço urbano torna-se espaço de segregação social (PADILHA, 2003). São esses processos que ocorrem em nossa área de estudo e que formam as novas territorialidades, exclusivas e segregadoras.

3.2 Território e Territorialidade

De acordo com o que foi visto no capítulo 1, a produção do espaço urbano em Sousas e Joaquim Egídio relaciona-se com a especulação imobiliária iniciada timidamente já na década de 1950 e intensificada ao longo dos anos. Porém, o recorte temporal que nos interessa abrange desde a década de 1990 até o presente momento de 2009. Neste período é que houve a aprovação do fechamento de loteamentos abertos já existentes, além da aprovação de condomínios residenciais horizontais fechados. A instalação desses empreendimentos foi intensa, impulsionada pela especulação imobiliária que também produziu e atraiu uma nova demanda que ansiava

por áreas urbanas afastadas, sobretudo áreas verdes, motivadas pela busca da *qualidade de vida, status* e, até, segurança.

Foi ainda nesse recorte temporal, mais especificamente a partir do final da década de 1990, que o turismo e o lazer começaram a se desenvolver como importantes atividades econômicas, desenvolvendo-se dia-a-dia, até hoje. A caracterização dos distritos como “local turístico” deve-se muito à publicidade, que divulga os mesmos como sendo uma ótima opção de lazer para quem deseja fugir do estress do cotidiano e relaxar perto da *natureza*. Todavia, o tipo de propaganda mais comum nos distritos é o “boca à boca”.

Assim, a nova demanda que desejava aproximar-se das áreas verdes não buscou apenas a moradia, mas também, enxergou esses distritos como nova e charmosa opção de lazer e turismo do município, o que ajudou a desencadear um novo processo de apropriação e consumo do espaço, pois:

[...] o principal objeto de consumo do turismo é o espaço [...]. Nenhuma outra atividade consome, elementarmente, espaço, como faz o turismo [...]. É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos (CRUZ, 2001, p.17).

Portanto, o turismo e o lazer contribuíram (e ainda contribuem) para a produção do espaço urbano e para a formação de novas territorialidades – turísticas e de lazer - dos distritos, tornando-se, desse modo, atividades importantes na dinâmica urbana dessa região. Foi a partir da formação de uma nova mentalidade que a valorização dessas áreas gerou novas práticas sociais nos distritos, com a alteração e reorganização dos territórios, resultando em novas territorialidades habitacionais, turísticas e de lazer, de uso exclusivo.

Como sabemos, “[...] o espaço assume múltiplos aspectos [...]. O seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e objetos artificiais [...]” (CRUZ, 2001). Ainda é abstrato e, a partir dele, o território é construído pelos diversos agentes sociais, ou seja:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível [...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p.143- 144).

Assim, são os agentes sociais que reestruturam o território através da prática de poderes, políticas e gestão territorial (BECKER, 1983), o que o torna concreto e ainda possibilita novos usos, o que pode formar novas territorialidades, como as que ocorrem em Sousas e Joaquim Egídio, a partir dos novos usos dados aos mesmos por meio do turismo, lazer e das novas formas de moradia.

CRUZ (2001, p. 18) ainda completa que o território “[...] corresponde ao espaço funcionalizado, apropriado por determinados atores sociais (que lhe atribuem determinadas funções), num dado momento histórico”. Os novos usos e funções ainda podem ser responsáveis pela formação de territorialidades.

Nesse sentido, a territorialidade pode ser vista como um fenômeno de “organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes; uma relação com o espaço, considerando os demais atores” (BECKER, 1983, p.7). A territorialidade “adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p.158). Podemos conferir que a territorialidade dos condomínios e loteamentos fechados é organizada de forma excludente, uma vez que é considerada exclusiva por seus ocupantes.

Já no turismo e lazer, os espaços apropriados são porções de espaço organizados e refuncionalizados pelo uso dessa atividade, o que caracteriza o território turístico (KNAFOU, 1996). Tal uso e consumo do território também pode gerar novas territorialidades, como as turísticas e de lazer. No caso estudado, a ocorrência das mesmas se dá de forma privada e excludente (restaurantes fazendas...).

A territorialidade ainda pode:

[...] ampliar o controle sobre um dado território, tornando-o distinto e, ao menos, parcialmente, exclusivo; contribuindo para prover significado a marcas e limites territoriais [...] A territorialidade é, assim, elemento de coesão social, fomentando sociabilidade e solidariedade; mas pode ser também fonte ou estímulo de hostilidades, ódios e exclusões (ALBAGLI, 2004, p.30).

O surgimento das novas territorialidades em Sousas e Joaquim Egídio caracteriza, conforme a autora acima, uma nova forma de exclusão, pois são muitos que não podem morar nos condomínios e também não podem frequentar os

estabelecimentos turísticos e de lazer. Assim, vemos que a territorialidade se dá no cotidiano, nas relações sociais, ou seja, na dinâmica da sociedade.

Trevisan observa que o território é entendido como “um campo de forças das relações sociais, da competição e da cooperação entre o Estado e o mercado e, deste modo, consegue revelar o poder dos diferentes atores que o conduzem” (TREVISAN, 2006, p.12). Nessa lógica, a ideologia ambientalista incorporada pela sociedade contribui para a reestruturação do espaço urbano, uma vez que redividem e reconfiguram o território, criando essas novas territorialidades e privatizando parte dos espaços públicos. Porém, se isso pode ser uma boa alternativa para o mercado, com certeza não o é para a população local, que fica segregada destes espaços, como veremos no capítulo a seguir.

A APA de Campinas – que abriga Sousas e Joaquim Egídio - caracterizou-se por uma territorialidade diferenciada dentro do município devido à sua rica biodiversidade. Após a sua criação, que foi estimulada por diversos interesses relacionados às questões ambientais, outras territorialidades também se formaram dentro deste espaço, motivadas pelo consumo das áreas verdes, expressando-se nos condomínios horizontais e loteamentos fechados e nas diferentes vertentes do turismo e do lazer exploradas na área. LUCHIARI (2002, p.27) acrescenta, nesta linha interpretativa, que:

Não se deve esquecer que as paisagens naturais são consideradas raridades no espaço urbano [...]. Lugares que as possuem são transformados em novas territorialidades nas quais são erguidos verdadeiros enclaves monofuncionais e socialmente seletivos.

Por isso, os distritos, com características rurais e bucólicas, são alvo dos empreendimentos imobiliários, turísticos e de lazer.

3.3 Especulação imobiliária em Campinas

Nos últimos vinte anos houve grande crescimento em várias regiões de Campinas, porém, a chamada “explosão imobiliária” em sua porção norte/leste - área da APA – ocorreu nos últimos cinco anos. Uma das explicações para isso é o fato de Campinas ser um centro de alta tecnologia e informação, o que proporciona boas

perspectivas para o mercado imobiliário. Além disso, há a proximidade com o maior centro econômico do país, que é a cidade de São Paulo. Especialistas do setor também apontam o “florescimento” da economia nacional, a queda dos juros e as grandes ofertas de créditos como fatores que impulsionaram o “boom” imobiliário de Campinas (REVISTA METRÓPOLE, nº 355, Correio Popular, Campinas, 2008).

De acordo com as informações publicadas nessa Revista, a expansão pode ser conferida em números. O primeiro semestre de 2008, em relação ao ano de 2007, já registrava um aumento de 83% no número de novos projetos aprovados na Prefeitura. Segundo o vice-presidente do setor de comercialização da Associação Regional de Habitação de Campinas (Habicamp), Antonio Delucca, o mercado imobiliário da cidade teve um aumento de 30% nos últimos cinco anos, sendo que, cerca de cinco mil imóveis estão em construção no município, dos quais aproximadamente 70% são apartamentos e 30% casas. Dentre as casas, 80% estão em condomínios e 20% em bairros. Na opinião dele, a segurança é um dos fatores para a tendência de empreendimentos localizados em loteamentos de acesso restrito.

Na mesma reportagem, o diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon) Luís Cláudio Amoroso diz que, mesmo com a construção e comercialização de casas em bairros, o forte do mercado imobiliário são os conjuntos habitacionais fechados. Para ele, os tempos mudaram e as casas precisam de grades e muros. A visão é administrativa: os conjuntos habitacionais fechados criam pequenos núcleos dentro de uma grande cidade, ajudando na liberação do trânsito, com controle local do lixo e da distribuição de água, melhorando o tratamento de esgoto, beneficiando toda a cidade.

Assim, parcela considerável da sociedade aceita o enclausuramento por causa da violência. Acreditam que as ruas devem ser fechadas para a segurança dos seus filhos. Mas quem tem o direito de “proteção”? Apenas quem tem dinheiro. O raciocínio do diretor do Sinduscon ignora que os problemas sociais são estruturais, como a segregação, a falta de sociabilidade, a perda da alteridade e da diversidade, além da alienação destes cidadãos. Trataremos destas questões de forma mais completa no último capítulo a seguir.

Para este representante do Sinduscon, a busca pela segurança não é o único fator para a busca por empreendimentos de acesso restrito; o morador também quer tudo junto e próximo. Explica que a facilidade, no mundo em que vivemos, é primordial. O morador quer ter acesso a todo tipo de serviço, que deve estar perto de sua casa, fazendo com que o mercado crie pequenas “ilhas auto-suficientes”.

A “natureza” é também destacada por ele: área verde virou “vedete” em todo conjunto habitacional e pode contribuir, inclusive, para o *marketing* de lançamento de um novo empreendimento, comprovando assim que, mitificada, a “natureza” representa um bem raro e valorizado na atualidade, servindo como “isca” para atrair novos compradores, impulsionando a formação de uma nova demanda. Abaixo, **FOTO 3.1** de empreendimento em Joaquim Egídio que exemplifica o *marketing* verde, com a seguinte mensagem: *A natureza se guardou para você construir aqui seus melhores dias.*

FOTO 3.1: Propaganda de loteamento rural fechado “Serras das Cabras”



Fonte: Foto da autora, 2009

Cada vez mais, os discursos em torno dos novos empreendimentos frisam a *sustentabilidade*, o *meio ambiente* e a *qualidade de vida* como fatores que os diferenciam dos demais. Como veremos adiante, a busca por segurança torna-se motivação secundária perto da vontade de se aproximar da *natureza*, estimulada pelo mercado.

20% de área verde, sendo que o espaço é maior para um menor volume de gente, o que denota a ideia de se viver com qualidade.

Em entrevistas informais semi-estruturadas³¹ realizadas com alguns moradores de condomínios horizontais e loteamentos fechados de Sousas e Joaquim Egídio, indagamos sobre a expansão imobiliária do local. Na maioria das respostas obtidas, percebemos certa preocupação com as consequências deste processo. Um dos entrevistados acredita que a expansão é “desordenada e segue interesses privados, sem envolvimento dos órgãos públicos para que o crescimento seja sustentável” (L.A.G., 57 anos, empresário). Outro entrevistado vai além e afirma que:

As pessoas - principalmente das classes A e B - tendem a fugir cada vez mais dos ambientes que lembram o ritmo acelerado do dia-a-dia; portanto estão buscando estas casas em lugares que remetem à tranquilidade, calma, paz e segurança. Outro fator relevante é a forte relação destas regiões com a saúde: áreas ao ar livre para prática de esportes, muitas famílias fazendo caminhada, andando de bicicleta etc. São regiões que têm segurança e condições naturais para este tipo de coisa, o que ajuda no crescimento imobiliário (F.C., 39 anos, publicitário).

Com isso, alguns acreditam que “daqui a pouco a região estará extremamente populosa, com os mesmos problemas de trânsito e superlotação tão comuns em Campinas, destruindo a tranquilidade do lugar. Sousas já não suporta mais a quantidade de carros” (K.F., 41 anos, professora).

Sobre a valorização das áreas verdes, vemos que o que foi discutido até agora, também se comprova, conforme a fala de um casal. A respeito da indagação sobre a motivação de morar próximo à *natureza* – ele médico e ela publicitária – respondem que com a correria do dia-a-dia fica muito mais agradável retornar para a sua residência, quando está localizada perto de áreas verdes, o que proporciona integração com outra paisagem, diferente da rotina urbana. Trata-se de uma demonstração de que foram absorvidos pelas ideias difundidas pelo “*marketing verde*”. O homem afirma que: “Ao nos aproximarmos de casa, a paisagem já começa a mudar. Os problemas do trabalho e da cidade vão ficando para trás na medida em que vamos chegando a

³¹ Outros resultados de entrevistas informais com agentes produtores do espaço serão apresentados ao longo deste capítulo e no capítulo 4, a seguir.

Sousas. O trânsito mais leve, as árvores, os pássaros nos distraem, logo a gente desliga daquele ritmo acelerado para entrar em outra atmosfera, outro clima, outra paisagem. É recompensador” (C.A.S, 37 anos, médico).

Outros moradores, à pergunta sobre como era morar nos distritos, respondem objetivamente: “Joaquim Egídio é um paraíso perfeito” (R.A.R, 43 anos, promotora de eventos). Ou então: “É uma roça tão gostosa dentro de Campinas! Não tem pontos negativos” (M.B., 23 anos, universitária).

Dessa forma, a opinião de alguns moradores dos “condomínios” mostra que a ideia de “paraíso” e aparência bucólica é o que mais importa, mostrando que a busca por *qualidade de vida* é fator essencial na escolha da residência. De acordo com mais alguns depoimentos: “morar nessa região se traduz em tranquilidade e qualidade de vida. Menos barulho à noite, menos poluição, paisagens mais bonitas e bons restaurantes” (L.D.N., 42 anos, dentista); “lugar com muito verde, ar puro, contato com a natureza... minha casa tem a mata como vizinha” (G.N., 31 anos, engenheiro químico). Assim, essas pessoas acreditam que Sousas e Joaquim Egídio são lugares “perfeitos”, possuindo o conforto da metrópole (por estar em Campinas, com todas as facilidades e acesso a serviços que uma metrópole proporciona), mas com jeito de “interior”.

Nesta perspectiva, “o que era área de preservação com valor intrínseco [...], passa a estar na base da constituição do valor de troca” (SANTANA, 2001, p.180) e, assim, “o espaço onde é possível encontrar a ‘paisagem natural intocada’ é transformado para ganhar outro uso e ser consumido como sendo extensão do urbano” (SANTANA, 2001, P.179).

O diretor do Sinduscon, na reportagem citada, afirma que a tendência é para os condomínios e loteamentos continuarem grandes. Para se fazer uma comparação, os primeiros loteamentos fechados lançados em Campinas na década de 1990 possuíam o custo do metro quadrado entre US\$ 70,50 e US\$ 94,00. Hoje, o valor foi para US\$ 1175,00³² o metro quadrado em empreendimentos de alto padrão, como na APA e,

³² Os valores em Reais (R\$) dos terrenos foram cotados em Dólar (US\$). A cotação foi realizada no dia 05/05/2009, com o câmbio a R\$ 2,35.

ainda assim, a procura é muito grande (REVISTA METRÓPOLE, nº 355, Correio Popular, Campinas, 2008).

O turismo e o lazer, por sua vez, também são beneficiados com o desenvolvimento do setor imobiliário nos distritos, pois quanto mais pessoas com boas condições financeiras forem lá morar, os estabelecimentos irão obter mais “turistas e visitantes em potencial” afinal, o grande público alvo dos bares e restaurantes são os moradores dos condomínios e loteamentos, além dos moradores da cidade de Campinas e ainda de algumas cidades da região, como veremos ainda neste capítulo.

3.4 Condomínios horizontais fechados e loteamentos fechados

Sabemos que a imagem de “natureza intocada” é objeto de demanda, sendo vendida através do *marketing*, porém, a venda concreta dessa natureza-símbolo, ocorre pela redivisão e reorganização do território, resultando novas formas de uso e consumo do espaço urbano dos distritos, como os condomínios horizontais fechados e, também, os loteamentos que dantes eram abertos, tendo sido fechados a posteriori, mediante lei municipal. Aqui serão chamados de *loteamentos fechados*.

A busca pelo contato com a *natureza*, que acabou gerando essas novas formas de habitar, “fechadas” em si mesmas, é um fenômeno mundial, um sonho de consumo, conferindo *status* ao seu morador (OJIMA, 2007). Ocorre nos Estados Unidos, na Europa ou na América Latina, sendo motivada pela ideia de *qualidade de vida*, ou seja, pela “necessidade” que as pessoas desenvolvem de se aproximarem de lugares com baixa densidade urbana e muito “verde”.

Nos dois casos, existe ação segregadora quanto à utilização da terra. A questão é muito importante, pois para a legitimação da segregação são citadas leis federais, estaduais e mesmo municipais (TREVISAN, 2006).

As justificativas mais utilizadas para se viver nos loteamentos e condomínios horizontais fechados “pautam-se sempre pelos mesmos argumentos, como a insegurança, o medo, a aderência às novas tendências do mercado imobiliário, entre outros” (SILVA, 2008, p.45). Esses outros argumentos à qual Silva refere-se relaciona-se à busca pela *qualidade de vida*, em áreas verdes, geralmente presentes neste tipo

de empreendimento. É o que acontece em nossa área de estudo. É justamente este argumento que servirá de motivação principal para a opção de morar próximo à *natureza*.

Mas quais são estes empreendimentos? Por existir certa “confusão” de entendimento vamos definir o que são condomínios horizontais fechados, loteamentos convencionais e loteamentos fechados, como usualmente são denominados, pois assim entenderemos melhor o que ocorre nos distritos, lembrando que o nosso interesse são apenas os chamados condomínios horizontais e loteamentos fechados, de acesso restrito, que reforçam a segregação urbana e privatizam os espaços públicos - no caso dos loteamentos que foram fechados a *posteriori*.

Muitas vezes, os loteamentos fechados são erroneamente confundidos com os condomínios horizontais. Vale lembrar que um prédio de apartamentos também é administrado através de um condomínio. Todavia, tanto os condomínios horizontais fechados³³ como os loteamentos que foram fechados depois de aprovados, remetem à mesma problemática: territórios exclusivos dos moradores, que modificam e fragmentam a paisagem, manifestando-se como uma nova forma de segregação socioespacial. São diferentes em sua origem, como veremos a seguir, mas por terem as características citadas acima, são passíveis de serem confundidos. Por isso a importância de esclarecer tal ponto.

Essa forma de habitar (condomínios horizontais fechados) possui denominações específicas nos diferentes países. Nos Estados Unidos é chamada de *gated communities*, no Chile, de *condomínios*, na Argentina de *countries*, e no Brasil, *condomínios fechados* (SILVA, 2008). Esta denominação é a que utilizaremos para os condomínios residenciais horizontais fechados existentes em Sousas e Joaquim Egídio. Porém, existe um novo Projeto de Lei (PL nº 3.057/00) de responsabilidade territorial ainda em andamento, que tem como proposta substituir a denominação “condomínios fechados” para “condomínios urbanísticos”. Segundo o PL, o condomínio urbanístico é:

³³ Alguns condomínios horizontais são formados por diversos prédios de apartamentos em uma mesma área fechada. Nesse caso, as características de uso e ocupação são as mesmas dos, aqui, chamados, condomínios horizontais fechados.

(Art. 2) A divisão de imóvel em unidades autônomas destinadas à edificação, às quais correspondem frações ideais das áreas de uso comum dos condôminos, admitida a abertura de vias de domínio privado e vedada a de logradouros públicos internamente ao seu perímetro (PL nº 3.057/00).

Mas como ainda não foi aprovado, seguimos com a denominação “condomínios horizontais fechados”. A lei que dispõe sobre os *condomínios* é a lei federal nº 4591/64, que trata do assunto no artigo 1, definindo os condomínios como:

(Art. 1) As edificações ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não-residenciais, poderão ser alienados, no todo ou em parte, objetivamente considerados, e constituirá, cada unidade, propriedade autônoma, sujeita às limitações desta Lei.

De acordo com a lei citada acima, vemos que os condomínios devem ter edificações e não apenas lotes vazios e que cada proprietário é dono de uma cota parte, ou seja, de uma fração ideal do lote. Quando não se trata de prédio de apartamento isolado, existem vias privadas de domínio somente dos condôminos, não abrindo vias e nem áreas públicas. Além disso, existe uma porção comum a todos os condôminos, geralmente onde são instalados equipamentos de lazer e recreação como salão de jogos, salão de festas, piscina, churrasqueira etc. Prédios de apartamentos isolados e mais antigos não possuem tais equipamentos, em geral³⁴.

Antes de tratarmos dos loteamentos fechados, primeiro devemos mencionar os *loteamentos convencionais*. Eles possuem fins urbanos, sendo respaldados pela lei também federal nº 6.766/79, que o define como a “subdivisão da gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação de vias existentes” (art. 2º, §1º,

³⁴ A confusão sobre o que seja condomínio *fechado* ocorre porque há várias formas de condomínio: a) conjunto de casas iguais e muradas, com acesso restrito; b) conjunto de vários prédios de apartamentos murados e com acesso restrito; c) um único prédio de apartamentos convencional, construído sem recuo (a porta de entrada fica direto na calçada): a portaria ou a porta fica fechada e o porteiro abre quando alguém chega ou tem uma campainha com interfone na porta, que é aberta de dentro de um apartamento; d) prédio sem portaria (sendo raro hoje em dia); e) condomínios de casas horizontais diferenciadas e com acesso restrito. Esse último pode estar *travestido*, isto é, pode ser um loteamento que foi fechado irregularmente a *posteriori*. Nesse caso não é condomínio, embora pareça ser. Reiteramos que nesta pesquisa quando nos referimos a condomínios fechados, estamos falando do condomínio de casas horizontais com acesso restrito, o tipo existente em nossa área de estudo.

lei nº 6.766/79). Isso significa que depois da aprovação dos mesmos, passam a integrar as áreas públicas da cidade, permitindo o trânsito livre de pessoas, a instalação de equipamentos urbanos, institucionais (escolas, postos de saúde...). Todas as vias e praças são de domínio público.

Já os *loteamentos fechados* não são previstos por lei federal e nem estadual. A lei federal 6.766/79 que trata deste assunto veta o fechamento de qualquer loteamento, dizendo que:

(Art.17) Os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo as hipóteses de caducidade da licença ou desistência do loteador [...].

Dessa forma, é proibido por lei federal que ruas, praças, áreas verdes e qualquer área pública, sejam impedidas do acesso de todos através do fechamento de loteamentos convencionais.

Essa é a grande diferença entre os condomínios fechados e os “loteamentos fechados”. Nos condomínios horizontais e em alguns verticais, como vimos, as áreas de uso comum são fechadas, pois já nascem privadas, é um imóvel particular e exclusivo e por isso podem ser fechados, desde que cumpram os requisitos legais. Porém, nos *loteamentos fechados* há áreas públicas que, em geral, foram fechadas posteriormente, mediante lei municipal, ou mesmo à revelia da lei. Tais áreas foram transformadas em áreas de uso comum apenas aos que moram no loteamento, impedindo o acesso de terceiros a locais dentro dos limites do mesmo. Além disso, todo o investimento público em infraestrutura feito naquele loteamento ficará apenas para usufruto de quem ali mora. Dessa forma:

Os moradores de loteamentos fechados são proprietários e pagam impostos apenas sobre o seu lote, apesar de fecharem e utilizarem áreas públicas de forma privativa. Os proprietários de condomínios fechados adquirem uma parcela ideal, que equivale à sua unidade autônoma e a uma fração ideal das áreas comuns. (SILVA, 2008, p.27).

Mesmo com a lei federal não aprovando o fechamento dos loteamentos, alguns municípios, ferindo esta lei, legalizam tais empreendimentos, que, assim, podem não

estar na ilegalidade perante as leis municipais, uma vez que são aprovados pelas prefeituras em seus setores de planejamento urbano. Neste sentido, enquanto as classes média e alta são estimuladas a se aproximarem da *natureza* e a viverem com segurança, “[...] o Estado não possui força para impedir que a cidade se estenda por antigas áreas rurais e são perdidos espaços públicos em favor de áreas cercadas (fechadas) e privatizadas” (TREVISAN, 2006, p.24).

Além de Campinas, outras cidades da Região Metropolitana do município também possuem alguns loteamentos que foram fechados e regularizados por lei municipal. A cidade de Valinhos é um exemplo. Possui loteamentos fechados a *posteriori* aprovados pelo art. 21 da lei municipal nº 3.192/98 (SILVA, 2008). Em Campinas, a lei municipal que aprova e regulariza tal tipo de loteamento é a lei de nº 8.736/96, que “dispõe sobre a permissão a título precário de uso das áreas públicas de lazer e das vias de circulação, para constituição de Loteamentos Fechados no município de Campinas e dá outras providências”. Portanto, o loteamento que for fechado sem permissão de uso das áreas públicas estará na ilegalidade (SILVA, 2008). Essa lei ainda exige a existência de uma associação de proprietários, para que os serviços de manutenção do local (calçamento, poda de árvores, limpeza, sinalização...) possam ser de sua responsabilidade. Entretanto, de acordo com a referida lei, ainda recebem os serviços da Sociedade de Abastecimento e Saneamento S.A. (SANASA) e da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).

Nos distritos, este tipo de procedimento tornou-se comum. Muitos loteamentos são fechados respaldados pela lei municipal. Dessa forma,

Alguns dos loteamentos implantados nas últimas décadas começaram a adquirir uma nova feição dentro da malha urbana, assemelhando-se aos condomínios fechados de alto padrão, com guaritas e portarias, configurando-se como loteamentos fechados, de forma irregular [...] Tal fato denota a tendência de ocupação típica do quadrante leste do município, a partir dos anos 80, caracterizada pela busca por segurança e por melhor qualidade de vida (PMC, 1996, p.38).

Um exemplo é o loteamento Jardim Botânico, em Sousas. Ele já assumia os moldes dos condomínios horizontais fechados, pois mantinha uma portaria na entrada, impedindo o acesso de qualquer pessoa que não tivesse autorização. A Prefeitura

solicitou o enquadramento do loteamento na lei nº 8.736/96 para que o mesmo fosse fechado, regularizando assim a questão do acesso restrito, uma vez que, pela referida lei, foi permitido o uso particular das áreas públicas. Dessa forma, com a criação da “Associação dos Proprietários e Moradores do Jardim Botânico de Sousas” e após 4 anos de trâmites legais, em 12 de dezembro de 2000, o mesmo foi enquadrado na lei municipal, tornando-se um loteamento fechado regularizado. O Art. 5º do Decreto nº 13.505 de 2000 declara que o loteamento ficará inteiramente responsável por serviços de manutenção de árvores, vias públicas de circulação, calçamento e sinalização, limpeza das vias públicas e outros tipos de manutenção. O Art. 6º ainda coloca que o loteamento deverá manter em seus portões de acesso a informação de que é livre a entrada de qualquer cidadão ao seu interior, porém, ao visitarmos o local, vimos que tal informação é omitida (**FOTO 3.3**). Na portaria, vimos apenas placas que indicam quais as entradas de moradores, dos visitantes e dos prestadores de serviços, além de placas sinalizadoras de limites de velocidade máxima permitida.

FOTO 3.3: Portaria do loteamento fechado “Jardim Botânico”



Fonte: Foto da autora, 2009

O mesmo também aconteceu com o loteamento “Caminhos de San Conrado” (**FOTO 3.4**), também localizado em Sousas, que solicitou seu fechamento no ano de 1995 e só conseguiu autorização em 2000, baseada na lei municipal nº 8.736/96 que

permite o fechamento de algumas áreas públicas para uso coletivo privado para a formação dos loteamentos fechados, conforme já mencionado. Após tentativa da Justiça de Campinas de recorrer dessa autorização, a Prefeitura conseguiu manter a decisão do fechamento. Em 2002 o Tribunal de Justiça de São Paulo obrigou a reabertura do loteamento e a lei nº 8.736/96 sofreu julgamento pela Procuradoria geral de Justiça do Estado. Porém, em 2003 os desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo consideraram a citada lei como constitucional e, então, os loteamentos de Campinas puderam ser transformados em loteamentos fechados, desde que se enquadrassem na referida lei (CORREIO POPULAR, Campinas, 1998).

FOTO 3.4: Portaria do loteamento fechado “Caminhos de San Conrado”



Fonte: Foto da autora, 2009

Nesses dois casos, assim como em outros não citados, vemos que a questão da regulamentação dos loteamentos como fechados, tomando como base a lei municipal, não é algo tão simples, uma vez que a lei federal não prevê este tipo de loteamento, podendo recorrer da decisão do município. Porém, vimos que após os trâmites burocráticos, o fechamento, geralmente, é concedido e legalizado. Mesmo sendo loteamentos que foram fechados, estes locais são conhecidos popularmente como “condomínios”. Outro exemplo é o loteamento fechado Jatibaia. Ele era um loteamento

convencional que foi fechado posteriormente, assim como o caso do Jardim Botânico e Caminhos de San Conrado, mas é chamado e conhecido popularmente por “Condomínio Jatibaia”. Como já mencionado no capítulo 1, os **ANEXOS A e B**, respectivamente, apresentam os loteamentos abertos já existentes que tiveram seu fechamento aprovado em Sousas e Joaquim Egídio.

Na Revista ABSOLUTA (nº 3, ano II, 2007) – de circulação local – uma das reportagens é: “Jatibaia é o condomínio mais antigo de Sousas”. Esta reportagem mostra como a ação dos próprios moradores trouxe melhorias para o chamado “condomínio”. Segundo a reportagem, o Jatibaia foi criado há 30 anos como loteamento aberto e, na época, não passava de “lotes sem mato e sem nenhuma infra-estrutura” (ABSOLUTA, nº 3, ano II, 2007, p.16). Uma das moradoras entrevistada pela revista afirma que a rede de esgoto está ainda sendo implantada no local, graças aos esforços da Associação de Moradores do Condomínio Jatibaia. A moradora conta dos problemas que enfrentam relacionados à segurança. Com a ida dos moradores para lá, começaram os assaltos, pois o “condomínio” possuía várias entradas que servia de fuga para os ladrões. Com o tempo, os moradores conseguiram instalar uma guarita, porém, a Prefeitura achou a ação ilegal, tentando destruí-la, o que foi sem sucesso, pois os moradores impediram.

Os entrevistados pela Revista sentem-se lesados, pois, segundo eles, a Prefeitura não garante a segurança e ainda quer impedir que eles mesmos tomem providências. Ainda dizem que o dinheiro para as reformas feitas no “condomínio” é arrecadado através de venda de pizzas. Foi desta forma que eles conseguiram reformar a guarita, asfaltar as ruas, construir um alambrado e ter esgoto. O que fica claro na reportagem é o orgulho de cada morador em lutar pelas benfeitorias de seu “condomínio”. Todos são unânimes quando afirmam que habitar neste local lhes oferece tranquilidade e, ao mesmo tempo, proximidade da cidade³⁵.

Vemos, então, que os próprios moradores sentem-se “donos” desta parte do distrito (ruas, calçadas, árvores...), tomando decisões e defendendo seu espaço – que a princípio era público – impossibilitando o acesso de terceiros, embora, com o fechamento do loteamento, continuem sendo proprietários apenas do seu lote, tendo

³⁵ Fonte: Revista de circulação local Absoluta, nº 3, ano II, 2007.

somente uma concessão para o uso das áreas públicas de maneira privada e não tornando-se donos das mesmas (SILVA, 2008).

Ainda há casos de loteamentos que já podem “nascer” fechados e por isso são muito confundidos com os condomínios horizontais de acesso restrito, embora não sejam. Legalmente, não podem, pois os proprietários compram apenas os terrenos neste tipo de loteamento, diferente dos condomínios, onde os proprietários já adquirem a casa, ou seja, áreas já edificadas ou que ainda serão construídas. Compram uma fração ideal sobre o terreno, tornando-se proprietários de suas casas e co-proprietários das áreas comuns (SILVA, 2008), assim como previsto na lei de condomínios, já vista.

No caso dos loteamentos que já nascem fechados, são colocados à venda apenas os terrenos, os lotes para se construir as casas e não as edificações. Logo, não são condomínios. Mesmo depois que cada proprietário tenha construído a sua casa no terreno que adquiriu e pago a taxa para a associação de moradores para as manutenções internas e, funcionando, embora semelhante ao condomínio fechado, legalmente, será loteamento fechado, pela sua origem. Este tipo de loteamento, portanto, é aprovado e registrado como aberto, pois se localizam em terras doadas públicas e são fechados logo depois, sendo passíveis de serem confundidos com os condomínios. Na verdade, os loteamentos que “nascem” fechados são tão irregulares quanto os que são fechados após aprovação e funcionamento como abertos, pois são inconstitucionais no âmbito federal e estadual (FREITAS, 2008).

Podemos citar o caso do “Residencial *Ville Sainte Helene*”, localizado na entrada de Sousas, como loteamento que já “nasce” fechado. Este empreendimento de alto padrão possui a aprovação e a parceria da empresa *Arbórea Ambiental*, que é responsável pelos primeiros licenciamentos de alguns loteamentos nesta e em outras regiões de Campinas³⁶.

Ainda sobre este empreendimento, no próprio *site* de promoção do mesmo é divulgado que muros poderão cercar o loteamento. Além disso, o investimento em segurança também é grande, o loteamento contará com sistema de iluminação externa, cerca eletrificada, alarme sonoro e circuito fechado com câmeras de monitoramento. O

³⁶ Para checar propaganda do Residencial *Ville Sainte Helene* com o apoio da *Arbórea Ambiental*, vide **ANEXO I**.

site ainda mostra que o loteamento terá sistema de esgoto próprio e pouca poluição sonora, pois conta com a plantação de mais de 7 mil mudas, além da mata nativa da APA para barrar o som das rodovias. Também é mencionada a criação da Associação dos Proprietários, responsável pela administração do condomínio. Para finalizar, o *site* alerta aos possíveis compradores que a chance de abertura do loteamento por parte de órgãos públicos é muito remota, pois o empreendimento foi projetado de forma a permitir o fechamento, de acordo com a lei municipal nº 8.736/96³⁷.

Outro exemplo de loteamento que já nasce fechado é o Parque das Araucárias. Assim como o exemplo anterior, ele já nasce fechado, porém, apenas os terrenos estão à venda, o que demonstra não ser condomínio. Este loteamento também utiliza o *marketing* verde para otimizar suas vendas, como podemos conferir:

O Parque das Araucárias: um pedaço de natureza recriado especialmente para quem busca, vivendo junto à cidade, ar puro, tranquilidade e muito conforto. São apenas 103 lotes residenciais com áreas de 685 a 1.104 m², valorizados por 64.000 m² de puro verde. A recuperação ambiental inclui o plantio de 7.000 árvores nativas, criando as condições essenciais à vida saudável e equilibrada que você procura. Essa estrutura já bastaria para fazer do Parque das Araucárias uma das melhores opções em Campinas. Coloque tudo isso no eixo mais valorizado e sofisticado da cidade, e você terá um empreendimento simplesmente incomparável³⁸.

Os dois exemplos apresentados mostram que os loteamentos, quando já nascem fechados, utilizam infraestrutura privada, estando na legalidade, de acordo com a lei municipal. Mas, este tipo de empreendimento gera impactos segregacionistas, uma vez que também possui restrições de acesso de terceiros.

Com tantas formas de uso do espaço, a população desavisada, fica confusa quanto à formação dos tipos de empreendimentos. Muitas pessoas, ao verem os loteamentos fechados, acreditam que sejam condomínios fechados. Algumas vezes, os

³⁷ Fonte: *site* do empreendimento “*Ville Sainte Helene*”. Disponível em: <<http://www.helene.com.br>>. Acesso em 19/01/2009.

³⁸ Disponível em: <<http://www.parquedasaraucarias.com.br>>. Acesso em 05/02/2009. O plantão de vendas do empreendimento informou que o valor do lote de 685m² é de U\$ 177.184,46 e o do lote de 793,63m² é U\$ 199.029,12, confirmando que estes tipos de empreendimento são de alto padrão. Valor do câmbio utilizado: 1 dólar = R\$ 2.06. Tais informações foram obtidas pelo plantão de vendas do empreendimento via *e-mail* (vendas@parquedasaraucarias.com.br), que apenas informou os valores dos menores e maiores lotes ainda disponíveis.

loteamentos são vendidos como condomínios fechados, como é o caso do Jardim Botânico, que foi anunciado como “Condomínio Jardim Botânico” no jornal *Correio Popular* (1990), sendo que o mesmo ainda era loteamento aberto. Foi fechado apenas no ano 2000 (SILVA, 2008) e, ainda assim, não seria condomínio³⁹.

Para agravar ainda mais essa situação, o já citado Projeto de Lei (PL nº 3.057/00) em seu art.124, admite a aprovação e regularização de loteamentos com controle de acesso já existentes para fins urbanos, se estes atenderem os requisitos legais. O referido artigo trata da regularização de interesse específico, o que seria, de fato, a anistia aos loteamentos fechados, o que é muito sério, uma vez que algumas áreas que se encontram dentro dos loteamentos são a princípio públicas e se tornariam privadas, contrariando a função social das cidades, regulamentada pelo Estatuto da Cidade (a cidade e a propriedade tem que cumprir sua função social).

Assim, socialmente falando, os loteamentos que são fechados posteriormente podem ser piores que os condomínios horizontais fechados, uma vez que privatizam um espaço que é, por princípio, público, segregando a parte que não pode ter acesso.

Nos distritos, a maioria dos loteamentos fechados posteriormente, o são com o discurso da proteção ambiental como motivação principal para o fechamento dos espaços públicos. Dessa forma, temos novas territorialidades, exclusivas, formadas pretensamente com o objetivo de se preservar a natureza.

Muitas vezes, estes lugares privatizados dos distritos abrigam paisagens consideradas *naturais* e, por isso, barreiras físicas são criadas para delimitar bem essas áreas, permitindo apenas que os moradores ultrapassem os limites criados. Dessa forma, o uso social de determinados lugares torna-se exclusivo de poucos. Essa nova

³⁹ Como já mencionado, os **ANEXOS A e B** apresentam os loteamentos que tiveram seus fechamentos aprovados após existirem como abertos e ainda os loteamentos que foram aprovados e logo fechados em Sousas e Joaquim Egídio, respectivamente. A disposição destes empreendimentos por meio de cartogramas encontra-se nos **ANEXOS C, D e E**. Um gráfico que apresenta a porcentagem existente de cada tipo desses empreendimentos, pode ser conferido no **APÊNDICE D**. A Prefeitura Municipal de Campinas ainda informou que, devido à rapidez da expansão de novos empreendimentos imobiliários na região, muitos deles ficam de fora das listagens da Prefeitura e Sub-Prefeituras e, por isso, não foram incluídos em nosso levantamento. Alguns deles são loteamentos irregulares, como: Chácaras Bella Vista, Condomínio Barão de Limeira, Condomínio Colina da Mantiqueira, Condomínio Campestre, Jardim Conceição de Sousas, em Sousas e Condomínio Solar de Capricórnio e Sítio Berro D'água, em Joaquim Egídio (TREVISAN, 2006).

condição modifica a organização do espaço e intensifica a fragmentação e a perda dos espaços públicos.

Além das tendências ambientalistas do mercado imobiliário, constatamos através de entrevistas informais semiestruturadas realizadas com campineiros que foram morar nos condomínios e loteamentos fechados de Sousas e Joaquim Egídio, que a motivação para a busca de novas formas de moradia na região vai além do desejo de aproximação com as áreas verdes. Embora essa seja a motivação principal, alguns entrevistados afirmaram que procuram morar em lugares mais afastados dos grandes centros, com acesso restrito, como uma forma de fugir da violência urbana. Assim, os moradores teriam maior sensação de liberdade enclausurados dentro de seus “enclaves” – seria a chamada “liberdade cercada” (SILVA, 2008).

BORSDOFF (2002) também afirma que estas formas de habitar são motivadas pelo desejo de segurança, mas também pela necessidade de se obter exclusividade e *status*. Todavia, mesmo sendo significativa e também geradora de contradições⁴⁰, interpretamos a motivação *segurança* como secundária, uma vez que Campinas oferece uma gama de condomínios horizontais e loteamentos fechados, além de cinturões de segurança em muitos de seus bairros. Dessa forma, o indivíduo teria a opção de morar “com segurança” dentro da área urbana de Campinas. Isso significa que, quem mora em Sousas e Joaquim Egídio, mesmo motivado a fugir da violência, prezou por uma localidade onde o contato com as áreas verdes está presente e, se a “natureza” é tida como amenidade, o *status* e a exclusividade de morar nesses lugares pode ser maior. Essa demanda procura por *natureza* e *segurança*, respectivamente. O que pode ser confirmado pela análise dos anúncios de empreendimentos deste tipo, que ressaltam a segurança, a exclusividade, a aproximação com a *natureza*, o *status* e as comodidades como diferenciais positivos, conforme já apresentamos. Segundo CALDEIRA (1997), tais anúncios “pregam” a apartação social de maneira mascarada, uma vez que colocam o isolamento e a segurança como símbolos de *status*.

Na opinião de alguns agentes imobiliários, a *natureza* é a motivação principal para a procura por residências nesta localidade. A corretora Débora Sanita, funcionária

⁴⁰ As contradições dessas novas formas de habitar serão discutidas no capítulo a seguir.

da empresa Cappucci & Associados, afirma que a *qualidade de vida*, os distritos arborizados e os ótimos restaurantes são o que motiva os clientes na procura por essas áreas. Completa que “a natureza é uma ótima aliada nas vendas”, apresentando os menores índices de violência como o segundo fator de motivação. Já o gerente de vendas da imobiliária Piccoloto, Therry Loures, nem cita a fuga da violência como motivação e afirma a utilização da *natureza* como estratégia de venda. Indica que “os imóveis próximos da natureza são os mais procurados e também atraem mais os clientes. A área verde, o ar puro e a tranquilidade dos distritos contam bastante na decisão da compra”.

Mesmo assim, ainda que o *marketing* seja focado na aproximação com a *natureza* principalmente, notamos que o jogo comercial ultrapassa a “venda da natureza”, uma vez que procuram vender também a segurança, assim como pudemos constatar nas informações contidas no *site* do Residencial *Ville Sainte Helene*. Porém, independente da motivação, o fechamento e o enclausuramento das pessoas nessas novas territorialidades pode gerar maior hostilidade e segregação na sociedade.

Em relação à legalidade, os loteamentos fechados posteriormente não são os únicos que possuem divergências com a lei. Os loteamentos para fins urbanos em áreas rurais também são focos de problemas em nossa área de estudo. São proibidos pela lei municipal nº 10.850/01, a qual proíbe o parcelamento do solo para fins urbanos que resultem em lotes ou frações iguais do conjunto total, caracterizando condomínios de dimensões inferiores ao módulo rural do INCRA de 20 mil m². Os condomínios com frações ideais não são permitidos em zona rural (PMC, 1996). Apesar de o módulo rural do INCRA ser muitas vezes respeitado, o uso da terra na zona rural para fins urbanos é uma realidade cada vez mais comum. Os mesmos são parcelados e acabam ficando com o tamanho inferior ao do estabelecido pelo INCRA, o que não é permitido.

Nos distritos, o que define um imóvel como urbano ou rural é a sua finalidade e não a sua localização (PMC, 1996). Nas zonas rurais de Sousas e Joaquim Egídio existem seis loteamentos rurais utilizados para fins residenciais e urbanos, conforme mostram os **ANEXOS A e B**, o que é proibido pela referida lei. O loteamento Serra das Cabras possui a aprovação do INCRA para fins agrícolas, porém, permanece em situação irregular, pois foi parcelado, loteado e vendido com fins residenciais, ou seja, o

A preocupação com as questões ecológicas e ambientais é uma reivindicação típica dos grandes centros urbanos. O valor de uso e o valor de troca dos 'bens naturais' começam a ser determinados para o padrão de vida urbana, e sob as leis do mercado, de acordo com estratégias imobiliárias (SANTANA, 2001, p.183).

A seguir, **FOTO 3.2** que mostra outro exemplo da utilização das características ambientais dos distritos pelo *marketing* como forma de atrair consumidores para os empreendimentos. A foto ilustra propaganda de loteamento em Sousas.

FOTO.3.2: Propaganda do loteamento fechado urbano “Parque das Araucárias”



Fonte: Foto da autora, 2008

Pesquisas, publicadas pela Revista já citada, com alguns agentes produtores do espaço do ramo imobiliário comprovam a ideia exposta. Segundo o diretor de *marketing* da construtora Goldfarb, Eleno Alves, a “natureza” passou a ser regra no conceito de morar e viver bem, comprovando que aquilo que a moda de cada época valoriza é que dita as regras para o mercado. Para o diretor de outra construtora – Valdemar Gargantini, da Rossi – os jardins também aparecem como uma área indispensável, devido ao *reencantamento* pelo verde. E o diretor da Campinas Empreendimentos, Ricardo Anversa também apóia esta questão e diz que os loteamentos da AGV têm

seu uso é urbano (FREITAS, 2008). Também investe bastante em “*marketing verde*”, como podemos confirmar a partir da **FOTO 3.1** mostrada no início deste capítulo. No *site* do loteamento pode-se ler:

Seu ideal de vida tem o charme interiorano dos distritos históricos, o aroma da melhor gastronomia versátil, a proximidade com a natureza, com a rotina tranquila das pequenas vilas, cercadas de arte, cultura e bem estar. Seu ideal de vida deixa você próximo dos melhores condomínios residenciais da cidade [...] Acesso rápido e fácil para todo lugar. Seu ideal de vida tem sossego sem distanciá-lo das conveniências da vida moderna, deixa você no centro e as delícias da vida todas ao redor. Tão perto de suas mãos. Tão longe do *stress* da cidade⁴¹.

A seguir, **FOTO 3.5** do loteamento mostrando o uso urbano em áreas rurais.

FOTO 3.5: Loteamento Rural “Serra das Cabras”



Fonte: <<http://www.serradascabras.com.br>>. Acesso em 25/02/2009

Os loteamentos Bosque de Notre Dame, Colinas do Atibaia, Reserva da Floresta e Terras Altas da Capoeira, também, encontram-se em situação irregular, pois, possuem a aprovação do INCRA para fins agrícolas, mas parcelam e usam a terra de forma urbana (FREITAS, 2008). Além disso, no loteamento Colinas do Atibaia, em Sousas, caracterizado por ser um “condomínio” de chácaras (PMC, 1996), encontra-se

⁴¹ Fonte: <http://www.serradascabras.com.br>, acesso em 25/02/2009.

a maior parte da Mata Ribeirão da Cachoeira (60%), uma das mais significativas áreas de mata nativa da APA (GASPAR, 2005), com 233,7 ha tombada, em 2002, pelo CONDEPACC, como bem de relevante interesse ambiental. Por se localizar dentro do “condomínio”, os moradores do mesmo auto-intitulam-se “donos” e “guardiões” da mata, restringindo o acesso público (TREVISAN, 2006). É a apropriação do público pelo privado.

Todos os loteamentos possuem acesso restrito, com cercas, alambrados, arames farpados e até mesmo portarias que impedem o trânsito livre de terceiros. O loteamento Bosque de Notre Dame, por exemplo, fica dentro do clube dos médicos do município e seu acesso é pela portaria do clube.

Além dos loteamentos em áreas rurais já consolidados como urbanos, ainda temos alguns casos que foram embargados pela Prefeitura Municipal de Campinas, antes da finalização de suas construções. É o caso do loteamento clandestino dentro das terras da Fazenda Iracema, em Sousas. Mesmo dentro do limite aprovado pelo INCRA, tal loteamento em área rural estava comercializando 40 lotes de terras da fazenda, o que é proibido, não possuindo qualquer licença ambiental. Após a denúncia da venda dos lotes rurais feita pelo CONGEAPA, que cumpriu seu dever neste caso, a Prefeitura embargou a obra em novembro de 2008 e, ainda, proibiu a aprovação e obras que resultem na implantação de loteamentos, parcelamentos de solo, condomínios horizontais fechados ou asfaltamento de sistemas viários de Sousas e Joaquim Egídio, sem que sejam concedidos o licenciamento ambiental prévio e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto do Meio Ambiente (Rima), devidamente analisados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente⁴².

Sobre o assunto, o secretário municipal de Negócios Jurídicos, Carlos Henrique Pinto, afirmou, em entrevista disponível em um *site* de notícias, que os parcelamentos realizados em áreas rurais podem burlar a lei de uso e ocupação do solo. Isso pode ocorrer, pois como o INCRA permite a divisão em lotes mínimos de 20 mil m² - com a finalidade de proporcionar minifúndios para pequenos proprietários rurais, ou seja, obrigando o exercício da atividade rural – muitos se aproveitam dessa lei e parcelam

⁴² Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em <<http://www.campinas.sp.gov.br>>. Acesso em 07/07/2009. Por ter sido embargado, não incluímos o loteamento Fazenda Iracema nas tabelas em anexo.

essas terras, a fim de comercializá-las e transformá-las em uso urbano. Assim, segundo o secretário, quando o parcelamento ocorre, as terras transformam-se em chácaras de veraneio ou pequenos condomínios na área, que não condizem com a lei de uso e parcelamento do solo ⁴³. A seguir, foto do loteamento embargado.

Foto 3.6: Loteamento embargado Fazenda Iracema



Fonte: César Rodrigues (Agência Anhanguera de Notícias), 2008

Percebemos, portanto, que a especulação imobiliária e o parcelamento de áreas rurais para fins urbanos é uma realidade cada vez mais frequente nos distritos, o que pode gerar mais condomínios horizontais e “loteamentos fechados”, apresentando características segregacionistas no que diz respeito ao uso da terra, alterando a dinâmica urbana do local.

Ainda existe outra forma de fechamento de áreas públicas. É o chamado *cinturão de segurança*, respaldado pela lei municipal nº 10.264/99. Caracteriza-se, segundo o art.1 da referida lei, como um “conjunto de vias públicas passíveis de serem controladas através de instalação de guaritas para vigilância e/ou estreitamento e elevação do pavimento do leito carroçável”. É destinado a um conjunto de vias e não, apenas, a um loteamento e se diferencia do loteamento fechado “ao garantir acesso público às áreas públicas fechadas” (SILVA, 2008, p.34). Os *bolsões de segurança*,

⁴³ Fonte: Cosmo *on line*, site de notícias. Disponível em <http://www.cosmo.com.br>. Acesso em 07/07/2009.

também, são fortemente segregadores. Regidos pela lei municipal nº 8.853/96, revogada pela lei nº 12.032/04, foram proibidos na APA.

3.5 Turismo e lazer: outra territorialidade

A partir da Revolução Industrial o tempo livre passou a fazer parte da vida dos trabalhadores, graças aos movimentos sociais que reivindicaram e conquistaram o direito à regulamentação das horas trabalhadas e o direito a férias. Até então, o direito ao tempo livre e, conseqüentemente, ao lazer, era privilégio apenas dos burgueses. Assim, após a jornada trabalhada, o operário deveria recarregar a sua força de trabalho. Nesta perspectiva, o tempo livre - longe das fábricas - passou a ser utilizado para o descanso e, posteriormente, para o lazer. A partir de então, o operário começou a dividir o seu tempo entre o trabalho e o lazer.

Segundo Dumazedier (1976, p.34), o lazer pode ser definido como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais.

Marcellino (1996) ainda coloca que o lazer vai além da recuperação da força de trabalho. Ele engloba o descanso, o divertimento e ainda pode proporcionar o desenvolvimento pessoal através da sua vivência.

Não podemos deixar de dizer que os avanços tecnológicos também foram e ainda são responsáveis pelas transformações na sociedade e das modificações de suas relações no que diz respeito ao lazer e ao trabalho. Devido à maior tecnologia, o trabalho não exige tanta força física e, assim, em seu tempo livre, o trabalhador ainda pode ser capaz de praticar atividades que possam lhe promover o descanso necessário e maior bem-estar. Assim, o tempo livre também é cooptado pelo sistema, uma vez que pode ser consumido através do lazer. Dessa forma, criou-se uma indústria do lazer: cinema, teatros, espetáculos, restaurantes, onde o trabalhador pode desligar-se das tarefas profissionais e desfrutar o seu tempo livre por meio do lazer.

É nesta perspectiva que o turismo aparece como uma das formas de se obter lazer, ou seja, caracteriza-se por uma vertente da ampla indústria do lazer. Ele participa de um “campo maior do lazer, [...] interliga-se com a imensa variedade de opções destinadas ao tempo livre e aos aspectos culturais [...]” (TRIGO, 1998, p. 19).

Sendo assim, o turismo utiliza-se do desejo das pessoas: desejo de comer bem, de praticar atividades perto da *natureza* e áreas rurais, de conhecer paisagens diferentes daquelas de sua rotina... Assim, o desejo também se torna mercadoria. É criado pelo *marketing*, que induz os consumidores a ansiarem por descanso e lazer através do turismo fora de seu cotidiano. Portanto, o turismo ainda caracteriza-se pela:

[...] reprodução de um modo de vida fundado no consumo que, por sua vez, é a reprodução do modo de acumulação capitalista baseado na circulação de mercadorias [...] Assim, os ‘lazer’ entram nas necessidades da ‘vida moderna’ tornando indispensável o divertimento e a distração (SANTANA, 2001, p. 177 e181).

Podemos dizer que em Sousas e Joaquim Egídio, temos a prática tanto do turismo como a do lazer (uma vez que este também engloba a atividade turística). Para diferenciarmos as duas práticas, utilizamos a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT, 1991) que afirma que turismo é o deslocamento de pessoas, fora de seu entorno habitual, por período superior a 24 horas e inferior a um ano, por motivos diversos como lazer, negócios etc (CUNHA, 1997). Dessa forma, não consideramos aqui os moradores de Campinas e dos condomínios e loteamentos dos distritos como turistas. Quando estes frequentam os distritos em seu tempo livre, estão “praticando” lazer. Já aqueles que praticam o turismo, são os que vêm de fora do município, ou seja, aqueles que precisam deslocar-se até Campinas e, conseqüentemente, até os distritos.

Para que determinado espaço torne-se turístico, é necessário que haja, basicamente, três fatores agindo em conjunto. De acordo com Knafou (1996), tais fatores são as “fontes de turistificação de lugares e territórios”, sendo que estas são os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais. Ou seja, para que o turismo aconteça em determinado local, é inevitável a presença do turista; do mercado, que se apropria do território para transformá-lo em produto turístico; e dos planejadores, que irão organizar e promover tal atividade. Ainda segundo o autor, o turista é o fator

mais importante, pois o mercado cria a oferta, porém, apenas o turista poderá legitimar determinado território como turístico. Acrescentamos aqui a presença do “visitante” (morador de Campinas e dos condomínios e loteamentos dos distritos) também como fator importante, uma vez que também frequentam Sousas e Joaquim Egídio a lazer.

Além dos turistas e “visitantes”, mercado e planejadores, “a transformação do espaço em produto turístico requer uma crescente racionalidade devido à competitividade entre produtos turísticos, que se dá, hoje, em escala global” (CRUZ, 2001, p.22). Por isso, a importância da organização e planejamento da atividade, o que não acontece de maneira satisfatória nos distritos estudados.

A transformação do espaço urbano de Sousas e Joaquim Egídio em território turístico e de lazer começou junto com a expansão dos empreendimentos imobiliários, porém, sua materialização deu-se de forma tímida, pois suas belezas *naturais* eram focos apenas do setor imobiliário, sendo descobertas aos poucos pelos novos moradores e empreendedores do ramo turístico e de lazer, como um potencial para tal atividade. Assim, o desenvolvimento da prática do lazer e do turismo foi mais lento no início, comparado ao desenvolvimento do setor imobiliário, e só há dez anos vem crescendo consideravelmente.

As primeiras manifestações turísticas e de lazer nos distritos - com fluxo de visitação relevante - foram através dos estabelecimentos gastronômicos, como bares e restaurantes. Como vimos no primeiro capítulo, a presença do Patrimônio Histórico também é muito forte, porém, atualmente, não é o que mais atrai. Como já mencionado, com a expansão imobiliária nessa região, muitos olhares também se voltaram para as paisagens dos distritos, agora não apenas como cenário dos novos tipos de residência, mas também, como possíveis cenários de uma nova atividade no local: o turismo e o lazer.

Nesta perspectiva, muitos empreendedores de Campinas - e mesmo da capital São Paulo - ao perceberem o potencial de Sousas e Joaquim Egídio, deram início ao fomento da atividade turística e de lazer no local, denotando a participação do mercado e dos planejadores na “turistificação de lugares” (Knafo, 1996). O processo começou timidamente, com apenas alguns estabelecimentos sem muita infraestrutura. Afinal, o “prato principal” dessa atividade era mesmo a *natureza* e, dessa forma, a falta de

estrutura foi muitas vezes vendida como “rusticidade” (o que mais tarde também foi provocado propositalmente, mesmo em estabelecimentos de boa infraestrutura, por meio de projetos arquitetônicos).

Assim, vemos que “a valorização, por parte dessas diferentes fontes de turistificação dos lugares, de determinados atributos socioespaciais dos territórios, num dado momento histórico, depende do contexto cultural em que se dá essa valorização” (CRUZ, 2001, p.19). Isso explica a valorização da *natureza* pelos turistas, “visitantes”, mercado e planejadores. A sociedade contemporânea valoriza as paisagens *naturais*, pois acredita que a aproximação com as mesmas lhes trará benefícios e melhor *qualidade de vida*, como ocorre na área estudada.

Posteriormente, com a formação de uma demanda específica – que buscava e ainda busca contato com as áreas verdes – além de muita propaganda “boca a boca”, o chamado turismo gastronômico foi tornando-se popular, atraindo uma significativa quantidade de turistas e “visitantes” provenientes de Campinas e região, além de São Paulo, o que só tende a crescer.

Tendo em vista o crescimento dessa nova vertente econômica, o poder público de Campinas, também, voltou seu olhar, de maneira mais cuidadosa, para essa região do município. Muitas foram – e ainda são – as tentativas de transformar a área em importante centro turístico. Isso foi feito por meio de inúmeros projetos e propagandas do local provenientes do departamento turístico da Prefeitura. Infelizmente e por diversas razões que desconhecemos, tais projetos tornaram-se difíceis de serem levados adiante ou nem saíram do papel.

A iniciativa pública mais recente, que por enquanto, tem funcionado como uma ferramenta para alavancar o turismo e a prática do lazer nos distritos, é o Posto de Informações Turísticas, localizado na entrada de Sousas⁴⁴. Em vigor desde junho de

⁴⁴ A Prefeitura Municipal de Campinas ainda incentiva o turismo e o lazer nos distritos por meio do apoio às festas populares, como a de Sant’Ana – padroeira de Sousas – e São Joaquim e São Roque – padroeiros de Joaquim Egídio, além do Festival Gastronômico e do evento Empório G’astronômico. A mesma concede a infraestrutura, além de uma programação musical com bandas de diversos estilos. Ainda contribui com a divulgação, porém, a iniciativa e a maior parte da organização dos mesmos é realizada pelos proprietários dos estabelecimentos e também pela comunidade local, no caso das festas dos padroeiros. A Prefeitura também realizou em junho de 2009 a 5ª Caminhada Ecológica com ponto de partida no Posto de Informações Turísticas. A Inscrição era 1kg de alimento. Tal evento já era organizado por iniciativa privada e esse ano passou a contar com o apoio da Prefeitura de Campinas. A caminhada de 2009 reuniu moradores de Campinas e da RMC.

2008, o Posto é mantido pela Prefeitura e possui um funcionário que fornece sugestões aos turistas e “visitantes” que ali param para solicitar informações da região. Em entrevista informal com este funcionário, o mesmo relatou que durante a semana o movimento é fraco nos distritos, frequentados apenas por moradores locais e alguns visitantes de Campinas, sendo que o Posto não recebe quase nenhuma pessoa. Todavia, aos fins-de-semana, atende cerca de 20 a 30 pessoas por dia, que buscam informações sobre os lugares turísticos (o que significa um número elevado considerando que o turismo é uma atividade desenvolvida de forma pouco organizada pelo poder público, com *marketing* local apenas). Ainda, segundo o funcionário, as pessoas atendidas são, em sua maioria, da capital São Paulo, que vieram à Campinas a negócios, querendo aproveitar o fim-de-semana. Outros são de Campinas, havendo ainda uma parcela de turistas provenientes de municípios da região.

Ao visitarmos o Posto, notamos que o mesmo realmente possui boa infraestrutura no que se propôs a realizar, oferecendo informações atualizadas sobre os distritos e com farto material para orientação, como mapas da região e *folders* de bares, restaurantes, fazendas e passeios oferecidos⁴⁵. Acreditamos que esta seja uma boa iniciativa para organizar e alavancar de forma positiva o já existente turismo e lazer, embora, a maior parte dessas atividades consolidadas no local sejam desenvolvidas pela iniciativa privada. Portanto, para usufruir a atividade turística e o lazer, é preciso ter boa condição financeira.

Iremos agora caracterizar cada tipo de turismo existente em Sousas e Joaquim Egídio, para melhor entendimento dos mesmos.

O turismo gastronômico, o tipo mais explorado na área, consiste na apreciação de pratos típicos (comida caseira, francesa, italiana, regional etc) como uma forma de conhecer novas culturas, sabores e prazeres (AZAMBUJA, 2001).

A quantidade de estabelecimentos dedicados a esse tipo de turismo e de lazer é significativa. O grande número de belas paisagens *naturais* contribui na atração de turistas e “visitantes”. Portanto, além da apreciação dos pratos, a localização destes restaurantes e bares torna o turismo gastronômico peculiar e, por isso, muito famoso na

⁴⁵ Opções mais detalhadas de lazer disponíveis em Sousas e Joaquim Egídio serão apresentadas ao longo desse item, além das informações contidas nos **APÊNDICES F,G,H,I e J**.

região estudada. Os bares e restaurantes são rústicos, bem decorados com temáticas que remetem à vida rural e bucólica. Muitos são os estabelecimentos que se inspiram na *natureza* para batizar os seus empreendimentos. Podemos citar alguns: Bar da Cachoeira, Café Raízes, Café Maritaka, Vila Paraíso, Paiço do Caboclo, Feijão com Tranqueira, dentre outros. Seus proprietários utilizam as belezas “naturais” do local e o *marketing* verde para atrair os consumidores. Muitas árvores, lagos, jardins e animais retratam a tranquilidade tão procurada para quem mora nos grandes e agitados centros urbanos, como se pode visualizar nas **FOTOS 3.7 e 3.8** apresentadas a seguir:

FOTO 3.7: Restaurante Casa da Fazenda



Fonte: Foto da autora, 2008.

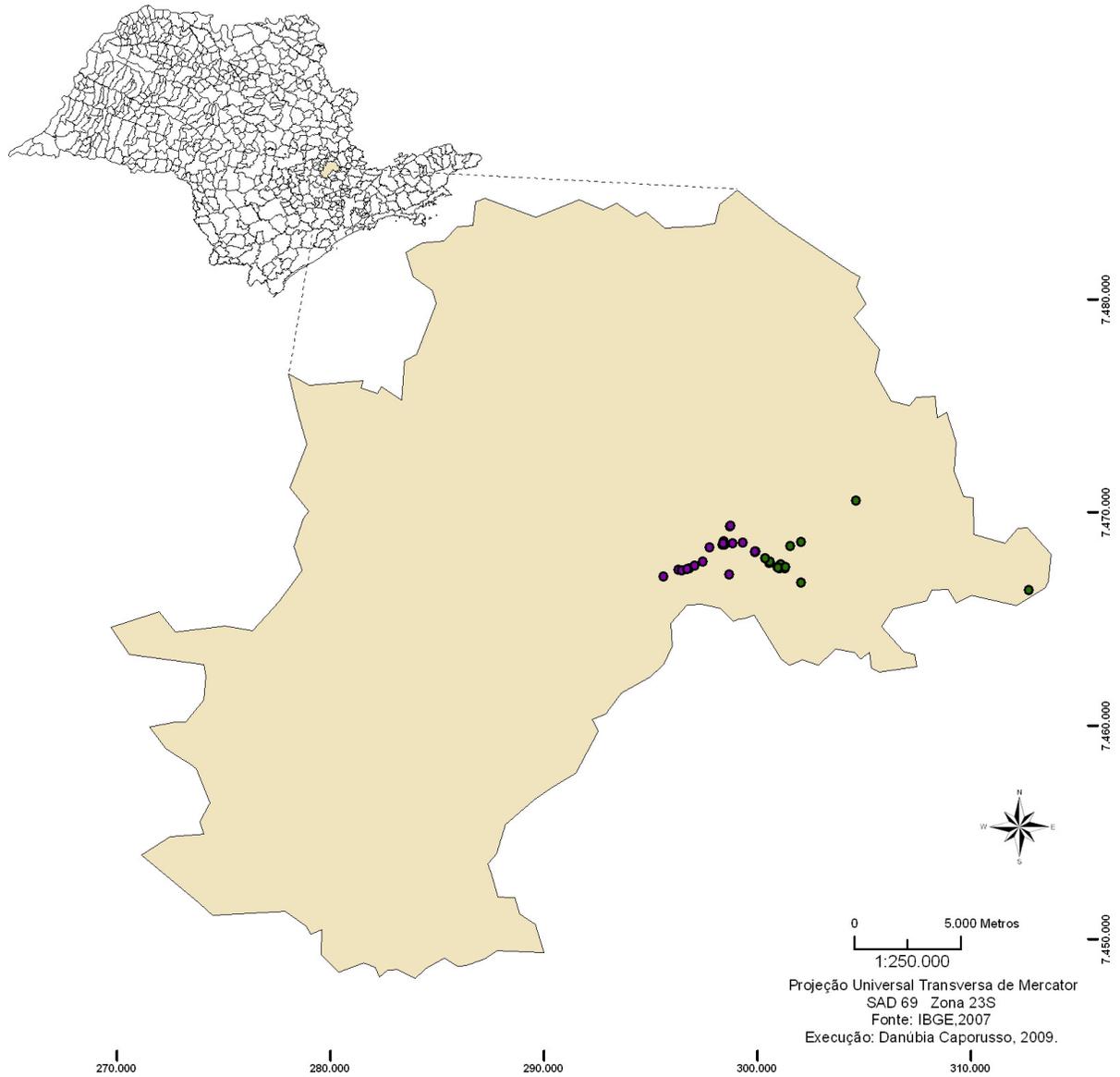
FOTO 3.8: Restaurante Vila Paraíso



Fonte: Foto da autora, 2008.

Não foi possível fazer um levantamento preciso do número de estabelecimentos gastronômicos nos distritos, pois como o turismo e o lazer no local são atividades muito dinâmicas, constantemente surgem novos estabelecimentos. Por isso, apresentamos somente os mais relevantes para a pesquisa, ou seja, aqueles que possuem o apelo aos estilos “rústico” e “natural” e que apresentam maior movimento e visitação, capazes de influenciar na dinâmica urbana e espacial de Sosas e Joaquim Egídio. Este é o foco que nos interessa. O **MAPA 3.1** a seguir apresenta a quantidade de empreendimentos turísticos e de lazer em Sosas e Joaquim Egídio, focando a concentração dos mesmos nessa porção do município. O **MAPA 3.2 (ANEXO F)**, além dos cartogramas (**ANEXOS G e H**), também complementam a visualização dos mesmos. O **APÊNDICE E** ainda mostra que o tipo de turismo e de lazer mais procurados nos distritos é aquele que possui apelo aos estilos “rústico” e “natural”.

MAPA 3.1: Turismo e Lazer em Sosas e Joaquim Egídio



Legenda

- Estabelecimentos em Joaquim Egídio
- Estabelecimentos em Sosas
- Município de Campinas

Fonte: Danúbia Caporosso, 2009

Por se localizarem tão próximos dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, como também do próprio centro de Campinas e da capital São Paulo, os empresários do ramo investiram neste segmento e, hoje, os distritos abrigam um circuito gastronômico típico das cidades mais “badaladas”, possuindo até um calendário próprio de eventos gastronômicos. Nessa época, os mesmos ficam lotados de pessoas de todo o entorno de Campinas, inclusive da capital. Todo mês de agosto, por exemplo, é realizado o “Festival Gastronômico”, com cerca de 20 bares e restaurantes participantes, que oferecem um cardápio diferenciado aliado a uma programação cultural. O evento é uma iniciativa da Associação dos Dirigentes de Estabelecimentos Gastronômicos de Sousa e Joaquim Egídio (ADEGAS), e conta com o apoio da Prefeitura, que também disponibiliza atrações musicais, conforme mencionado anteriormente⁴⁶.

A partir de observações *in loco* e de entrevistas informais com alguns empreendedores do setor turístico e de lazer, constatamos que, normalmente, a ocupação dos restaurantes é de quase 100% aos fins-de-semana e de, aproximadamente, 40% durante os demais dias da semana. No período do Festival, a ocupação da maioria dos estabelecimentos é de cerca de 100%. O que demonstra a existência de um maior número de turistas e “visitantes” nessa época do que no restante do ano. Jaime Marcelino Pissolato, proprietário do “Bar do Marcelino”, ao ser entrevistado, afirmou que, graças ao Festival, nas noites posteriores à sua realização, o público noturno em dias de semana, é maior (cerca de 30% maior) do que aquele que frequenta os distritos em outras épocas do ano.

Além disso, estes empreendedores afirmaram que os estabelecimentos são frequentados tanto por moradores dos loteamentos e condomínios, como por moradores de Campinas (sendo essa demanda considerada “visitante”, pois pratica o lazer), além dos turistas de outros municípios, mais e menos próximos, como São Paulo, Jaguariúna, Pedreira, Valinhos... A demanda é proveniente das classes média e alta. Verificamos que um casal gasta cerca de R\$ 150,00 para almoçar nos

⁴⁶ Sobre outras festas e eventos, vide **APÊNDICES G e H**.

restaurantes, o que comprova que o tipo de turismo e de lazer existente é elitizado, contribuindo para a existência de uma nova territorialidade exclusiva no local⁴⁷.

Segundo os empreendedores entrevistados, cerca de 60% dos clientes são oriundos de Campinas; 30%, aproximadamente, são da capital de São Paulo e os 10% restantes dos municípios da região, semelhante aos dados fornecidos pelo funcionário do Posto de Informações Turísticas.

Os distritos abrigam somente duas hospedagens: *Pousada Vill´Atybaia* (às margens do Rio Atibaia, em Sousas) e *Pousada Colinas di Mônaco* (Joaquim Egídio), ambas também com apelos “naturais”. Conversamos com os responsáveis pelas duas pousadas e ambos afirmaram que durante a semana não recebem quase nenhum hóspede, chegando, nos fins-de-semana, a completar a sua taxa de ocupação. Na opinião dos mesmos, a motivação para a hospedagem é a vontade de estar mais próximo da “natureza” e viver o clima de cidade do interior. As próprias pousadas possuem esse apelo, pois localizam-se em chácara e fazenda, são decoradas com móveis rústicos, abrigando muitos espaços verdes. As hospedagens também são voltadas ao público das classes média e alta, vide o valor das diárias consultadas: na *Pousada Vill´Atybaia*, a diária para o casal é de R\$ 180,00 com café-da-manhã e estacionamento. Já a diária da pousada *Colinas Di Mônaco*, é R\$ 130,00 o casal, também com café-da-manhã e estacionamento. A maioria dos hóspedes é proveniente da capital de São Paulo e alguns de Campinas, sendo que estes últimos, muitas vezes se hospedam em Sousas, quando vêm para um casamento realizado em fazendas ou espaços de eventos da região⁴⁸.

Outro evento que tem se destacado com sucesso é o “Empório G´Astronômico”, que une gastronomia e astronomia em um só atrativo. O passeio consiste em levar um grupo de pessoas até o Observatório Municipal Jean Nicolini, onde o mesmo faz uma visita guiada com o astrônomo responsável. Após a visita, ocorre a parada em um dos restaurantes cadastrados nesse evento, onde os participantes podem desfrutar de um

⁴⁷ Todos os restaurantes pesquisados apresentam, aproximadamente, essa faixa de preço para almoço e jantar, separadamente. A quantia apresentada é referente a uma entrada, prato principal e bebidas (água, suco ou refrigerante) para o casal, não estando inclusas bebidas alcoólicas e nem sobremesa neste valor. Existem alguns restaurantes ainda mais caros, mas a média, da maioria deles, é essa.

⁴⁸ Muitos casamentos de alto padrão são realizados atualmente em Sousas e Joaquim Egídio. Vide **APÊNDICE J** para conferir quais são os espaços para eventos desse tipo nos distritos.

jantar especial. Conforme informou Viviane, dona do restaurante Estação Marupiara e tesoureira da ADEGAS, a iniciativa deste evento partiu inicialmente do astrônomo responsável pelo Observatório, Júlio Lobo, mas a logística para a sua realização era a grande dificuldade. Porém, com a contribuição da Prefeitura de Campinas, hoje o evento tornou-se um sucesso (REVISTA METRÓPOLE, nº 400, Correio Popular, Campinas, 2009)

Outros eventos - permanentes ou não - ocorrem nos distritos, como as festas dos padroeiros, as feiras de artesanato, as exposições etc, características do turismo cultural. Sousas e Joaquim Egídio possuem uma tradição artística muito forte, acolhendo diversos artistas plásticos, atores, artesãos, cujo trabalho é inspirado nas peculiaridades do local. Porém, as feiras de artesanato organizadas não possuem nenhum vínculo com a Prefeitura. São um projeto dos próprios artesãos expositores, sem nenhum tipo de apoio externo. Todavia são muito importantes, pois, ao frequentar um restaurante no fim-de-semana, o turista e/ou “visitante” entra em contato com o tipo de arte produzida, o que também pode tornar-se mais um atrativo para quem visita a localidade, aumentando o número de pessoas nos distritos e, conseqüentemente, contribuindo para a alteração da dinâmica urbana do local estudado.

O sucesso do turismo e do lazer nos distritos confirma-se pelas respostas obtidas com alguns turistas e “visitantes” entrevistados que, além dos restaurantes, também apontam outros atrativos: “o contato maior com a natureza, a cara de cidade pequena e a gastronomia de primeira me atraem muito” (D.G.R., 27 anos, nutricionista, moradora de Campinas); “os bares e restaurantes e a qualidade de vida que a região oferece... realmente, a gastronomia local junto com a natureza são atrativos perfeitos. Tentamos vir todos os domingos” (A.S., 34 anos, músico, morador de Campinas – frequenta os restaurantes dos distritos com a esposa quase todo fim-de-semana).

Para os turistas da capital, que estão em Campinas visitando amigos, “o maior atrativo é o charme que diferencia os distritos dos grandes centros, proporcionando uma qualidade de vida ou um modo de vida diferenciado quando utilizamos seus serviços” (M.V., 61 anos, dona de casa, São Paulo, capital). O marido da entrevistada completa dizendo que “parece uma cidade do interior. A natureza próxima ao centro urbano, a simpatia dos moradores e a beleza e simplicidade dos restaurantes nos

encantam. Voltamos sempre que possível” (M.A.B., 63 anos, empresário, São Paulo, capital).

Já sabemos que o fluxo de pessoas é intenso, pois pelo fato de região abrigar rios, cachoeiras, matas, trilhas, montanhas e antigas fazendas do tempo do café, não são apenas os turismos gastronômico e cultural que são praticados, mas também o ecoturismo, o turismo rural e o turismo de aventura.

O ecoturismo consiste na prática de atividades de lazer em áreas verdes, pois “é no campo onde se encontra a presença da ‘paisagem natural intocada’, atrativo ecoturístico para os habitantes da cidade que nela se deparam com sua ausência ou raridade” (SANTANA, 2001, P.177). O turismo rural, como o próprio nome denuncia, acontece em áreas rurais, onde o turista e o “visitante” podem passar o dia conhecendo a rotina e a atmosfera de uma fazenda. Já o turismo de aventura caracteriza-se por atividades radicais, praticadas em meio à *natureza*, como esportes radicais aquáticos (canoagem rafting) nos rios Atibaia e Jaguari, arvorismo etc (ANSARAH, 2000).

A exploração de cenários bucólicos para a prática de caminhada, ciclismo ou cavalgada é uma constante. As trilhas são muito frequentadas nos fins-de-semana, tanto por pessoas sozinhas, como também por grupos que compram “pacotes” de agências de turismo, incluindo geralmente, a trilha pela região, com um guia especializado e um almoço. Esse tipo de turismo e lazer é muito praticado e o número de agências especializadas nessa atividade cresce a cada dia.

Em entrevista com Roberto Carlos Pinheiro, responsável pela agência Amatrilha Ecoturismo, constatamos que a grande maioria dos que procuram esse tipo de atividade é proveniente de Campinas e até mesmo de outras cidades vizinhas, como Americana, Holambra, Sumaré e Jundiaí. A presença da população dos próprios distritos nesse tipo de evento é praticamente inexistente. O organizador da atividade afirmou que, mesmo com tantos atrativos, esse tipo de turismo e lazer ainda é pouco explorado na região. Em sua opinião, o ecoturismo e turismo rural ali praticados não possuem muita expressão, apenas o turismo gastronômico é o grande foco da região atualmente. Afirmou que os organizadores recebem apenas um pequeno incentivo da Secretaria de Turismo, insuficiente e que torna a realização da atividade mais difícil, pois também falta divulgação. Além disso, contou que tem dificuldades em transitar por

algumas áreas particulares, o que atrapalha ainda mais o desenvolvimento da mesma. Para ele, o poder público deveria incentivar mais os proprietários rurais para abrirem suas portas ou porteiros para o turismo rural e o ecoturismo, com grande potencial na região, mas que são muito pouco explorados. Finalizou afirmando que a maior motivação para a procura pelos seus serviços é a aproximação com a natureza, a diminuição do estresse, o contato com novas pessoas e a possibilidade de conhecer novos lugares⁴⁹.

Além das trilhas, o ecoturismo e turismo rural também acontecem nas fazendas e sítios que oferecem café-da-manhã e almoço colonial, juntamente com um *tour* pelo local, mostrando as dependências de fazendas históricas e sítios e, também, a vida no meio rural. Os bares e restaurantes oferecem almoços diferenciados, atraindo aqueles que praticaram atividades pela região ou, simplesmente, os que vêm almoçar com a família. Com esses tipos de turismo, se “produziu a necessidade de fugir do repetitivo, da rotina de trabalho, inclusive do espaço da vida cotidiana” (SANTANA, 2001, p.177).

Os empreendedores do setor de ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural, informaram-nos que essas atividades cresceram consideravelmente nos últimos 5 anos, o que tem alavancado os seus negócios. Segundo os entrevistados, a procedência do público é praticamente a mesma dos que frequentam os restaurantes: a maioria é de Campinas, depois da capital de São Paulo e ainda turistas da região.

Alguns ainda disseram que muitas famílias procuram seus estabelecimentos porque os mesmos possuem atividades para todas as idades, desde visitação às hortas, plantio de árvores, noções de educação ambiental, passeios de pôneis e miniarvorismo para o público infantil, atividades um pouco mais radicais para adolescentes (tiroleza, passeios a cavalo, triciclos, trilhas) e também para adultos (trilhas mais avançadas, arvorismo, além da gastronomia). Assim, segundo o proprietário do “Floresta Park” – local para a prática de atividades de ecoturismo e turismo de aventura, que também abriga um restaurante – “com a vontade de saírem da

⁴⁹ O interesse pelas trilhas da região é tão grande que foi lançado em 2006 um guia com diversos mapas contendo imagens de satélite de todas as trilhas de Sosas e Joaquim Egídio. As informações contidas no guia atendem o público que pratica ecoturismo, turismo rural, além dos *trekkers* (aqueles que praticam caminhadas), *mountain bikers* (aqueles que andam de bicicleta), jipeiros, motoqueiros e ainda famílias em carros de passeio. A procura foi tão grande que o guia já está em sua segunda edição.

rotina, muitas famílias buscam entretenimento próximo à natureza e, com isso, procuram nossa região”. Dessa forma, da mesma maneira que muitos procuram morarem próximos à *natureza*, o interesse para se divertir perto dela também é grande.

A seguir, fotos que ilustram as atividades praticadas em meio às paisagens *naturais*.

FOTO 3.9: Arvorismo em Sousas



Fonte: <<http://www.sousasejoaquimegidio.com>> Acesso em 25/11/2008.

FOTO 3.10: Ciclismo em Joaquim Egídio



Fonte: <<http://www.sousasejoaquimegidio.com>>, Acesso em 25/11/2008.

Os consumidores são atraídos para essas atividades junto à *natureza* pelo *marketing* e o discurso ecológico. Assim, o turismo praticado em meio rural – inclusive o gastronômico - aparece como “produto da formação de uma chamada consciência ecológica. O consumo da natureza explorada [...] é visto através da valorização da ‘paisagem natural intocada’” (SANTANA, 2001, p.178), fato comprovado pela reportagem de uma revista de circulação local, segundo a qual o que cativa o cliente não é a gastronomia em si, mas também as paisagens que proporcionam “[...] maior qualidade de vida às pessoas que vem, especialmente, de grandes metrópoles como São Paulo, para fugir do cotidiano estressante que estas oferecem” (REVISTA ABSOLUTA, ano I, nº 2, 2006, p.9). Uma relação dos passeios e locais que oferecem turismo rural, turismo de aventura e ecoturismo pode ser encontrada na **APÊNDICE I**. A **FOTO 3.11** a seguir ainda exemplifica este tipo de turismo e de lazer.

FOTO 3.11: Passeio de canoa no Rio Atibaia



Fonte: Foto da autora, 2009

Dessa forma, o tipo de turismo e de lazer que ocorre nos distritos explora o lado:

[...] da natureza poética e lúdica, do romantismo e da visão estética que pretende preservar os exemplares remanescentes da natureza quase como um ato de vaidade ou desculpas para um sentimento de culpa diante do que se chama destruição da natureza pela ação transformadora da luta do homem contra a natureza. É dentro desta perspectiva que a intenção de preservar se presta à venda da mercadoria verde do ecoturismo, a natureza (SANTANA, 2001, p.179).

No início desta pesquisa pensamos na possibilidade do turismo gerar conflitos com o morador de “elite” dos condomínios/loteamentos da região. Pensamos na hipótese deste morador recusar a presença do “visitante” de Campinas e do turista da região, pois gostaria de usufruir aquela localidade sozinho, sentindo-se “guardiões” da mesma, buscando *status* e exclusividade. Os turistas vindo de fora acabariam com a exclusividade que este morador buscava ao ir ali morar. O *status* de morar em uma porção elitizada de Campinas, próximo à natureza, acabaria e, potencialmente, surgiriam conflitos.

Porém, as entrevistas mostraram que, pelo menos por enquanto, isso não acontece. Os moradores entrevistados acreditam que, se o comportamento do turista for “correto”, não há problema de frequentarem os distritos. A maioria afirma que o

incentivo à atividade turística e ao lazer em Sousas e Joaquim Egídio é importante. Credita à essa atividade uma possibilidade para alavancar o desenvolvimento econômico local, já que os mesmos possuem condições de receberem os turistas devido aos seus atrativos. Quase todos os entrevistados afirmaram que se sentem à vontade com os turistas, informando que, quando pedem informações por locais interessantes, indicam o Observatório e os restaurantes. O único problema apontado quase de maneira unânime, refere-se às consequências de um turismo mal planejado, como o trânsito intenso, por exemplo, conforme iremos discutir no capítulo 4, a seguir.

Mediante a apresentação das atividades de lazer oferecidas, vemos que o turismo e o lazer desenvolvem-se de maneira intensa, porém, de forma desordenada, sem planejamento efetivo – não existe nenhum órgão que cuide dessa área específica, ficando todas as decisões centralizadas na prefeitura de Campinas. As subprefeituras, por sua vez, não possuem muita autonomia e, assim, muitas questões relacionadas ao turismo e ao lazer ficam sem solução. Vemos, então, que as ações efetivas relacionadas ao desenvolvimento e organização dessas atividades concentram-se na iniciativa privada, por meio da liderança da ADEGAS, como já citamos.

Segundo esta Associação, a iniciativa primordial para o desenvolvimento do turismo e do lazer em Sousas e Joaquim Egídio é dos proprietários dos estabelecimentos. A Associação possui quase 100 associados que, juntos, conseguem organizar eventos, capacitar funcionários e empreendedores, além de promoverem ações de *marketing*. A Associação ainda acredita que os resultados não seriam tão positivos se cada empreendedor agisse sozinho, mas a situação poderia ser melhor se contassem com o apoio efetivo da Prefeitura, que poderia conceder melhorias aos distritos e até mesmo aos empreendimentos, para o desenvolvimento pleno da atividade. Os membros da Associação reivindicam que a Prefeitura melhore a infraestrutura de vias de acesso, além de revitalizar praças e fiscalizar as leis ambientais⁵⁰. Como vimos, a administração municipal apóia alguns eventos que a iniciativa privada e a comunidade organizam, mas ainda faltam projetos de aproveitamento do potencial turístico, que deveriam ser pensados e implantados pela

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.sousas.tur.br>>. Acesso em 23/04/2009.

Prefeitura, em conjunto com os proprietários que efetivamente fortalecem o turismo e o lazer no local.

Ainda assim, não são apenas os atrativos turísticos que não deveriam ser planejados de forma isolada, mas toda a sociedade (KNAFOU, 1996), o que significa que não adianta pensar apenas em formas de alavancar o turismo e o lazer, mas também se deve pensar em maneiras destas atividades desenvolverem-se sem prejudicar os agentes envolvidos.

Em entrevista concedida pela Sra. Mirza Pellicciotta⁵¹, ainda como a coordenadora de planejamento e informação turística, foi possível perceber que até mesmo pessoas que atuam próximas ao governo municipal ou que trabalham na prefeitura, criticam a forma atual de desenvolvimento do turismo em Campinas, sobretudo em Sousas e Joaquim Egídio. Na opinião da entrevistada: “o Estado deve se apropriar do turismo para ‘devolver’ a cidade às pessoas, dessa forma, os cidadãos as redescobrem. Democratizar a circulação, sensibilizar e estabelecer parcerias com instituições de ensino, grupos privados e sociedade civil”.

Ela acredita que a população deveria participar efetivamente na elaboração e execução de leis, demonstrando seus desejos e necessidades. Se isso realmente fosse feito, com certeza a situação no local, no que se refere ao turismo e ao lazer, estaria diferente. O poder público poderia investir mais na área, melhorar a infraestrutura para amenizar o trânsito, dentre outras ações beneficiárias.

Os atuais representantes do poder público confirmam que é intensa a demanda por turismo e lazer nesses distritos, mas que os projetos para organizá-los não saem do papel. O subprefeito de Joaquim Egídio, Paschoal Bortoletto (assumiu o cargo ainda na primeira gestão do Prefeito Hélio de Oliveira Santos, a partir de março de 2007, ficando também no segundo mandato), em entrevista disponível no *site* da Prefeitura⁵², concorda com o que já constatamos: as belezas naturais e o circuito gastronômico são os principais atrativos da região, seguidos por alguns sítios e fazendas que oferecem

⁵¹ Esta senhora foi demitida das suas funções na Prefeitura de Campinas no início do segundo mandato do atual prefeito Hélio da Costa Santos. Tal entrevista foi realizada no dia 05/11/2008, antes, portanto, de seu desligamento.

⁵² Fonte: Prefeitura Municipal da Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br>>. Acesso em 08/07/2008

café-da-manhã, almoço colonial e “um dia no campo” nos finais de semana. Porém, afirma que tais atividades são, ainda, embrionárias. Admite que as maiores iniciativas vem dos comerciantes e não da Prefeitura, confirmando que não há uma organização da atividade com estrutura suficiente para manter-se e desenvolver-se. Ou seja, o subprefeito admite que o turismo e o lazer hoje são desenvolvidos de maneira privada. As ações da Prefeitura, segundo ele e segundo nossas pesquisas, ainda são tímidas e pouco planejadas, o que exclui das atividades privadas e mais bem organizadas, aqueles que não possuem condições de participarem das mesmas.

Entrevistamos também o funcionário da Secretaria da Cultura de Campinas, Sr. Funchal, que trabalha na Casa Cultura e Cidadania Antônio da Costa Santos, em Sousas, já mencionada no capítulo 1. O local abriga projetos culturais como dança, artesanato, inclusão digital, teatro... A entrevista aconteceu no dia 03/10/2008, antevéspera das eleições municipais e o tom de sua fala foi de desabafo, na nossa interpretação, criticando o prefeito atual, candidato à reeleição:

Este projeto não tem nenhum incentivo da prefeitura, pois no plano do atual governo (Hélio de Oliveira Santos), ele apenas investe em projetos muito grandes em Campinas, como o Carnaval, a Festa Junina e o Natal, festas que acontecem na Praça Arautos da Paz. É só. Para o resto das coisas, ele promete apenas apoio à cultura na região, que são os distritos, o que não deveria ser apenas apoio, deveria ser ação efetiva e constante, uma vez que este local tem muito potencial e a cultura afasta jovens das ruas, impede a ociosidade e o convívio com as drogas e todos os tipos de violência.

De acordo com ele, muitos projetos foram iniciados, mas depois foram interrompidos por falta de verba e incentivo. Como constatamos, o casarão é um patrimônio histórico, um espaço que realmente deveria ser mais bem aproveitado, mas está abandonado à sua própria sorte. A prefeitura apenas mantém este funcionário no local para cuidar do espaço, todavia, não há verbas para a manutenção do mesmo. As dependências do casarão estão sujas, cobertas de pó. Os espaços estão vazios e sem mobília. Os professores e demais profissionais, que se engajam nos projetos e aceitam a causa, demoram a receber seus salários, e acabam desistindo do trabalho, deixando a população interessada sofrer as consequências...

Outro exemplo que prova que o poder público não organiza efetivamente o turismo e o lazer, ficando essa tarefa a cargo da iniciativa privada, é a Fazenda Santa

Maria. Em entrevista com Suzana Ulson Cardoso, a proprietária, foi possível confirmar a falta de ordenamento e incentivo da Prefeitura à atividade turística. A Fazenda em questão localiza-se no alto da Serra das Cabras e foi construída em 1830. Porém, pertence à família da atual proprietária desde 1989, tendo sido refuncionalizada para o turismo e o lazer, ou seja, novos usos foram atribuídos para as antigas edificações. Os turistas e/ou “visitantes” podem tomar café-da-manhã na fazenda, almoçar no restaurante (antiga capela), conhecer as plantações (jabuticaba, principalmente), além de visitar as edificações e conhecer melhor a história do local, contata pela própria Suzana, em visita guiada. Todos os esforços para manter o empreendimento vêm da família. A entrevistada conta que não tem apoio do poder público e não deseja que edificação seja tombada, mesmo possuindo altíssimo valor histórico, arquitetônico e cultural. E explica o motivo:

Tombar é complicado, pois depois deste processo o proprietário não pode mexer em mais nada sem falar com órgão responsável pelo tombamento. Este, por sua vez, sempre demora em checar se o imóvel precisa de algum reparo e, enquanto isso, o patrimônio vai se deteriorando com as ações do tempo, das chuvas... e nós, proprietários ficamos de mãos atadas, pois quando os responsáveis chegam, o estrago já está muito maior (S.U.C., 04/10/2008).

Neste sentido, podemos ver a falta de ordenamento em qualquer setor dessas atividades, deixando a população e, até mesmo, os profissionais interessados abandonados à própria sorte.

É por isso que o turismo e o lazer que efetivamente acontecem nos distritos caracterizam-se por atividades privatizadas (vide **APÊNDICE E**). Os locais com infraestrutura e bom atendimento são privados, o que contribui para a dinâmica segregacionista do local, pois só uma minoria tem acesso. Sem o incentivo da Prefeitura ao lazer, as pessoas têm que pagar para se divertirem em locais fechados, surgindo, assim, as novas territorialidades turísticas, exclusivas e segregadoras. A população local muitas vezes é excluída, mesmo que de uma forma mascarada, comparando-se com o que acontece nos condomínios horizontais e nos “loteamentos fechados”.

A apropriação e privatização dos recursos naturais pelo turismo e lazer transformam a localidade, criando uma nova territorialidade voltada apenas para as classes média e alta, podendo descaracterizar Sousas e Joaquim Egídio, pois os recursos são transformados e vendidos como símbolos de *natureza* para essa demanda. Assim, “a mitificação dos lugares, para que estes sejam vendidos no mercado turístico, faz parte deste processo maior de estetização do consumo na vida social” (LUCHIARI, 2000, p.37).

Neste sentido, a produção de uma paisagem “intocada” é realizada por meio de signos. É uma simulação de “natureza” na vida urbana, para o homem urbano o que pode implicar na alienação das relações sociais, “transformando o lugar em espetáculo e no seu próprio palco” (SANTANA, 2001, p.187), acessível apenas a quem pode pagar pelo ingresso.

Dessa forma, os novos usos dos distritos por meio dessas novas territorialidades exclusivas tem transformado-os em um:

[...] centro rústico de consumo e entretenimento ao ar livre da classe média e alta, que buscam hoje paisagens naturais facilmente encontradas na APA, destituídas de seu significado local, agora paisagens produzidas do modo de consumo globalizado. A agricultura e as paisagens naturais cedem lugar para o mercado verde do lazer, do turismo e da habitação (TREVISAN, 2006, p.49).

CAPÍTULO 4: CONTRADIÇÕES DEVIDO ÀS NOVAS TERRITORIALIDADES FORMADAS

Vimos que as formas de apropriação do espaço em Sousas e Joaquim Egídio - condomínios, loteamentos fechados, turismo e lazer – permitem novos usos, produzindo uma nova dinâmica urbana, responsável pela formação das novas territorialidades exclusivas, que podem gerar e desfazer relações sociais, alterando a cotidianidade dos envolvidos – os *agentes produtores do espaço urbano* (CORRÊA, 2000).

No caso dos distritos, os agentes são: o poder público (Prefeitura), a população local remanescente, os novos moradores dos condomínios e loteamentos fechados, os turistas e “visitantes” e os empreendedores imobiliários e turísticos⁵³. Assim, “sociedade, Estado e mercado imobiliário, cada qual com sua possibilidade podem modificar o conteúdo de territórios introduzindo novos conteúdos à antigas formas quando influenciados pela ideologia ambientalista” (TREVISAN, 2006, p.15).

As territorialidades formadas nos distritos devido à mercantilização da *natureza* se expressam por meio das formas urbanas - condomínios e loteamentos fechados e pelos equipamentos turísticos e de lazer privados - dadas pela nova dinâmica do espaço. Estas formas são fundamentais na compreensão dos processos sociais.

No processo de consolidação das novas territorialidades, a dinâmica urbana dos distritos é transformada pelas apropriações do espaço público pelo privado, degradação do meio ambiente, segregação socioespacial e pelo aumento da violência. Nesta perspectiva, novas maneiras de sociabilidade também são formadas. Relações que se formam e se desfazem, impactando o cotidiano dos cidadãos e demais envolvidos no processo, proporcionando novos usos e significados ao espaço transformado e às pessoas que nele vivem. Neste sentido, conflitos e contradições no uso do espaço são notadas claramente.

⁵³ Procuramos entrar em contato com esses agentes, a fim de descobrir como se dão os processos urbanos que levam à proliferação dos condomínios/loteamentos fechados e do turismo e lazer nos distritos. No capítulo anterior, algumas entrevistas realizadas já foram apresentadas. Neste capítulo anterior iremos conferir mais algumas.

Por isso, é importante pensar e analisar os tipos de sociabilidade que são criados nos distritos pela reorganização dos territórios advindas das novas formas sociais. Conhecendo os resultados desse processo, mesmo parcialmente, podemos entender como aconteceu e como influenciou os envolvidos, podendo-se indicar algumas soluções para o cotidiano de todos.

A análise da formação de novas territorialidades devido à mercantilização da *natureza*, possibilita verificar as transformações na dinâmica urbana e na territorialidade dos distritos, ou seja: a territorialidade dos moradores locais remanescentes, dos moradores das novas formas de habitar e dos turistas e “visitantes”, como também, a participação de cada envolvido nesses processos.

4.1 O surgimento das novas territorialidades

4.1.1 Apropriação do espaço público e segregação socioespacial: condomínios e loteamentos fechados

Sabemos que devido à relevância ambiental da APA, os distritos possuem uma beleza cênica diferente dos grandes centros urbanos – mesmo estando localizados em uma área de grande movimento -, sofrendo um intenso processo de especulação imobiliária e urbanização devido ao lazer e ao turismo e, conseqüentemente, o de privatização ao acesso à *natureza*. A estetização da paisagem e das áreas verdes é ilustrada a partir dos condomínios, loteamentos fechados e equipamentos de lazer privados, cujo acesso é somente para os que podem pagar pelas mercadorias, privatizando os espaços públicos e as áreas verdes dos distritos.

Temos, assim, o esvaziamento dos espaços públicos com a privatização, principalmente das áreas chamadas *naturais*.

A natureza que cercava os povoados, vilas e cidades constituía, junto com as ruas, jardins e praças internas a essas cidades, o patrimônio de domínio e de uso comum público, isto é, as áreas abertas à fruição de todos. Com o adensamento das cidades e seu conseqüente avanço sobre as áreas circundantes instalaram-se, simultaneamente, os processos de renúncia ao espaço público urbano e de privatização da natureza (LEITE, 1993, p. 141).

Nos distritos estudados, a renúncia do espaço público e a privatização da *natureza* são motivadas pela difusão da ideologia ambientalista, que induz à aproximação das áreas *naturais* na busca de *qualidade de vida*. Além disso, a renúncia ao espaço público pode acontecer pelo medo da violência urbana, como vimos no capítulo anterior.

Para o alcance da *qualidade de vida* tão desejada, basta que se compre uma casa em um condomínio ou loteamento fechado, ou então que se frequente um dos equipamentos de lazer dos distritos. Neste caso, tem-se apenas o acesso privado aos recursos naturais e à segurança. Desta forma, os distritos exibem “[...] uma paisagem fragmentada e desorganizada: espaços privados fortemente defendidos e espaços públicos abandonados e deteriorados” (LEITE, 1993, p.141), como é o caso de algumas praças e espaços culturais públicos que, ou estão abandonados ou, mesmo com certo movimento, não possuem uma manutenção mais cuidadosa, como mostram as **FOTOS 4.1.1 e 4.1.2**, a seguir.

FOTOS 4.1.1 e 4.1.2: Espaços públicos vazios e degradados



Fonte: Fotos da autora, 2009

Sabe-se que os bens “naturais” são públicos, coletivos e por isso não podem ser privados. Porém, esses bens são utilizados de diversos modos, atendendo a diferentes interesses sociais, gerando conflitos (CARVALHO, 1998).

Há grande interesse em se apropriar das áreas verdes, pois, contemporaneamente, a *natureza* é tida como uma amenidade. Segundo CORRÊA (2000), o valor da terra varia em função do acesso e das amenidades. Neste caso, as

áreas verdes podem ajudar a elevar o valor da terra, impulsionando o processo de urbanização, valorizando cada vez mais a localidade. Tais áreas são transformadas em mercadorias elitizadas para que o mercado e a especulação imobiliária as utilizem na produção do espaço, a fim de atenderem a chamada demanda solvável. Assim, com a privatização, o acesso aos recursos naturais torna-se restrito, segregacionista e o que era acessível a todos passa a ser somente para alguns.

A transformação da localidade em Área de Proteção Ambiental possibilitou a apropriação dos bens públicos, sobretudo dos “naturais”, pelo turismo, lazer e pelas novas formas de habitar. Isto ocorreu por limitar alguns usos com o intuito de proteção, o que possibilitou o uso seletivo de alguns espaços. Com o fechamento dos mesmos, os que têm acesso podem sentir-se “donos” deles, o que pode dificultar para “outros” utilizarem um caminho, uma trilha, uma cachoeira, um bosque ou qualquer outro espaço que seria público e parte da *natureza* – vista como passível de ser degradada por aqueles que “não tem consciência ecológica” – já que os “donos” se acham conscientes e, em geral, fazem parte da classe média e alta (LUCHIARI, 2000).

Além da apropriação desses bens, a urbanização regida pela procura da “natureza” ainda gera a segregação socioespacial em Sousas e Joaquim Egídio, pois a expansão do espaço urbano acontece de maneira fragmentada e seletiva.

A nossa sociedade é desigual e estratificada em classes. Esta desigualdade na distribuição da riqueza é também espacial, ou seja, é socioespacial, sendo que o próprio espaço é condicionante na produção de desigualdades. As classes sociais têm localização diferenciada no espaço urbano, o que leva à fragmentação do mesmo. Isto representa a segregação residencial na cidade capitalista, a exemplo do que ocorre nos distritos estudados: dentro dos “enclaves” fechados temos os ricos e, fora deles, temos parte da classe média e a classe baixa. Dessa forma, esse tipo de sociedade direciona “seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano” (Corrêa, 2000, p.64). Tal segregação é materializada nos condomínios e loteamentos fechados, que:

São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõe as regras de inclusão e exclusão. [...] são espaços autônomos, independentes do seu entorno (CALDEIRA, 2000, p.258-259).

Com isso, a dinâmica do local é alterada, gerando uma nova estrutura urbana fragmentada, que pode conduzir a uma não relação entre os “enclaves” e os territórios que os cercam (SPÓSITO, 1999), denotando a segregação.

De acordo com LEFEBVRE (2001), a sociedade pratica segregação por meio de ações e estratégias sociais e políticas, manipuladas pelas classes de maior poder. Por isso, no caso da habitação, a segregação pode ser voluntária para aqueles que se dispõem a morar em condomínios ou loteamentos fechados. Isso pode significar certa “negação” à cidade, uma vez que as pessoas procuram “fechar-se” nesse tipo de residência, em busca da tranquilidade e dos “ares de interior” em meio ao verde.

Esses tipos de moradia, conforme afirma CALDEIRA (2000, p.257-258):

São distantes, para serem aproximados só de automóvel e apenas por seus moradores, uns poucos visitantes e, é claro, os empregados, que devem ser mantidos sob controle e comumente são encaminhados para uma entrada especial – a famosa entrada de serviço.

Portanto, a relação do morador com o entorno dos “condomínios” é pequena, pois os mesmos construíram seus cotidianos (trabalho, compras e mesmo lazer) no centro e nos bairros de Campinas, utilizando os distritos apenas como moradia (dentro dos “enclaves”) ou para o lazer, uma vez que frequentam os bares e restaurantes. Alguns moradores entrevistados, quando indagamos, afirmaram que fazem a maior parte de suas compras cotidianas na cidade de Campinas, pois preferem ir ao supermercado, à farmácia, à padaria etc, logo que saem do trabalho, pois, além de mais cômodo, alegaram que Campinas possui maiores opções de produtos. Ou seja, o uso desse espaço por essas pessoas limita-se do uso residencial para o lazer, ambos exclusivos. Sendo o automóvel o meio de transporte utilizado para viabilizar esses usos, o que enfatiza a relação de negação e alienação com o restante do espaço urbano e social em que vivem.

Em contrapartida, a população local remanescente acaba sofrendo uma segregação involuntária e imposta, pois à medida que o acesso a certas ruas, lugares e ainda recursos naturais é limitado devido ao fechamento de certos loteamentos e construção de novos condomínios fechados, a dinâmica espacial é alterada. A fragmentação instituída modifica o cotidiano dos moradores que, ao serem impedidos

de cruzar certos caminhos, devem alterar seus trajetos, o que pode vir a dificultar suas rotinas. Então, não temos apenas a fragmentação estética, mas também, a fragmentação da malha viária urbana (SILVA, 2008).

Como o fechamento de loteamentos e os condomínios fechados são uma constante nos distritos, os moradores já habituaram-se com essa dinâmica e conformaram-se em traçar novos caminhos, que acabam sendo legitimados pelo uso. Dessa forma, as ruas e trilhas que tornaram-se restritas são “esquecidas” pela população local, que agora entende que as mesmas não mais lhes pertence. Não são apenas ruas que são apropriadas. Alguns parques, praças e jardins públicos também são “engolidos” por essas novas formas de habitar, como é o caso de um parque localizado em uma praça dentro do Condomínio Jardim Botânico, em Sousas.

Um morador (E.S., 36 anos, assistente de informática), nascido e criado em Sousas, nos afirmou, em entrevista informal, que não se incomoda com os condomínios e loteamentos fechados. Até vê esse tipo de habitação como um fator positivo para o local, pois acredita que, por serem elitizados, os “condomínios” valorizam os distritos e podem atrair mais pessoas para o turismo e lazer. Acredita que quem possui condições de morar em um lugar desses tem sorte, pois consegue viver em espaços abertos, com áreas verdes e com segurança. Continuou afirmando que, quem pode, deve proteger-se da violência e viver em contato com a *natureza*. Se tivesse meios, também moraria nesses “enclaves”, continuou. A respeito de não poder transitar por certas ruas, comentou que isso não era problema, pois existiam outros caminhos. Ressaltou, ainda, que se quisesse entrar em um desses condomínios ou loteamentos fechados, teria algum motivo e, por isso, não seria barrado na portaria.

Esta mesma entrevista informal ocorreu com outros moradores, que manifestaram-se, basicamente, da mesma maneira, o que contribui para ilustrar a nossa pesquisa. Por isso, ao analisarmos essas falas, juntamente com as pesquisas realizadas, concluímos que os moradores locais não se sentem segregados e também não enxergam a fragmentação espacial que está sendo criada nos distritos.

Portanto, mediante tais posicionamentos, a segregação imposta para os moradores mais antigos, também demonstra a alienação da população local diante dessa questão, tal como acontece com a segregação voluntária. Todavia, a alienação é

concebida de uma outra forma, já que é gerada por outro ângulo, ou seja, pelo ponto de vista de quem não participa da territorialidade dos “condomínios” e, sim, da territorialidade que lhes “sobra”: a territorialidade formada no entorno dos mesmos. Abaixo, as **FOTOS 4.1.3 e 4.1.4** ilustram as casas da população local, pobre em sua maioria.

FOTOS 4.1.3 e 4.1.4: Casas da população pobre em Joaquim Egídio



Fonte: Fotos da autora, 2009

Desse modo, a classe dominante segrega, pois escolhe onde deseja morar (auto-segregação) e, como possui o controle do mercado de terras, gera a segregação imposta. Portanto, a segregação residencial nos distritos caracteriza-se por ser um privilégio da classe dominante e também uma forma de controle social (CORRÊA, 2000).

As discontinuidades causadas no tecido urbano devido às novas formas de habitar nos distritos, reforçam a fragmentação dos mesmos e complementam a segregação no espaço urbano, fato que contribui para o “aparecimento de problemas ligados à integração entre grupos de pessoas e partes diferentes da cidade” (SILVA, 2008, p.55).

JACOBS (2003) também considera as ruas e as calçadas como sendo os principais lugares públicos das cidades, importantes na interação da mesma com a sociedade. Todavia, quando examinamos os distritos, vemos que é o isolamento e a privacidade que se destacam, a partir da idealização e materialização dessas novas

formas de habitar. Isso acontece, pois as ruas apenas abrigam os carros que estão em trânsito e as estreitas calçadas são acompanhadas por grandes extensões de muros altos que cercam os “condomínios”. As barreiras físicas como muros, cancelas, guaritas e cercas, ao impedirem o acesso público, alteram as relações socioespaciais presentes. O impessoal torna-se pessoal, a relação entre vizinhos acontece através de uma linha tênue entre vizinhança e banimento, onde quem não faz parte desta territorialidade não pode usufruir o que está dentro dela. As relações casa-rua podem tornar-se muito diferentes para os sujeitos que vivem nesta sociedade.

Desse modo, perde-se a fluidez da vida urbana, conforme discutido por JACOBS (2003) e SILVA (2008), pois os distritos ficam fragmentados, sem integração. Perde-se parte da rua, do público, da integração, do contato com a diversidade e também da alteridade, o que seria a “morte das cidades”, conforme sugere Jacobs.

Caldeira também enfatiza esta ideia, quando afirma que os condomínios e loteamentos fechados cultivam “um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade”. Enfatiza que “tendem a ser ambientes socialmente homogêneos” (CALDEIRA, 2000, p.259), confirmando a perda da diversidade e da alteridade.

Podemos constatar a falta de diversidade e a fragmentação dos distritos por meio das **FOTOS 4.1.5** e **4.1.6** apresentadas a seguir, mostrando paisagens homogeneizadas: largas extensões de muros altos, cercados, com portarias e calçadas estreitas. É nítido que a dinâmica está voltada para o interior e não para a rua. A cidade, espaço onde a diferença é inerente, sofre com esses novos processos.

FOTOS 4.1.5 e 4.1.6: Vida voltada para “dentro”



Fonte: Fotos da autora, 2009

A auto-segregação dentro desses “enclaves” pode gerar ainda mais hostilidade entre os diferentes grupos sociais. Aqueles que procuram segurança dentro dessas formas de habitar, muitas vezes, não se dão conta de que a segurança se dá pelo estreitamento dos laços sociais e não pelo afrouxamento dos mesmos. Portanto, os “condomínios fechados” transmitem uma ideia falsa de segurança. Isso pode ser constatado pela incidência de assaltos e “sequestros relâmpagos” ocorridos, com certa frequência, nas suas imediações.

Assim, vemos que a segregação residencial é algo concreto em Sousas e Joaquim Egídio e, de acordo com as nossas pesquisas, tal processo tende a não diminuir. Isso se comprova pelos inúmeros *stands* de vendas e pelas propagandas de empreendimentos imobiliários que já estão sendo construídos e de outros que ainda começarão a ser comercializados.

4.1.2 Apropriação do espaço público e segregação socioespacial: turismo e lazer

Como já discutido, o turismo e o lazer, por apropriarem-se de alguns recursos naturais e caracterizarem-se por atividades primordialmente privadas, também produzem outras territorialidades – as turísticas e de lazer – que contribuem para a apropriação de recursos naturais, a fragmentação, a segregação e a exclusão social nos distritos.

De acordo com um *site* de promoção turística de Sousas e Joaquim Egídio, muitas cachoeiras e outros atrativos turísticos *naturais* bastante visitados (picos, trilhas...) não têm o acesso livre, ou seja, estão localizados dentro de bares ou de outras propriedades comerciais ⁵⁴.

Muitos desses recursos já se localizavam dentro dos limites de propriedades particulares que se transformaram em territórios turísticos e de lazer. Portanto, a administração dos mesmos passa a ser privada, isto é, suas terras, para o turismo e lazer, cobrando-se taxas para visitação etc; sendo que alguns proprietários cobram até pelas fotografias tiradas no local.

Ainda existem casos de recursos situados em áreas públicas que foram parcialmente apropriados, como é o caso da Mata Ribeirão da Cachoeira, cercada pelo condomínio Colinas do Atibaia. Apenas os moradores deste condomínio usufruem as trilhas e algumas pequenas quedas d'água que a Mata oferece. Os muros e as portarias dificultam a passagem de turistas e "visitantes" que praticam caminhadas e passeios de bicicleta ou à cavalo pela localidade. Em outros casos, alguns bares, restaurantes ou fazendas apropriaram-se de lagos, trilhas e cachoeiras próximas aos seus estabelecimentos, configurando também a apropriação de recursos naturais para a exploração turística mercantil, desconsiderando-se que toda a população tem direito à apropriação destes recursos com a finalidade de lazer, sem que precisem pagar por ele.

O interessante é que, do ponto de vista comercial, o acesso restrito aos recursos é visto como um fator positivo, pois o turista e/ou "visitante", além de ter acesso à cachoeira ou a qualquer outro recurso natural, pode comprar os demais serviços oferecidos pelo estabelecimento. Assim, a privatização dos recursos naturais contribui para o aumento dos lucros do comerciante, com o consumo de diversas outras mercadorias (RODRIGUES, 2000). A seguir, fotos de estabelecimento que ilustram tal situação. Este bar localiza-se em uma estrada de terra, muito utilizada para trilhas com motos e bicicletas, mas para a pessoa desfrutar a cachoeira, deve entrar no bar e consumir algo.

⁵⁴ Informações colhidas no *site* de promoção dos distritos. Disponível em <<http://www.sousasejoaquimejoaquimegídio.com.br>>. Acesso em 20/01/2009.

FOTOS 4.1.2.7 e 4.1.2.8: Áreas verdes – Bar da Cachoeira



Fonte: Fotos da autora, 2008

Aqueles que não têm acesso a tais estabelecimentos privados ficam sem o contacto com a “mercadoria” cachoeira. Esta situação revela nitidamente a segregação e a exclusão, pois estes estabelecimentos são voltados à elite urbana campineira e da região. O processo de segregação ocorre, pois essa elite é estimulada, a todo momento, pela *mídia* a “voltar à natureza”, nem que seja pelo menos aos fins de semana, para esquecer o cotidiano das grandes cidades. As fotos a seguir ilustram o turismo e o lazer elitizados que se consolidaram nos distritos. A quantidade de carros importados e de pessoas bem vestidas são indicativas do alto poder aquisitivo destes frequentadores.

FOTOS 4.1.2.9 e 4.1.2.10: Turismo e lazer voltados para as classes média e alta



Fonte: Fotos da autora, 2009

Por outro lado, a população local, predominantemente rural, já vive em meio à *natureza*, mas como são pobres, é difícil ou até mesmo impossível para ela usufruir os equipamentos de lazer que “vendem” a *natureza*. Mesmo tendo contato diário com as áreas verdes, a população local não consegue inserir-se no circuito “badalado” que a atividade turística e o lazer promovem, ficando de fora desse processo que tanto está modificando a dinâmica os distritos. Por essa razão, identificamos a segregação e a exclusão também no lazer, a “segregação daqueles que não correspondem ao padrão normalizado pelo poder central” (SANTANA, 2001, p.183).

A segregação neste caso fica mascarada, pois a população não é impedida de entrar nos bares ou restaurantes (como é proibida de entrar nos condomínios e loteamentos fechados sem a autorização de algum morador). Mas sabe que não pertence a tais lugares. Sentindo-se constrangida, passa ao largo, por não ter condições financeiras para frequentá-los, ou uma roupa adequada para a ocasião. Dessa forma, temos a “[...] apropriação de territórios que se descolam do lugar para transformarem-se em símbolos do consumo e focos de atração social” (LUCHIARI, 2000, p.37).

Mesmo que de forma mascarada, esse tipo de segregação também é imposta por aqueles que detém poder (mesmo na escala dos micropoderes): possuem o controle das terras, selecionam o tipo de público que desejam ter em seus estabelecimentos, mediante a estipulação dos preços das refeições e demais mercadorias.

No capítulo anterior, mostramos que as opções de lazer nos distritos são, em sua maioria, privadas e com apelo *natural*. Ainda falamos sobre as festas populares que a Prefeitura Municipal de Campinas apóia. As maiores e mais tradicionais são as dos padroeiros dos distritos: Festa de Sant’Ana (Sousas) e a Festa de São Joaquim e São Roque (Joaquim Egídio), mas também são muito significativas as feiras artesanais, organizadas pelos próprios expositores, sem nenhum apoio da Prefeitura, mas que atraindo público constante de Campinas e região. São divulgadas no *site* de Sousas e Joaquim Egídio e também com cartazes pelas redondezas dos distritos.

As festas dos padroeiros ocorrem nas praças principais de cada distrito, em frente à igreja matriz correspondente e são organizadas por membros da comunidade

local, com patrocínios de grandes empresas. Em julho de 2009 a Festa de Sant'Ana completou o seu 77^a ano. As Sub-Prefeituras de Sousas e de Joaquim Egídio nos informaram não saber o número de pessoas presente nas festas deste ano e a cidade de origem das mesmas. Disseram, ainda, que concedem apenas a infraestrutura (barracas de comidas, palco onde ocorrem as apresentações musicais, ambulâncias...) para que os eventos se concretizem e que não estão inteiradas sobre a organização das festas, comprovando que, mesmo apoiando os eventos, ainda há um fraco envolvimento do poder público no desenvolvimento do turismo e do lazer dos distritos.

Em pesquisas de campo, notamos que essas festas são frequentadas, basicamente, pela população local e por moradores de Campinas de menor poder aquisitivo, ou seja, não são para a elite. Tal afirmação comprova-se pelos modelos de carros e motos presentes: são modelos mais antigos e em não muito bom estado de conservação. Além disso, as festas são gratuitas, ou seja, acessível a todas as classes. Notamos que os carros de modelos mais novos e em bom estado de conservação apenas passavam pelas praças, encaminhando-se aos estabelecimentos privados. Dessa forma, também no turismo e no lazer, identifica-se a segregação voluntária feita pelas classes mais abastadas. Da mesma forma que se auto-segregam nos "condomínios", também se "auto-excluem" das festas populares, procurando um tipo de lazer diferenciado.

Ao perguntarmos para alguns turistas o por quê de frequentarem apenas estabelecimentos privados, alguns responderam que não gostavam de aglomerações (as festas ficam bastante cheias), outros, que não apreciavam tal tipo de evento e muitos alegaram questões de segurança: "pode acontecer algum tipo de confusão, quando há muitas pessoas nas ruas".

Já alguns moradores locais afirmaram que participavam das comemorações por serem devotos dos padroeiros. Outros disseram que gostavam do clima das festas, pois como os distritos são pequenos, as pessoas se conhecem, o que confere uma atmosfera familiar aos eventos. Além disso, alguns gostam de participar da organização, como fazer as comidas típicas que são vendidas nas barracas das festas. Contudo, no dia-a-dia, não frequentam os bares e restaurantes, pois acreditam que, por já morarem naquele lugar, não precisam almoçar ou jantar "fora", mesmo porque os

preços dos mesmos são um pouco “salgados”, segundo uma senhora entrevistada. A seguir, as **FOTOS 4.10 e 4.11** ilustram a festa.

FOTOS 4.1.2.11 e 4.1.2.12: Festa de Sant’Ana - Sosas



Fonte: Portal de Sosas, 2009

Assim, nos distritos, os processos de urbanização residencial e urbanização devido ao turismo e ao lazer fundem-se em muitos aspectos. Tanto turismo e lazer, como nos “condomínios”, existe a falta de integração entre grupos sociais diferentes. No lazer, isto ocorre de forma mascarada, devido à inexistência de muros e guaritas. Como já afirmamos, esta atividade acontece de maneira segregacionista e excludente, com a perda da diversidade, da alteridade, contribuindo para a homogeneização e a fragmentação.

Como vimos no capítulo 2, as paisagens produzidas pelo lazer tornam-se homogêneas, pois a maioria dos restaurantes remetem ao *natural*, oferecendo espaços com muito verde e atmosfera bucólica. É difícil fugir desse padrão e encontrar estabelecimentos de outro tipo. Dessa maneira, as práticas sociais também podem homogeneizar-se, pois os turistas e/ou “visitantes” que ali estão verão a mesma paisagem e terão a mesma experiência. Assim como nos “condomínios”, a diversidade fica comprometida, pois se algum turista e/ou “visitante” quer conhecer os distritos e procurar por algo que fuja do apelo *natural*, não irá encontrar. As **FOTOS 4.1.2.13 e 4.1.2.14** a seguir são apenas dois exemplos que mostram a homogeneidade no estilo dos estabelecimentos: rústicos, em meio às áreas verdes.

FOTOS 4.1.2.13 e 4.1.2.14: Turismo e lazer: “rústicos” em meio às áreas verdes



Fonte: Fotos da autora, 2009

Devido à homogeneização, os lugares podem tornar-se inautênticos, pois possuem muitas formas “montadas” em seus espaços para atrair apenas o olhar do turista e/ou “visitante” que busca a *natureza* e não a sociedade como um todo. A homogeneidade, ainda, pode alienar a população local que, de maneira superficial, encara o processo de instalação de equipamentos de lazer como a chegada do progresso, não enxergando as transformações (ou os impactos) que o mesmo vem causando em Sousas e Joaquim Egídio. A população conforma-se em não fazer parte dessa territorialidade, pois sente que a mesma não lhe pertence. Assim, considerando as novas territorialidades formadas, a territorialidade da população local é, mais uma vez, a que lhe “sobra”, isto é, a que lhe é viável.

Tal processo também é sentido de maneira alienada pelos turistas e/ou “visitantes”, que se fecham nas formas de lazer privadas e não se relacionam com o entorno – ruas e outros espaços dos distritos, moradores locais... -, vivendo apenas no território demarcado pela atividade. Chegam em seus carros, dirigem-se aos estacionamentos dos restaurantes e de lá voltam para suas casas, sem viverem a territorialidade da população local, ou seja, aquela que vai além da turística, mas que se faz presente ao lado desta. Talvez, se os turistas explorassem mais o lugar – andassem a pé, aproveitando as ruas, as calçadas, as praças, o espaço público enfim – entrariam em contato com os moradores locais e com a diversidade, o que poderia dar mais sentido à rua e à cidade, tornando a vivência do território mais integral. Segundo Knafou (1996, p. 64):

[...] há diferentes tipos de territorialidade que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam [...]. Um bom número de conflitos nos lugares turísticos são oriundos das diferenças de territorialidade.

Os conflitos aos quais Knafou refere-se não são explícitos nos distritos, tampouco são percebidos pelos envolvidos, pois estes, como vimos, relacionam-se de maneira alienada com o território e suas territorialidades. Com as velhas formas moldadas pelos novos usos e consumos do espaço, o que está sendo comprado, na forma de condomínio, de loteamento fechado ou de lazer, é um símbolo, uma imagem de sociabilidade e de “natureza” que, de fato, não existe. A população, por sua vez, não enxerga os processos de maneira clara, apenas aceita-os, enquanto os verdadeiros conflitos permanecem ocultos, com a fragmentação, a segregação e a perda da diversidade “escondidas” sob o “verde” e ignoradas por essa “vedete” contemporânea: *a natureza*.

Desse modo, a territorialidade dos que não participam dos processos discutidos, ou seja, a territorialidade da maioria da população local, caracteriza-se pela perda de alguns espaços públicos devido à sua privatização, juntamente com o esvaziamento de outros, que não recebem infraestrutura e manutenção e ficam abandonados à própria sorte. A fragmentação do espaço urbano e a segregação socioespacial são materializações advindas dessa territorialidade criada e imposta por meio das novas formas de habitação e do lazer. Tal territorialidade é vivida, portanto, somente pelos moradores locais, que não possuem condições de acesso aos condomínios de luxo e tampouco aos bares e restaurantes da moda, ou seja, participam de tais processos “não participando”.

Essas considerações permitem indagar, como CRUZ (2001), qual deveria ser o papel do turismo e do lazer no reordenamento do território e qual o papel que ele realmente exerce, considerando todos os interesses e relações que esse tipo de atividade abrange. Se a população local não participa da dinâmica atual nos distritos, será que a mesma desenvolve-se de maneira justa? Ao deixar a população de fora, o lazer confere aos distritos novas territorialidades: tanto a turística, quanto a daqueles que não podem apropriar-se desse tipo de lazer, “a terra acaba perdendo seu valor

social [...], pois o valor mercantil e a busca pelo lucro tornam-se os interesses principais [...]” (Silva, 2008, p.59) daqueles que dominam o mercado imobiliário e de lazer de Sousas e Joaquim Egídio.

4.1.3 Urbanização residencial e equipamentos de lazer

Ao longo dessa pesquisa vimos que o espaço urbano de Sousas e Joaquim Egídio sofreu um intenso processo de urbanização que gerou as novas territorialidades estudadas. Para se vender a *natureza*, foi preciso que houvesse uma “adaptação” da mesma para que os novos usos e consumos desse espaço, concentrados nas áreas verdes, fossem viáveis. Tal adaptação é conferida por meio da construção dos condomínios e loteamentos fechados e equipamentos de lazer. Desse modo, a transformação de um espaço em território turístico e de lazer precisa de algumas adaptações para que o mesmo passe a funcionar de acordo com os novos usos e funções a ele atribuídas (KNAFOU, 1996).

Os processos de urbanização residencial e instalação dos equipamentos de lazer (bares, restaurantes...) não ocorreram impunemente. Para que os distritos fossem urbanizados dessa maneira, muitas transformações ocorreram e continuam ocorrendo na vida das populações locais e afetando também os ecossistemas. A apropriação do público e a segregação socioespacial já foram discutidas nos itens interiores e, por isso, veremos agora como ocorrem os processos de degradação ambiental e perturbação da rotina dos moradores locais, pois os distritos possuem áreas muito tranquilas e a população local vê-se obrigada a conviver com a intensificação do fluxo de pessoas, de trânsito, mesmo que seja somente nos fins-de-semana.

O trecho abaixo, retirado da reportagem de uma revista local, confirma algumas mudanças que estão sendo feitas devido à demanda pelas áreas *naturais* dos distritos:

A abertura de novas estradas e loteamentos nesse ecossistema visa a atender uma população de alto poder aquisitivo do próprio município de Campinas e de outras cidades do Estado de São Paulo, caracterizando-se a tendência de conformar um espaço de recreio e moradia na região (REVISTA ABSOLUTA, ano I, nº 2, 2006 p.9).

Sousas e Joaquim Egídio, por estarem localizados em uma Área de Proteção Ambiental, deveriam ter estudos aprofundados (como EIAS, por exemplo) para aprovar ou embasar as ações e projetos idealizados como estudos de zoneamento ambiental, que deveriam ser realizados antes do início da construção de um empreendimento urbanístico, de modo a assegurar a preservação ambiental e cultural da área. Apenas depois desses estudos é que a licença ambiental para o empreendimento deve ou não ser concedida, de acordo com a situação analisada. Infelizmente, não são todos os empreendimentos imobiliários e de lazer que possuem tais cuidados, dificultando assim a proteção dessa área tão rica em biodiversidade.

Os condomínios e loteamentos fechados, além dos demais equipamentos de lazer, se não forem bem planejados de acordo com as normas ambientais da APA, podem gerar impactos extremamente nocivos à região. O desmatamento para se fazer os loteamentos, por exemplo, pode deixar os animais sem o seu habitat original, sujeitos a atropelamentos, que podem ainda causar gravíssimos acidentes de trânsito nas estradas que dão acesso a essas regiões (como já ocorrido). Além disso, o cercamento dos loteamentos, por meio dos muros e alambrados, impede a locomoção de animais, sobretudo em área rural, além do barulho excessivo feito pelos carros, que também contribuem para espantá-los.

Tais exemplos ilustram o que ocorre na Mata Ribeirão da Cachoeira, localizada dentro do condomínio Colinas do Atibaia, como já vimos. Como o condomínio abrange essa mata, muitos problemas ocorrem, como o atropelamento de animais e a captação ilícita de água do Ribeirão da Cachoeira (GASPAR, 2005).

A grande quantidade de entulho produzida pela construção civil também causa problemas na APA. Na maioria das vezes, os entulhos são descartados indevidamente em regiões de várzeas, prejudicando o equilíbrio ambiental e contribuindo para o assoreamento dos rios e, conseqüentemente, para as enchentes em épocas de chuva.

O desmatamento também contribui para o processo erosivo do solo, colocando em risco as construções. O desequilíbrio do ecossistema natural e a poluição dos mananciais também são conseqüências do crescimento populacional e da intensa urbanização, como da forma incorreta de escoamento da grande quantidade de lixo e esgoto produzida pelos novos moradores e pelos turistas e “visitantes”.

Ainda assim, algumas pessoas preocupam-se com o meio ambiente e realizam a coleta de lixo seletiva. Segundo o Departamento de Lixo Urbano (DLU) da Prefeitura Municipal de Campinas, o loteamento fechado São Conrado, em Sousas, tem o maior volume de lixo seletivo recolhido da cidade, dentre todos os condomínios e loteamentos de Campinas. Em junho de 2009 foram coletadas 19,78 toneladas de material reciclável no São Conrado. O Alphaville, grande condomínio de Campinas, recolheu 13,4 toneladas; o Jardim Botânico, em Sousas, 12,3 toneladas⁵⁵.

Os inúmeros condomínios e loteamentos fechados de alto padrão instalados nos distritos, para serem viabilizados, requerem toda uma sofisticada infraestrutura como a expansão das vias de acesso, a partir da duplicação da Rodovia D. Pedro que margeia a região, o desmatamento, a implantação de saneamento básico, energia elétrica etc. São transformações que contribuem para a degradação das matas, fauna, flora... O parcelamento indiscriminado da terra torna-se uma ameaça aos remanescentes. Quanto maior for o parcelamento, maior será a quantidade moradores, aumenta a densidade demográfica, o que irá requerer maior infraestrutura, o que também se relaciona com a destruição dos ecossistemas naturais.

Porém, muitos moradores remanescentes e mesmo alguns moradores dos “condomínios”, enxergam os problemas ambientais decorrentes da urbanização e participam, de alguma forma, na luta pela proteção de Sousas e Joaquim Egídio. Muitas denúncias são feitas por moradores, por ONGs aos jornais do município e dos distritos, ou em *sites* de relacionamento da Internet. Nestas comunidades virtuais, os participantes denunciam e debatem assuntos e problemáticas que dizem respeito ao local. Nestas denúncias, parte da população local cobra, de alguma maneira, maior atenção para com os problemas ambientais existentes, como podemos conferir na fala desta participante: “acho que já está passando da hora de ser feita alguma coisa quanto à poluição e o lixo em Sousas, pois, aos fins de semana, a estrada apresenta um visual horrível... lixo por todo lado e lixeiras despencando... Aqui é ou não é uma Área de Proteção Ambiental?”⁵⁶

⁵⁵ Fonte: Informações concedidas pela Prefeitura Municipal de Campinas via telefone para a autora, 2009.

⁵⁶ Fonte: *Site* de relacionamentos “Orkut”. Disponível em: <www.orkut.com/sousasejoaquimegidio>. Acesso em 02/07/2009.

Já outro morador, aposentado, que reside em Sousas há 51 anos, em casa fora de “condomínio”, nos disse em entrevista que, a principal contribuição que a criação da APA trouxe aos distritos, em sua opinião, foi o resgate da questão ambiental. Para ele, o poder público deveria destinar mais recursos para serem investidos na proteção do meio ambiente, aprimorando a fiscalização, trabalho, hoje, realizado por poucos voluntários, como ele. Para ele: “essa medida resultaria na melhoria da qualidade de vida dos moradores. Ainda que haja o aumento do número de condomínios e restaurantes, acredito que a proteção do meio ambiente seja possível”.

Outra moradora de Sousas – mora no local há 34 anos, em casa fora de condomínio e é professora da rede estadual – nos disse que a transformação dos distritos em uma Área de Proteção Ambiental não anda trazendo resultados positivos para a região, devido a gestão precária da APA. Na visão da moradora, que se considera em boa condição financeira e pertencente à classe média, todos são prejudicados em Sousas e Joaquim Egídio: desde os mais ricos que permanecem trancados em seus “fortes” residenciais e nos lazeres privatizados, até os mais pobres, que não têm acesso a nenhum lugar privado. Segundo ela, nem os moradores dos “condomínios”, e nem os de fora, são ouvidos pela Subprefeitura e tampouco pelo Prefeito, que, muitas vezes, terceiriza os serviços nos distritos. Exemplifica com os serviços de terraplanagem realizados na época da seca no ano de 2007. Na ocasião, as máquinas passavam trabalhando pelas ruas, levantando muita poeira, atrapalhando visivelmente a rotina do local. A população reclamou, mas não foi ouvida, dando início a mais um “jogo de empurra”, em sua opinião, pois os serviços eram terceirizados e a Prefeitura isentou-se de qualquer responsabilidade. Comenta que, como moradora e cidadã sousense, também não se sente à vontade para proteger o lugar, pois os moradores não podem nem plantar uma árvore, sem autorização da Prefeitura. Para cada ação dos moradores relacionada ao meio ambiente e ao patrimônio histórico da região, existe uma série de deveres a serem cumpridos, enquanto o poder público e os grandes empreendedores agem como querem, transformando o local deliberadamente. Por último, desabafa perguntando sobre os direitos dos moradores, pois apenas o que lhes chegam são os deveres a serem cumpridos.

Estas falas nos permitem constatar que não são todos os moradores remanescentes que deixam de enxergar a situação de forma realista. O que demonstra que não se pode generalizar, afirmando que toda a população encara a APA, os distritos e os seus processos de maneira alienada. A maioria realmente tem essa compreensão, porém, existem outras pessoas preocupadas com a realidade dos distritos. Isto nos leva a indagar por que e para quem as APAs foram criadas, afinal? Se nem a população local beneficia-se da *qualidade de vida* tão falada, então a proteção de Sousas e Joaquim Egídio é pregada para quem? Diante de todas as discussões aqui realizadas, podemos dizer que essa “proteção” é por aqueles que lucram com os empreendimentos residenciais e mesmo com o turismo e o lazer no local, deixando que a *qualidade de vida* exista apenas nos *folders* de divulgação dos empreendimentos.

Assim como os “condomínios”, o turismo também gera diversas transformações no espaço, modificando a paisagem, a sociedade e o território. Para que determinado lugar torne-se turístico, é preciso que o espaço se transforme em território turístico (Knafou, 1996).

Nesses distritos vemos a valorização e o consumo das paisagens *naturais* apropriadas pelo turismo e pelo lazer, pois “as paisagens turísticas derivam da valorização cultural de determinados aspectos das paisagens [...]”(CRUZ, 2001). Em outras palavras, a valorização cultural da paisagem *natural* advém da valorização da *natureza* pela sociedade. Sendo a *natureza* o atrativo primordial ela precisa ser adaptada, com as áreas verdes passando por um processo de “urbanização turística”, para que o espaço possa ser consumido pela atividade.

Com esse intuito, surgem bares e restaurantes em meio às paisagens *naturais*, pousadas com ares bucólicos, fazendas refuncionalizadas que aproveitam suas antigas edificações com novos usos voltados ao turismo e ao lazer, placas sinalizadoras indicando os atrativos, propaganda em *outdoors*, além de placas e panfletos distribuídos nas ruas, dentre outros, caracterizando a urbanização turística necessária para fazer tal atividade acontecer.

A consequência mais sentida pela população local, tanto o morador remanescente, como o dos “condomínios”, é o trânsito excessivo, derivado do aumento do fluxo de pessoas aos fins-de-semana.

Sabe-se que a oferta turística e de lazer é fixa e, portanto, o turista e/ou “visitante” deve deslocar-se até os atrativos para poder consumi-lo. Tais deslocamentos implicam em impactos no território (CRUZ, 2001), como o trânsito intenso aos fins-de-semana. Conforme a fala de um morador remanescente, “o problema não são as pessoas, mas as ruas que não aguentam o aumento de fluxo” (A.H.P., 57 anos, comerciante). Outro morador aponta que é interessante a visitação nos distritos, pois:

Movimenta a economia local e não incomoda os moradores. São pessoas que sabem como “funciona” a região: preservação ambiental, contato com a natureza etc. Muitas destas pessoas, inclusive, são aquelas que gostariam de morar nestes distritos e, portanto, vem para cá quase todo final de semana. Mas o acesso deveria ser melhorado, porque o que realmente incomoda é o trânsito decorrente do fluxo muito grande de pessoas (C.C., 42 anos, farmacêutico).

Ao visitarmos os distritos nos fins-de-semana, principalmente nos horários de almoço, vimos que o trânsito existente realmente altera a dinâmica dos mesmos. O aumento do número de pessoas transitando resulta em congestionamentos constantes, pois, as ruas são pequenas, estreitas, sinuosas e de mão dupla, o que significa que a malha viária do local não acompanhou o crescimento dos mesmos. Assim, conforme pudemos constatar, problemas de trânsito, decorrente do fluxo intenso de pessoas, é uma realidade que incomoda tanto os moradores dos condomínios, quanto a população remanescente.

O movimento é tão grande, que notamos que os moradores locais do centro chegam a ficar “presos” em suas casas, pois as ruas ficam repletas de carros estacionados, inclusive nas portas e garagens de muitas residências, conforme mostra a **FOTOS 4.1.3.15**, a seguir.

FOTO 4.1.3.15: Carros de turistas e “visitantes” e casa dos moradores locais



Fonte: Foto da autora, 2009

Além do fluxo nos fins-de-semana, na época das festas tradicionais, a situação se agrava ainda mais. Quando são realizadas as festas dos padroeiros de Sosas (Sant’Ana) e Joaquim Egídio (São Joaquim e São Roque), além do Festival Gastronômico, o fluxo de pessoas aumenta. As festas religiosas são organizadas pela comunidade local e recebem apoio da Prefeitura de Campinas, juntamente com as Sub-Prefeituras, que instalam barracas, som, iluminação etc.

A festa de Sant’Ana é a maior festa popular de ambos distritos. Conta com barracas de comidas típicas, além de jogos e música ao vivo. Devido aos relatos de aumento do fluxo e do trânsito, fomos conferir como é o acesso à festa: um percurso, saindo do centro de Campinas até o centro de Sosas, que normalmente é feito em aproximadamente 25 minutos, foi realizado em mais de 1 hora, no fim de semana da festa de Sant’Ana do ano de 2009, o que prova, visivelmente, o aumento do fluxo. O centro de Sosas, na Praça Beira Rio, local da festa, com um trânsito de pedestres também intenso, neste período, não comporta facilmente este número elevado de pessoas. Antigamente, com um número menor de pessoas, as festas eram um acontecimento tranquilo. Hoje, a realidade é outra, agravada pelo fato de que o crescimento dos distritos e do lazer não foi acompanhado de um crescimento da infraestrutura necessária.

Embora os distritos fiquem sempre muito cheios, sobretudo aos fins-de-semana, isso parece não incomodar os turistas e “visitantes”. Como já mencionado no capítulo anterior, além da propaganda da prefeitura sobre algum evento, a propaganda “boca a boca” é a que mais divulga o lazer nos distritos. Knafou (1996, p.67) explica que “é esta concentração [...] do lugar turístico que garante sua animação e, assim, uma grande parte de sua atratividade”, afinal, mesmo a maioria das pessoas buscando *natureza* e tranquilidade, elas também procuram por lugares que estejam dentro do circuito da moda vigente (busca por *status* e por inclusão).

Na visão do público em geral, fortalecida pela mídia, se o lugar é concorrido, então, é um bom lugar. É a questão da psicofera influenciando na escolha das pessoas, como também já visto. Isso pode significar que a questão do trânsito não incomoda aqueles que estão em seu momento de lazer, incomoda apenas os moradores.

Na visão de alguns moradores locais, a festa é um transtorno. Segundo alguns comerciantes do centro de Sousas, muitos acham que a festa é uma tradição do local que deve ser preservada, porém, é realizada de forma desordenada, o que os prejudica em seus negócios. Segundo um entrevistado, os pontos comerciais do centro são prejudicados pela festa, pois, no fim-de-semana que ela ocorre, a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC) fecha as ruas com cavaletes já na manhã de sexta-feira para que as barracas possam ser instaladas. Assim, os pontos comerciais são prejudicados, pois ficam “isolados”, isto é, sem condições de acessibilidade. Alguns moradores locais ainda apontam problemas que surgem durante e após a festa, como brigas, roubo de carros, excesso de lixo nas ruas, degradação dos distritos, em geral.

O aumento do fluxo também desencadeou o aumento da violência com um número crescente de assaltos. As vítimas, geralmente, são casais que procuram, à noite, por bares e restaurantes afastados do centro dos distritos, como os que estão próximos às fazendas.

Portanto, reafirmamos que as atividades de lazer nos distritos são majoritariamente organizadas pela iniciativa privada, que consegue desenvolvê-las, mas não consegue ir muito além. A Prefeitura possui algumas iniciativas, mas, de fato,

nos distritos, o turismo e o lazer caracterizam-se por serem mal planejados e desorganizados. Há uma produção excessiva de lixo e esgoto, poluindo rios e ruas, ocorre a poluição sonora devido a presença de muitos bares e restaurantes, temos o aumento da densidade de pessoas e da quantidade de carros, com o tráfego intenso, congestionamento, aumento da violência, perturbação da tranquilidade, desmatamento, desequilíbrio dos ecossistemas naturais dentre outros. Tais problemas, decorrentes do processo de urbanização residencial e turística, podem contribuir para que os moradores identifiquem-se cada vez menos com este novo território formado.

4.2 Contradições no espaço pesquisado

As transformações nos distritos a partir das formas de apropriação estudadas – “condomínios” e lazer – revelam o caráter contraditório da nossa sociedade. Ao mesmo tempo em que a *natureza* é mitificada, ela é adquirida, por alguns, como uma mercadoria, o que demarca a contradição com a ideia de proteção. Tal fato pode torná-la excludente e segregacionista, pois apenas alguns têm condições de a adquirir, transformando-se, portanto, em um negócio rentável. Podemos afirmar, então, que o *reencantamento* pela *natureza* na contemporaneidade é tido somente como uma fonte de recurso para a produção econômica, tanto de bens materiais, como de lugares. Nesse sentido, a *qualidade de vida* e o seu discurso, também tornam-se mercadológicos e contraditórios, pois vende-se uma imagem de sociabilidade e de natureza-símbolo que, de fato, não existem.

As novas formas de apropriação e os novos usos e consumos dos distritos privatizam as áreas públicas e os recursos naturais. Por ser uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a legislação da APA permite a ocupação humana e as atividades de uso sustentável neste local. Porém, se existe a fragmentação, a segregação, o tráfego intenso e a degradação ambiental devido às novas formas de apropriação, como dizer que os usos deste espaço são "sustentáveis", conforme sugere a legislação?

Na medida em que a sociedade perde os seus espaços públicos para essas novas formas privatizadas, há a diminuição da diversidade e, até mesmo, a perda da

cidadania, que é construída por meio do contato com as pessoas, com o diferente, ou seja, por meio da vida em sociedade com respeito à alteridade. Aqueles que compram a sociabilidade dos “condomínios” fechados – aquela onde supostamente o morador pode andar pelas ruas sem medo, relacionar-se com os vizinhos etc – não estão vivendo a diversidade e, tampouco, o verdadeiro sentido da cidade, pois, na maioria das vezes, a “sociabilidade” vendida não existe, os vizinhos não se encontram, não se cumprimentam. Assim, mais uma contradição é destacada nesse processo, pois, ao adquirirem “sociabilidade” e “liberdade”, as pessoas, de fato, estão perdendo-as.

Além disso, muitos desejam “fugir” dos grandes centros urbanos para áreas mais afastadas. Procuram descansar, divertir-se e entrar em contato com paisagens diferentes das que vêem diariamente; são demandas que contribuem para a urbanização dos espaços *naturais*.

As contradições, portanto, são percebidas por meio da própria construção dos condomínios, loteamentos fechados e dos equipamentos de lazer que, para estarem próximos à *natureza*, necessitam de infraestrutura. As áreas verdes são intensivamente urbanizadas, o que, com o tempo, pode acabar com a atmosfera “natural” que era o atrativo inicial. A “natureza” ou aquilo que dela sobrevive, torna-se o “gueto” dos lazeres. O urbano assola o campo e este perde suas peculiaridades, propriedades e qualidades (LEFEBVRE, 2001).

O mercado tem consciência de que a sociedade contemporânea não quer viver longe dos atrativos e conforto proporcionados pelos grandes centros, como energia elétrica, ruas asfaltadas, residências equipadas com todo tipo de tecnologia (como canais de televisão, *Internet* rápida...), segurança, além dos acessos ilimitados aos usos e consumos que as grandes cidades proporcionam aos cidadãos, vinte e quatro horas por dia. Por essa razão, as paisagens *naturais* sofrem um processo de transformação: “as paisagens valorizadas por sua rusticidade e distanciamento da urbe são rapidamente transformadas na reprodução de objetos e ações necessários à vida urbana” (LUCHIARI, 2000, p.39).

Não é difícil concluir que toda a infraestrutura proporcionada pelo mercado pode gerar consequências ruins para as próprias áreas protegidas e, também, para a população que ali vive, como já vimos. Tal situação, portanto, é resultado das relações

produzidas durante tais processos, o que ainda pode resultar em um conjunto de problemas, como os processos sociais mascarados atrás das paisagens bucólicas: a sociedade não enxerga a fragmentação, a segregação e as descontinuidades criadas, o que é indicativo da relação alienada que possuem com tal problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que as cidades contemporâneas abrigam a produção e o escoamento de toda a mercadoria produzida. A própria cidade, nesse sentido, torna-se mercadoria. A cidade é injusta, violenta e muito competitiva. Abriga uma sociedade elitista e segregadora e, portanto, o acesso à mesma não se dá de forma igual para todos, a exemplo do que acontece nos distritos.

Devido à desigualdade social e de acessos, nos deparamos com questões urbanas que se tornam cada vez mais comuns, como a violência, a escassez de terras e seus altos valores, a segregação e, para agravar, as políticas públicas são, em geral, insuficientes. Nos distritos estudados a situação não é diferente: as desigualdades estão presentes, talvez por faltar uma verdadeira eficácia das ações públicas.

A desigualdade em Sousas e Joaquim Egídio transparece nas formas de apropriação do espaço urbano, por meio dos novos usos e consumos. Verificamos a formação de uma nova organização socioespacial e o surgimento de nova dinâmica urbana, ambas calcadas na desigualdade, que se dá através da segregação e da alienação dos envolvidos nos processos. A destruição de muitos recursos naturais também se faz presente na nova dinâmica urbana, o que é algo extremamente delicado, uma vez que os distritos encontram-se em uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Os novos usos e consumos dos distritos se dão pelos condomínios horizontais e loteamentos fechados e também pelo lazer, que ocorre de maneira privada e de maneira crescente. Tanto as novas formas de habitar, como o lazer são moldados pela ideologia ambientalista e pelo *marketing* verde, que utiliza as muitas paisagens *naturais* do local para atrair novos moradores, turistas e “visitantes”. Assim, a *natureza* é tida apenas como um semióforo e, então, novas formas são criadas “para responder às necessidades novas e precisas, ao mesmo tempo em que velhas formas mudam de função, dando lugar a uma nova geografia construída com velhos (e novos) objetos” (Souza, 1988, p. 64).

Na contemporaneidade, novas necessidades são criadas a todo instante, para que o cidadão precise comprar todo e qualquer tipo de coisa. Nesta pesquisa, o que

está em foco, é a necessidade criada pelo mercado de aproximar o cidadão das áreas verdes. Em Sousas e Joaquim Egídio é possível consumí-las por meio da moradia e do lazer e, para tanto, é preciso que tais áreas sejam adequadas para estes novos usos e consumos. As velhas formas são adaptadas, resultando no fechamento de ruas, na apropriação de praças, bosques, trilhas e recursos naturais públicos, na transformação de antigas edificações que hoje abrigam restaurantes badalados etc.

Tais adequações resultam em novas e exclusivas territorialidades das classes média e alta que se instalam no local, muitas vezes, não levando em consideração o contexto do lugar, dificultando, assim, a relação com o mesmo e contribuindo para “o isolamento das sociabilidades [...] e evitam a possibilidade do encontro da sociedade com seu entorno” (LUCHIARI, 2000, p.40).

Aqueles que não têm condições financeiras, não possuem o acesso às novas territorialidades. Portanto, utilizam-se da “velha”, ou seja, da territorialidade onde sempre viveu ou frequentou e que lhe é acessível. Devido à formação das “novas”, as “velhas” territorialidades tornam-se fragmentadas, com alguns espaços públicos abandonados e poucas opções de lazer.

As novas territorialidades exclusivas alteram a dinâmica urbana e modifica a organização socioespacial dos distritos. As barreiras físicas dos condomínios e loteamentos fechados, por exemplo, também implicam em barreiras invisíveis, que escondem a perda das sociabilidades. Com o lazer isto também acontece. Sendo privatizado, também é segregador.

A representação social do espaço urbano fica então marcada pela existência de diferentes territorialidades, exclusivas ou não, o que pode reforçar a dinâmica de acesso desigual à cidade. A configuração que se molda no espaço é fragmentada e perversa. As áreas verdes, tidas como amenidades contemporâneas, servem como instrumento de desigualdade social. Na verdade, deveriam ser aproveitadas e valorizadas pelo seu valor ambiental, permanecendo áreas públicas de uso comum da sociedade, tendo o direito do uso sobre o direito da propriedade.

Podemos dizer que os condomínios horizontais, loteamentos fechados as formas de obter lazer em Sousas e Joaquim Egídio, são cenários criados como símbolos de liberdade, de segurança, de *status* e de *qualidade de vida*. A *qualidade de vida* que é

vendida e comprada também é um símbolo apenas, pois muitos são os atos contra os ecossistemas, o que mostra que os distritos não estão sendo protegidos devidamente.

Quando a sociedade se fecha nesses “enclaves”, perde a noção de alteridade, pois deixa de estar em contato com o outro, com a diversidade, com os diferentes valores e interesses, o que contribui para o processo segregacionista e para o conflito das esferas público-privado. As contradições estudadas permanecem mascaradas atrás das paisagens *naturais* moldadas para o consumo e, por isso, a sociedade em geral, não enxerga a fragmentação, a segregação e as discontinuidades criadas por esses novos usos. Portanto, o agir alienado marca o cotidiano da maioria dos moradores e frequentadores dos distritos.

Assim, ao criarem a demanda por *natureza* por meio de mercadorias caras, o mercado reconstrói as áreas verdes (e protegidas, no caso da APA), que passam a ter *status* de mercadoria e não mais permitem que os cidadãos simplesmente as habitem e nelas se divirtam livremente. Por isso, as formas de apropriação estudadas não consideram a justiça social e tampouco a preocupação ambiental. Não são boas para nenhuma classe social, pois os pobres ficam segregados e os ricos perdem o contato com a diversidade.

Contudo, devemos ressaltar que existem exceções. Há algum envolvimento da população (remanescentes ou não) com algumas questões, principalmente as ambientais. Tal envolvimento é mediado por ONGs, Associações e Conselhos, que buscam a proteção dos distritos por meio de discussões e proposições de leis de proteção e fiscalização do meio ambiente e do Patrimônio Histórico da APA. Esse tipo de envolvimento é legítimo, porém, insuficiente. Pois, não basta apenas participar de discussões para as criações das leis, mas, também, deve-se atuar na efetivação e no cumprimento das mesmas, ou seja, a sociedade deve realmente apropriar-se das leis postas e, conseqüentemente, de todo o território onde vive.

A participação nos distritos, geralmente se dá através de denúncias e reclamações feitas por alguns moradores. Outros se organizam e cobram medidas do poder público, como, por exemplo, para a diminuição do trânsito intenso – que é o que mais incomoda a população. Os donos de estabelecimentos turísticos, frente à ADEGAS, cobram maior envolvimento da Prefeitura com as questões da atividade no

distrito, mas muito pouco é feito. Muito ainda tem que ser feito, também, no que diz respeito à questão dos “condomínios”, da apropriação de ruas, parques, praças públicas... A participação popular, portanto, que poderia ser uma solução para tantas problemáticas, não o é, pois ainda é pequena e suas ações perdem-se em meio ao crescimento da especulação imobiliária, que alavanca a construção de “condomínios” e de equipamentos de lazer.

A participação popular representada por essas entidades deveria não só abranger a cobrança de ações, mas, também, funcionar como ferramenta de legitimação da cidadania. Para tanto, a sociedade, em geral, deveria ter maior consciência da necessidade de organização política, o que sabemos ser algo muito difícil, pois envolve superar limites, como o da alienação. Esta, em geral, é imposta de maneira subliminar, além dos limites culturais, históricos, da tradição, em nosso país, de não envolvimento com as questões públicas por parte da população. Dessa forma, as ideias e iniciativas, junto ao poder público, em prol da igualdade social, da integração entre grupos distintos e pela proteção ambiental, deixam, por enquanto, muito a desejar.

Assim, o maior problema existente nos distritos e na APA é político. Trata-se de questões relacionadas à falta de política urbana e ambiental, ou à sua precariedade. A fiscalização é pouca ou ineficiente, o que também contribui para que os distritos apresentem os problemas já discutidos nos capítulos anteriores.

Como pesquisadores e, sobretudo, como cidadãos, devemos refletir sobre os desejos e necessidades da cidade. Essa seria uma saída, pois queremos projetos participativos, queremos uma cidade para todos.

Portanto, conhecer as transformações em Sousas e Joaquim Egídio a partir das formas de apropriação estudadas é de grande valia para melhor entendermos o caráter contraditório da nossa sociedade, possibilitando então, um maior aprofundamento e uma maior complexidade dos estudos sobre o tema. Mesmo com a existência de muitas pesquisas que discutem as novas formas de habitar que geram a segregação na APA, acreditamos e esperamos que o nosso trabalho também seja de grande valia, pois como a especulação imobiliária no local é intensa, notamos que os processos

segregadores e desiguais tendem a crescer. Além disso, discutimos o turismo e o lazer: atividades em constante crescimento que, devido à sua (falta de) organização também alteram de forma significativa a dinâmica deste espaço urbano.

O reordenamento deste território pelo turismo e lazer e pela especulação imobiliária, motivados pelos interesses do mercado, nos faz pensar que o local onde os distritos localizam-se não está sendo encarado como uma Área de Proteção Ambiental e, sim, como uma “Área de Proteção do Capital”.

Ainda assim, muitas questões continuam em aberto: como fazer com que o crescimento imobiliário se dê de forma justa e sem prejudicar o meio ambiente? Como promover o direito coletivo sobre o individual? Como proporcionar lazer de boa qualidade e acessível, à população remanescente e também aos moradores de Campinas que não têm condições de acesso? Como fazer para que o poder público se envolva mais com a organização e o desenvolvimento da atividade turística? Como proporcionar o acesso e o *direito à cidade* e ao lazer a todos? Como fazer com que as diretrizes que compõe as leis de criação das APAs sejam seguidas? Como fazer com que a participação popular seja efetiva e contínua? Como amenizar as desigualdades?

A sociedade deveria exigir ética e cidadania no trato com essas e outras questões. Mas como exigir isso se ela aliena-se perante tais problemáticas? Esta difícil tarefa, portanto, também cabe aos pesquisadores que, ao discutirem tais questões, podem tentar encontrar caminhos possíveis que possibilitem o desvendamento de algumas respostas, pois, conforme constatamos, os processos estudados estão acontecendo a todo vapor.

“O idealista é incorrigível: se é expulso do seu céu, faz um ideal do seu inferno”.
Friedrich Nietzsche

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. O zoneamento ecológico-econômico da Amazônia e o panoptismo Imperfeito. In: *Cadernos IPPUR. Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro, v.15, n.2/v.16, n.1, p.53-75, ago./dez., 2001 – jan./jul., 2002.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: BRAGA, C.; MORELLI, G.; LAGES, V.N. (orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, M. G. de. Turismo e os novos territórios no litoral cearense. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Turismo e Geografia - Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ANSARAH, M.G. dos R. Teoria Geral do Turismo. In: TRIGO, L.G.G. (org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. 2.ed. São Paulo: Senac, 2000, v.1.

AZAMBUJA, M. A gastronomia como produto turístico. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2001.

BECKER, B.K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.K.; COSTA, R. H. da.; SILVEIRA, C.B. (orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.

BORSODORF, A. Barrios cerrados em Santiago de Chile, Quito y Lima: tendencias de la segregación sócio-espacial em capitales andinas. In: BARAJAS, L.F.C. (coord.). **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**. Universidad de Guadalajara, UNESCO, 2002.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

BUARQUE, C. **Qualidade de vida: a modernização da utopia** (pp. 157-165) *LUA NOVA*, n.31, 1993.

CAIADO, A.S.C. et al. Município de Campinas. In: CANO, W., BRANDÃO, C.A. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, pp. 95-187.

CALDEIRA, T.P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. In: **Novos Estudos – CEBRAP**. nº 47, março de 1997, pp. 155-176.

CALDEIRA, T.P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: ed 34/EDUSP, 2000.

CARVALHO, I.C.M. **Conflito, cidade e esfera política** (pp. 3-5) *Políticas Ambientais*, n.16, dezembro 1997- março 1998.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

CRUZ, R. de. C. **Política de turismo e território**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CUNHA, J.M.P.; OLIVEIRA, A.A.B. de. População e espaço intra-metropolitano em Campinas. In: HOGAN, J.D. et al (orgs.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2001, pp. 351-393.

CUNHA, L. **Economia e Política do Turismo**. Lisboa: McGRAW-HILL, 1997.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

FREITAS, E.L.H. de. **Loteamentos fechados**. 2008. Tese (Doutorado) – Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GASPAR, D. **Comunidades de mamíferos não-voadores de um fragmento de Floresta Atlântica semidecídua do município de Campinas/SP**. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GOMES, E. T. A. Inquietação em torno do debate sociedade-natureza no espaço da cidade. In: ARROYO, M.; SANTOS, M.; SCARLATO, F.C.; SOUZA, M.A.A. (orgs.). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica** (O Novo Mapa do Mundo). São Paulo: Ed. Hucitec/Anpur, 1994.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade. Ideologias e práticas na história**. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

HERCULANO, S. A qualidade de vida e seus indicadores. In: **Ambiente & Sociedade**. Campinas: Nepam/Unicamp, n.2, 1998.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JUNQUEIRA, L. **Notas sobre a noção de representação social na sociologia contemporânea. Os conceitos de “simulacro” e “habitus”**. Anais do XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2004.

KNAFOU, R. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, M.A.F.P. A natureza e a cidade: discutindo suas relações. In: ARROYO, M.; SANTOS, M.; SCARLATO, F.C.; SOUZA, M.A.A. (orgs.). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica** (O Novo Mapa do Mundo). São Paulo: Ed. Hucitec/Anpur, 1993.

LUCIARI, M.T.D.P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba –SP**. 1999. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. p.116-130.

LUCIARI, M. T. D. P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. **Turismo em análise**. São Paulo: ECA-USP, v.11, n. 1, maio de 2000.

LUCIARI, M. T. D. P. A (re) significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LUCIARI, M.T.D.P. A mercantilização das paisagens naturais. In: BRUHNS, H.T.; GUTIERREZ, G.L. (orgs.). **Enfoques contemporâneos do lúdico: III Ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer – uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARICATO, E. **Brasil: cidades**. São Paulo: Vozes, 2001.

MATTOS, C. **Contribuição ao planejamento e gestão da Área de Proteção Ambiental de Sosas e Joaquim Egídio, Campinas, SP**. 1996. Tese (Mestrado) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MATTOSINHO, M. **A educação para a conservação do ambiente na Área de Proteção Ambiental da Região de Sosas e Joaquim Egídio, Campinas, SP**. 2000. Tese (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MIRANDA, Z.I. de. **A incorporação de áreas rurais à cidade: um estudo de caso sobre Campinas, SP.** 2001. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

NOBRE, M. Desenvolvimento Sustentável: Origens e Significado atual. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. **Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito.** Brasília – DF, Edições IBAMA, 2002.

OJIMA, R. **Análise Comparativa da Dispersão Urbana nas Aglomerações Urbanas Brasileiras: Elementos Teóricos e Metodológicos para o Planejamento Urbano e Ambiental.** 2007. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, L. D. de . **A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia.** 2006. Tese (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PADILHA, V. **Shopping center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado.** 2003. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PAVIANI, A. Periferização urbana. In: PAVIANI, A. (org.). **Urbanização e metropolização.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, Codeplan, 1987.

PAVIANI, A. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de.; SILVEIRA, M.L. (orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação.** 4.ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

PIRES, M. da C.S.; SANTOS, S.M.M. dos. Evolução da Mancha Urbana. In: FONSECA, R.B.; DAVANZO, A.M.Q.; NEGREIROS, R.M.C. (orgs.). **Livro verde: desafios para a gestão da região metropolitana de Campinas.** Campinas: UNICAMP, 2002.

PIRES, M. C. S. **Morar na metrópole: expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas.** 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (PMC) – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEPLAMA. **Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Sousas e Joaquim Egídio, APA Municipal.** PMC, Campinas, 1996.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental e urbana.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M.T.D.P.; SERRANO, C. (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo.** Campinas, SP: Papirus, 2000.

SANTANA, P. V. de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C. De L. (orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, R. C. B. dos. **A perda da identidade na relação homem-natureza.** Anais do 9º Encontro Nacional de Geógrafos, Presidente Prudente, 1992.

SANTOS, R.C.B. dos. Poder público, sociedade civil e planejamento urbano. As interações possíveis e impossíveis na definição das tendências de estruturação do espaço das metrópoles. **Temas de Administração Pública.** Revista eletrônica UNESP, v.1, p.1 – 19, 2007.

SHIVA, V. **Ecodesenvolvimento.** Aula Magna – Versão Preliminar. Siena, 1989.

SILVA, E.R. **Urbanização e meio ambiente: a criação de novas territorialidades na Área de Proteção Ambiental de Sousas/Joaquim Egídio (Campinas-SP).** 2004. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, P.F.F. da. **A expansão urbana de Campinas através de condomínios e loteamentos fechados (1974-2005).** 2008. Tese (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo/Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos.

SILVA, V. L. da. **Mudanças na forma de ocupação do espaço urbano em Valinhos – SP: A expansão dos condomínios fechados.** 2008. Tese (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUZA, M.A. de. **Governo urbano**. São Paulo: Nobel, 1988.

SPÓSITO, M. E. B. **Espaços Urbanos: Territorialidades e Representações**. Presidente Prudente: UNESP, 1999.

SPOSITO, M.E.B. Novos territórios urbanos e novas formas de hábitat no Estado de São Paulo, Brasil. In: BARAJAS, L.F.C. (coord.). **Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas**. Universidad de Guadalajara, UNESCO, 2002.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800)**. Trad. De João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TREVISAN, F.L. **Segregação sócio-espacial na APA de Sousas e Joaquim Egídio: os condomínios fechados e o consumo de paisagens naturais**. 2006. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TRIGO, L.G.G.T. **A sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo**. Campinas: Ed. Papyrus, 1998.

URRY, J. **O olhar do turista**. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 1996.

BIBLIOGRAFIA

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998.

CAMARGO, A.P.B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas: Papirus, 2003.

CHOAY, F. **O urbanismo**. 5 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2004.

CORRÊA, R.L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, N. do R. A questão sanitária e a cidade. In: Espaços e **Debates**. São Paulo: NERU, n.22, 1987.

FERNANDES, M. A. **Indicadores de qualidade de vida: um estudo de caso em quatro áreas periféricas do DF**. Brasília: IBAMA, 1998.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, V.; MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

MELGAÇO, L. **Segregação Sócio-espacial: A materialização espacial da desigualdade**, 2002. www.ige.unicamp.br/~lmelgaço/trabalhos/segragacao.doc

PAVIANI, A. Periferização urbana. In: PAVIANI, A. (org.). **Urbanização e metropolização**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1987.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades – para um mercado mundial**. Chapecó, SC: Ed. Universitária Argos, 2003.

SANTOS, R. C. B. dos. **Rochdale Alphaville: formas diferenciadas de apropriação e ocupação da terra na metrópole paulistana**. 1994. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia – Universidade de São Paulo, São Paulo.

WILLIAMS, P.W.; GILL, A. Questões de gerenciamento da capacidade de carga turística. In: THEOBALD, W.F. (org.). **Turismo global**. 2.ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

BRASIL. Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br> Acesso em 09/01/2009.

BRASIL. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em 09/01/2009.

BRASIL. Lei n. 6.902 de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre as normas estabelecidas pelo Poder Executivo, limitando e proibindo ações nas Áreas de Proteção Ambiental. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em 19/01/2009.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em 09/10/2008.

BRASIL. Projeto de Lei n. 3.057 de 2000. Dispõe sobre a Nova Lei de Responsabilidade Territorial. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em 19/01/2009.

BRASIL. Resolução n. 10 de 14 de dezembro de 1988. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo e demais funções das Áreas de Proteção Ambiental - APA . Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em 19/01/2009.

SÃO PAULO. Lei Complementar Estadual n. 870, de 19 de junho de 2000. Dispões sobre a Região Metropolitana de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri>>. Acesso em 23/05/2009.

CAMPINAS. Lei n. 8.736, de 9 de janeiro de 1996. Dispõe sobre a Permissão a Título Precário de Uso das Áreas Públicas de Lazer e das Vias de Circulação, para a Constituição de Loteamentos Fechados no Município de Campinas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri>>. Acesso em 19/01/2009.

CAMPINAS. Lei Complementar n. 004, de 17 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri>>. Acesso em 22/01/2009.

CAMPINAS. Lei n. 8.853, de 5 de junho de 1996. Dispõe sobre a fixação de critérios para a criação de bolsões urbanos na área rural e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri>>. Acesso em 19/01/2009.

CAMPINAS. Lei n. 10.264, de 1 de outubro de 1999. Institui Cinturões de Segurança nas Vias Públicas do Município de Campinas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri>>. Acesso em 19/01/2009.

CAMPINAS. Lei n. 10.850, de 7 de junho de 2001. Cria a Área de Proteção Ambiental – APA – do Município de Campinas, regulamenta o uso e ocupação do solo e exercício de atividades pelo setor público e privado. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri>>. Acesso em 19/01/2009.

CAMPINAS. Decreto n. 11.172, de 28 de maio de 1993. Dispõe sobre a criação de Áreas de Proteção Ambiental – APA – nos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, Município de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri>>. Acesso em 19/01/2009.

CAMPINAS. Decreto n. 13.505, de 12 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a permissão do Uso de Áreas Públicas Municipais à Associação dos Proprietários e Moradores do Jardim Botânico de Sousas, do Município de Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri>>. Acesso em 13/02/2009.

VALINHOS. Lei n. 3.192, de 22 de maio de 1998. Dispões sobre a aprovação do fechamento de loteamentos já existentes. Disponível em: <<http://www.valinhos.sp.gov.br>>. Acesso em 13/02/2009.

SITES CONSULTADOS

<http://www.campinas.sp.gov.br>
Acessos em diversas datas.

<http://www.cosmo.com.br>
Acesso em 07/07/2009.

<http://www.helene.com.br>
Acesso em 19/01/2009.

<http://www.ibge.gov.br>
Acesso em 11/01/2009.

<http://www.mma.gov.br>>[ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)
Acesso em 15/05/2007.

<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res88/res1088.html>
Acesso em 09/12/2008.

<http://www.orkut.com/sousasejoaquimegidio>
Acesso em 02/07/2009.

<http://www.parquedasaraucarias.com.br>

Acesso em 05/02/2009.

<http://www.serradascabras.com.br>

Acesso em 25/02/2009.

<http://www.sousasejoaquimejoaquimegídio.com.br>

Acesso em 20/01/2009.

<http://www.sousas.tur.com.br>

Acesso 23/04/2009.

ARTIGOS DE REVISTAS CONSULTADOS

COSTA, M.T. Prefeitura autoriza fechar loteamento em Sousas. **Jornal Correio Popular**. Campinas, 24/10/1998.

É cada vez mais fácil morar bem. **Revista MetrÓpole**. Parte integrante do Jornal Correio Popular. Campinas, ano 8, n.355, 2008.

JATIBAIA é o condomínio mais antigo de Sousas. **Revista Absoluta**. Campinas, ano 2, n.3, 2007.

LUGARES que valem uma visita. **Revista Bons Fluídos**. São Paulo, n.99, 2007. Editora Abril.

NATUREZA e progresso caminhando em harmonia. **Revista Absoluta**. Campinas, ano 2, n. 3, 2007.

SOUSAS e Joaquim Egídio: qualidade de vida. **Revista Absoluta**. Campinas, ano 1, n.2, 2006.

APÊNDICE A – Questionários moradores condomínios e locais

Questionário: moradores de condomínios horizontais e loteamentos fechados

- 1-) Nome, idade, profissão
- 2-) Onde o senhor(a) mora (especifique se é condomínio, loteamento fechado e em qual distrito)? Há quanto tempo?
- 3-) Qual foi a motivação para morar neste local?
- 4-) Quais os benefícios de morar nesse local?
- 5-) Quais os pontos negativos de morar nesse local?
- 6-) O que acha da expansão imobiliária nos distritos?
- 7-) O senhor(a) mantém relações com o distrito onde mora (padarias, farmácias, mercados...) ou somente utiliza as áreas dentro do limite de seu “condomínio”?
- 8-) O senhor(a) utiliza os bares e restaurantes dos distritos aos fins-de-semana?
- 9-) O que o senhor(a) acha das pessoas que não moram nos distritos e utilizam os seus bares e restaurantes? O maior fluxo de pessoas incomoda?
- 10-) Em sua opinião, quais os principais atrativos dos distritos? E os maiores problemas?
- 11-) O senhor(a) conhece as ações do CONGEAPA? Acredita que estão sendo coerentes e efetivas na proteção dos distritos?

Questionário: moradores locais

- 1-) Nome, idade, profissão
- 2-) Em qual distrito o senhor(a) mora? Há quanto tempo?
- 3-) Quais os benefícios de morar nesse local?
- 4-) Quais os pontos negativos de se morar nesse local?
- 5-) O que acha dos “condomínios fechados”? Moraria em algum deles?
- 6-) Tem algum caminho que utilizava que foi fechado devido aos “condomínios”? Se tiver, isso o incomoda?
- 7-) O que o senhor(a) acha do turismo nos distritos?
- 8-) O senhor(a) frequenta os bares e restaurantes dos distritos? Em caso negativo, qual o motivo?
- 9-) O senhor(a) frequenta as festas e feiras populares dos distritos? Em caso negativo, qual o motivo?
- 10-) A presença dos turistas e visitantes lhe incomoda?
- 11-) Em sua opinião, quais os principais atrativos dos distritos? E os maiores problemas?
- 12-) O que o senhor(a) acha do crescimento de “condomínios” e do turismo nos distritos?
- 13-) O senhor(a) conhece as ações do CONGEAPA? Acredita que estão sendo coerentes e efetivas na proteção dos distritos?

APÊNDICE B – Questionários empreendedores turísticos e turistas

Questionário: empreendedor turístico (donos de restaurantes, pousada, fazenda)

- 1-) Nome, idade.
- 2-) Tipo de estabelecimento (bar, restaurante, fazenda...).
- 3-) Há quanto tempo o senhor(a) atua nessa área?
- 4-) Qual o tipo de público que procura seu estabelecimento?
- 5-) De qual cidade vem o seu público?
- 6-) Qual a taxa de ocupação de seu estabelecimento aos fins de semana e durante a semana?
- 7-) O turismo atualmente é um negócio rentoso para o empreendedor?
- 8-) Os moradores remanescentes e dos “condomínios” frequentam seu estabelecimento?
- 9-) Qual a motivação de quem procura seu estabelecimento?
- 10-) Quais as impressões que o senhor(a) nota que o público leva dos distritos?
- 11-) Em qual esfera o turismo mais acontece atualmente nos distritos: pública ou privada?
- 12-) O senhor(a) acha que o turismo local possui algum incentivo público? Qual?
- 13-) Qual tipo de turismo é mais bem explorado ou mesmo conhecido nos distritos?
- 14-) Que medidas o senhor(a) acha que o poder público poderia tomar para incentivar o turismo nessa região?
- 15-) O senhor(a) conhece ou faz parte da ADEGAS? Acredita que as ações da mesma sejam efetivas para o desenvolvimento do turismo no local?

Questionário: turistas e visitantes

- 1-) Nome, idade, profissão.
- 2-) Onde mora?
- 3-) Qual a motivação para o lazer nos distritos?
- 4-) Quanto tempo ficará nos distritos?
- 5-) Se ficar mais de um dia, irá pernoitar nos distritos? Onde?
- 6-) O turismo no local é bem organizado?
- 7-) Quais os principais atrativos dos distritos?
- 8-) Quais os principais problemas que encontrou no local?
- 9-) Voltaria outras vezes e indicaria a outra pessoa?

APÊNDICE C – Questionários agentes imobiliários e públicos

Questionário: agentes imobiliários

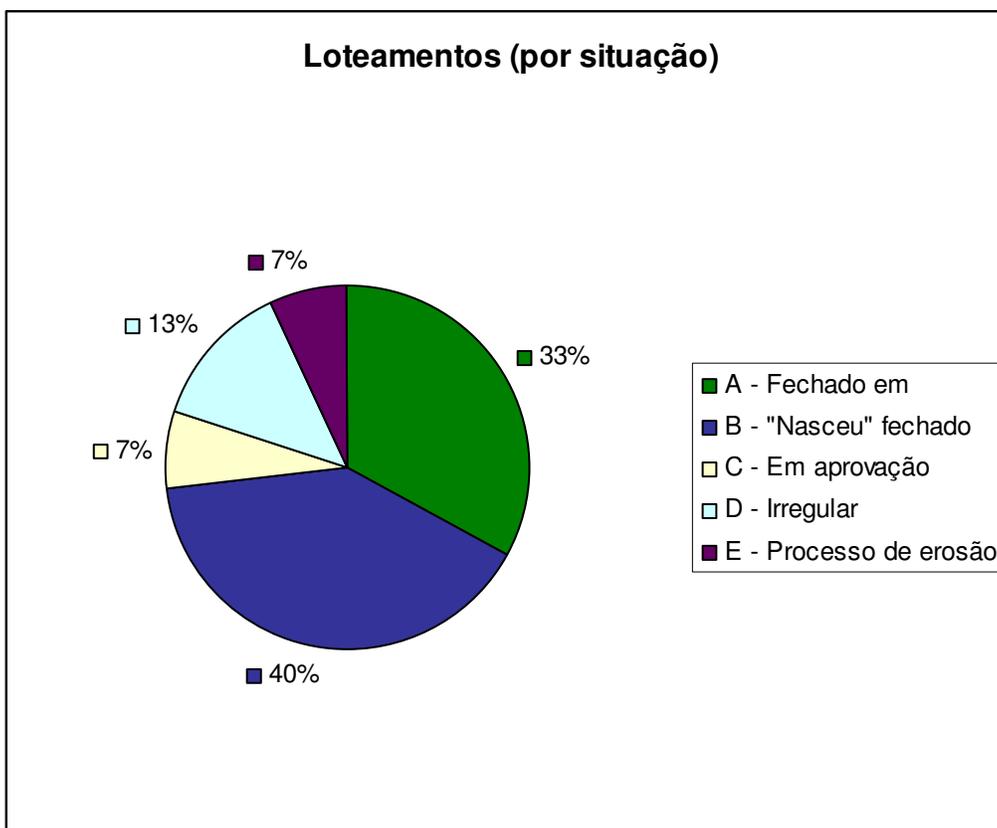
- 1-) Nome, idade.
- 2-) O senhor(a) atual em qual empresa?
- 3-) Imóveis em Sousas e Joaquim Egídio são muito procurados pelos seus clientes?
- 4-) A maior demanda é por casas em “condomínios” ou por casas em bairros abertos?
- 5-) Em sua opinião, o que motiva a procura por imóveis nos distritos?
- 6-) Vender um imóvel nos distritos é um bom negócio para o senhor(a)?
- 7-) O que o senhor(a) acha da expansão imobiliária nos distritos?

Questionário: agentes do poder público*

- 1-) Nome, função (cargo).
- 2-) Há quanto tempo o senhor(a) possui esse cargo?
- 3-) Como se dá o desenvolvimento do turismo nos distritos?
- 4-) Qual é o envolvimento público na organização do turismo nos distritos?
- 5-) O que acha do turismo nos distritos?
- 6-) O que o senhor(a) acha da expansão imobiliária e turística nos distritos?
- 7-) O senhor(a) acredita que tais formas de expansão ocorrem da melhor forma?
- 8-) Quais são os projetos para o desenvolvimento turístico dos distritos?
- 9-) Quantas pessoas frequentaram as feiras, festas populares e festivais mais recentes nos distritos?
- 10-) Qual o público que procura pelo lazer nos distritos?
- 11-) Qual o incentivo que o poder público dá para o desenvolvimento do turismo?
- 12-) Qual o movimento do Posto de Informações turísticas? O que as pessoas buscam ao procurá-lo?
- 13-) De quais cidades vem o público que visita os distritos?

* Pelos entrevistados terem cargos e funções diferentes, não foram feitas as mesmas perguntas para todos. Porém, este questionário reúne todas as perguntas realizadas a todos os entrevistados.

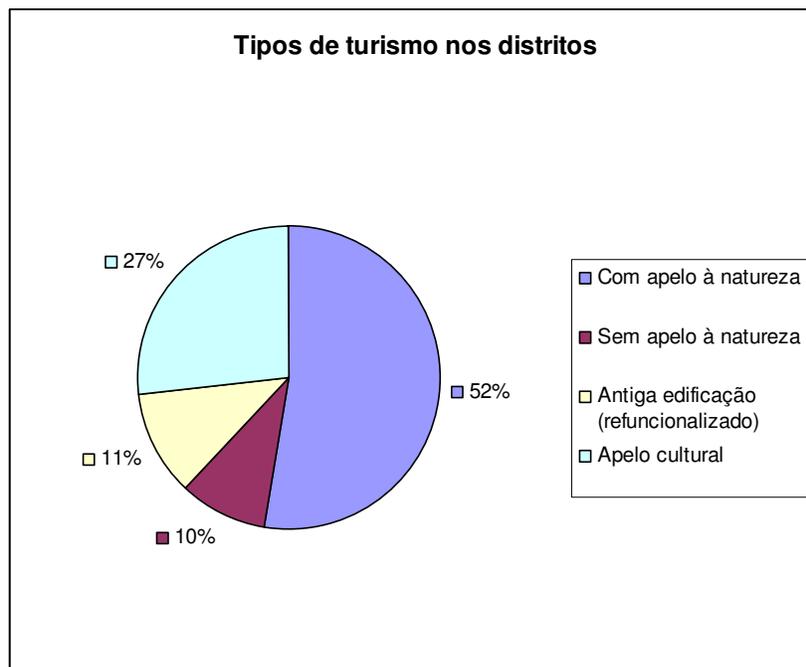
APÊNDICE D



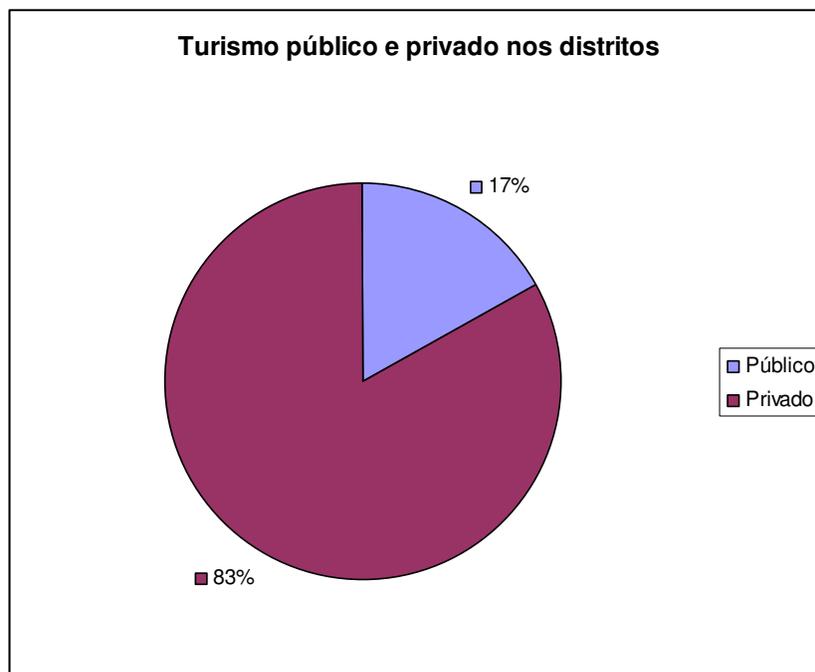
Fonte: FREITAS, 2008
Organizado pela autora

A legenda (A) apresenta os loteamentos que foram fechados nos distritos após a sua aprovação e funcionamento como convencional (abertos)

APÊNDICE E



Fonte: Pesquisas da autora, 2009



Fonte: Pesquisas da autora, 2009

APÊNDICE F

Estabelecimentos Gastronômicos – turísticos - de Sousas e Joaquim Egídio (continua)

Distrito	Estabelecimento	Tipologia	Desde	Descrição
Sousas	Cachaçaria Tradicional	Bar – Casa noturna	2006	Não possui apelo “rústico” e “natural”
	Barlacobaco Bar e Cozinha	Bar e Restaurante	2006	Denomina-se “rústico chique”
	Bouquet Garni	Restaurante	2000	Áreas verdes e rusticidade
	Ca’Di Mattone	Restaurante Italiano	2006	Rusticidade em antiga edificação
	Caribbean Bar	Casa noturna	2006	Não possui apelo “rústico” e “natural”
	Cartum Fun ´n Arts	Casa noturna	1998	Não possui apelo “rústico” e “natural”
	Casa da Fazenda	Restaurante	2004	Áreas verdes e rusticidade
	Casa Rio	Bar e restaurante	2008	Não possui apelo “rústico” e “natural”
	Deck Sousas Bar	Bar	1996	Rusticidade
	Espaço Malagueta	Bar e restaurante	2001	Áreas verdes e rusticidade
	Estação Capim Fino 1898	Restaurante	2003	Rusticidade em antiga edificação
	Excalibur	Casa de shows e eventos	1999	Não possui apelo “rústico” e “natural”
	Fogão Mineiro	Restaurante	2004	Áreas verdes e rusticidade
	Lê Trouquet	Bar e restaurante francês	1987	Não possui apelo “rústico” e “natural”
	Planet Fish	Restaurante/Pesqueiro	2004	Áreas verdes e rusticidade
	Peixe com Banana	Restaurante	2004	Áreas verdes e rusticidade
	Sinhá Joana	Restaurante	1990	Áreas verdes e rusticidade em antiga edificação
Joaquim Egídio	Bar da Cachoeira	Bar	1996	Áreas verdes e rusticidade
	Bar do Marcelino	Bar e restaurante	1988	Rusticidade em antiga edificação
	Café Maritaka	Café	1997	Áreas verdes e rusticidade
	Cambuquira	Restaurante	1999	Áreas verdes e rusticidade
	Dona Dinha	Restaurante	1998	Áreas verdes e rusticidade
	Empório Asiático	Restaurante	2004	Rusticidade em antiga edificação
	Empório São Joaquim	Restaurante	2003	Rusticidade em antiga edificação
	Feijão com	Restaurante	1991	Áreas verdes e

	Tranqueira			rusticidade
	La Campagna	Restaurante	1994	Áreas verdes e rusticidade
	Paióça do Caboclo	Restaurante	2000	Áreas verdes e rusticidade
	Estação Marupiara	Restaurante	1997	Áreas verdes e rusticidade
	Rancho São Joaquim	Restaurante	2005	Rústico em antiga edificação
	Restaurante da Capela	Restaurante	1989	Áreas verdes e rusticidade
	Velho Valentim	Restaurante	1988	Rústico em antiga edificação
	Vila Paraíso	Restaurante	1999	Áreas verdes e rusticidade

Fonte: Posto de Informação Turística, Prefeitura Municipal de Campinas, 2009

APÊNDICE G

Calendário de festas de Sosas e Joaquim Egídio

Distrito	Festa	Descrição	Local e Data
Sosas	Festa de Sant'Ana	Festa religiosa da padroeira do distrito. Procissão, missas e barracas com comidas típicas, além de shows musicais. Entrada livre	Praça Beira Rio – Julho
	Festa de São Sebastião	Festa religiosa. Entrada livre	Paróquia de São Sebastião – Janeiro
	Banho à Fantasia	Foliões fantasiados mergulham no Rio Atibaia no domingo anterior ao Carnaval	Clube Regatas – Fevereiro
	Empório G' Astronômico	Gastronomia e Astronomia unidas em um só passeio: todos os sábados dos meses em questão, um ônibus sai em direção ao Observatório Municipal. Os visitantes têm aula de astronomia e voltam para jantar em um dos restaurantes cadastrados neste passeio	Observatório Jean Nicolini, Restaurante Estação Marupiara e Restaurante Cumbuquira – Maio, Junho e Julho
	Festa Veneziana	Barcos enfeitados como as embarcações de Veneza navegam pelo rio Atibaia à noite.	Saída do Clube Regatas – Abril
Joaquim Egídio	Festa de São Joaquim e São Roque	Festa religiosa da padroeira do distrito. Procissão, missas e barracas com comidas típicas, além de shows musicais. Entrada livre	Praça, em frente à igreja – Agosto
	Festival Gastronômico	Principal evento gastronômico da região de Campinas. O cardápio é diferenciado e ainda conta com programação cultural	Participam do circuito os melhores estabelecimentos dos distritos – Agosto

Fonte: Posto de Informação Turística, Prefeitura Municipal de Campinas, 2009

APÊNDICE H

Eventos permanentes em Sousas e Joaquim Egídio

Distrito	Evento	Descrição	Local e Data
Sousas	Feira Vila das Artes	Feira livre com exposição de obras de artesãos locais	Praça Beira Rio, 1º domingo do mês, com música ao vivo
	Feira Vila dos Livros	Feira livre. Acontece junto com a Vila das Artes. As pessoas podem sentar pelo local e ler. Ainda podem trocar livros - (levam um e trocam por outro)	Praça Beira Rio, 1º domingo do mês, com música ao vivo
	Projeto Arte na Praça	Feira livre com exposição de obras de artesãos locais	Praça Beira Rio, 2º e 4º domingo do mês
Joaquim Egídio	Feira de Artesanato de Joaquim Egídio	Feira livre com exposição de obras de artesãos locais	Praça Igreja da Matriz, 3º domingo do mês

Fonte: Portal Sousas. Disponível em: <<http://www.portalsousas.com.br>>. Acesso em 30/06/2009

APÊNDICE I

Ecoturismo, Turismo Rural e Turismo de Aventura

Distrito	Estabelecimento	Descrição	Desde
Sousas	Amatrilha Ecoturismo	Agência especializada em ecoturismo. Promove trilhas e caminhadas.	A organização dos passeios ocorre desde 2004. Cada mês um trajeto diferente é realizado
	<i>Encanto Horse</i>	<i>Shows</i> com cavalos adestrados almoços mineiros	2001
	Fazenda Belmonte	Atividades como arvorismo*, tirolesa**, triciclo, quadriciclo, passeio a cavalo, de pôneis e trilhas. Aluga espaço para eventos	1998
	Fazenda Floresta Park	Passeios a cavalo, trilhas, pescaria, tirolesa, <i>tour</i> pelo sítio, além de café-da-manhã e almoço típicos da fazenda. Aluga espaço para eventos	2004
	Jardineira	Passeio por Sousas, Joaquim Egídio e Serra das Cabras “a bordo” de uma jardineira, onde o guia conta a história da APA	2007
	Parque Linear Ribeirão das Cabras	Trecho que liga o centro de Sousas à Estação Ambiental de Joaquim Egídio. Antigo caminho do bonde da extinta Cia. Ramal Férreo Campineiro, de 1894. Hoje, esse caminho foi consolidado pela população dos distritos como área de caminhadas e passeios.	O caminho existe desde 1894, mas foi consolidado pela população há cerca de dez anos
	Pesqueiro Recanto do Pacu	Pesca esportiva. Serve refeições	1993
Joaquim Egídio	Fazenda das Cabras	Eventos sociais e ecoturismo: trilhas e caminhadas para a terceira idade	1995
	Fazenda Santa Maria	<i>Tour</i> histórico e cultural pela fazenda,	1989

		café-da-manhã e Restaurante da Capela	
	Pousada Colinas Di Mônaco	Hospedagem, trilhas, passeios a cavalo, café-da-manhã, além de meditação e energização com cristais	1996
	Sítio Vila Bela	Caminhadas, trilhas, café-da-manhã colonial e almoço caipira.	2003

Fonte: Revista Absoluta, Ano II, nº 5, 2008

* Arvorismo: percurso de travessias entre as árvores com equipamentos específicos (atividade de aventura).

** Tirolesa: percurso em cabo aéreo ancorado horizontalmente entre dois pontos, pelo qual o aventureiro se desloca através de roldanas conectadas por mosquetões a uma cadeirinha de alpinismo (<http://www.wikipedia.org>. Acesso em 18/06/2009).

APÊNDICE J

Outros atrativos de Sousas e Joaquim Egídio

(continua)

Distrito	Atrativo	Descrição	Desde
Sousas	Ateliê Tauá	Cursos e oficinas de peças em cerâmica e vidro.	1996
	Cantinho das Artes	Expõe e oferece oficinas de arte em madeira, mosaico e argila	1999
	Ecomercado Avis Rara	Estabelecimento “sustentável” desde a arquitetura até os serviços e produtos oferecidos: restaurante orgânico e vegetariano, equipamentos ecológicos, livraria, arte, roupas e acessórios ecológicos, eventos culturais, construção sustentável e eco-paisagismo, além de ecoturismo (organização de passeios e trilha)	2002
	Espaço Verde Eventos	Eventos em áreas <i>naturais</i>	2002
Joaquim Egídio	Empório das Artes	Oficinas de peças de ferro, madeira sucupira e cerâmica	2004
	Estação Ambiental	Antiga estação ferroviária e parada do bonde que ficou ativo até os anos 1960. Hoje está sendo reconstruída para abrigar um centro para a preservação da	Desde 1917

		memória do distrito e espaço para atividades culturais e turísticas. Abrigava as reuniões do CONGEAPA em 2004	
	Inventor de Sonhos	Exposição permanente de obras em papel-machê. Apresentações de teatro de bonecos	2005
	Observatório Municipal Jean Nicolini	Pesquisas astronômicas e utilizado no turismo. Atividades educativas com escolas. Participa do Empório G´Astronômico	1977
	Portal Girassol	Eventos onde o diferencial é a "beleza e exuberância da natureza"*. Muitos casamentos atualmente são realizados lá	2000

Fonte: Portal Sousas. Disponível em: <<http://www.portalsousas.com.br>>. Acesso em 30/06/2009

* Disponível em: <<http://www.portalgirassol.com.br>>. Acesso em 26/06/2009.

ANEXO A

TABELA 1.2: Loteamentos fechados aprovados em Sousas (Fechamento de 1996 a 2007)¹

(continua)

Nome	Ano aprovação	Situação	Área da gleba	Nº lotes	Empreendedor	Área	Lot. existente	Lot. novo
Caminhos de San Conrado	1978	Fechado em 2000	2.340.009,43	2.170	Brasilinvest	Urbana	X	
Jd. Botânico I	1980	Fechado em 2000	332.100,00	201	Não informado	Urbana	X	
Jd. Botânico II	1986	Fechado em 2000	327.533,00	295	Não informado	Urbana	X	
Parque Jatibaia	1981	Fechado em 1996	195.472,70	315	Não informado	Urbana	X	
Colina das Nações	1988	Processo de erosão, Sem edificações	100.000,00	25	Imobiliária Campinas	Urbana	X	
Sorirama	Não informado	Fechado em 1999	208.982,00	Não informado	Não informado	Urbana	X	
Arboreto dos Jequitibás	1996	“Nasceu” fechado	307.324,00	236	Omaha Emp.	Urbana		X
Parque das Araucárias	2003	“Nasceu” fechado	242.000,00	139	Pratec	Urbana		X
Reserva das Araucárias	2003	“Nasceu” fechado	238.610,03	156	Pratec	Urbana		X
Resid. Jaguar	2004	“Nasceu” fechado	287.031,49	109	Não informado	Urbana		X
Resid. Ville Sainte Helene	2005	“Nasceu” fechado	417.083,82	299	Ambience Emp. Imobiliários	Urbana		X
Santa Ana do Atibaia	2007	“Nasceu” fechado	168.873,37	9	Não informado	Urbana		X
Três Pontes do Atibaia	2007	“Nasceu” fechado	3.155.000,00	1.207	Brasilinvest	Urbana		X
Colinas do Atibaia	Possui aprovação do INCRA	Acesso restrito. Uso urbano Irregular ²	5.083.374,00	186	Não informado	Rural com uso urbano	X	
Reserva da Floresta	Possui aprovação do INCRA	Acesso restrito. Uso urbano Irregular	398.650,00	Não informado	Não informado	Rural com uso urbano	X	

TABELA 1.2: Loteamentos fechados aprovados em Sousas (Fechamento de 1996 a 2007*)

(conclusão)

Nome	Ano aprovação	Situação	Área da gleba	Nº lotes	Empreendedor	Área	Lot. existente	Lot. novo
Bosque de Notre Dame	Possui aprovação do INCRA	Acesso restrito. Uso urbano irregular	Não informada	Não informado	Não informado	Rural com uso urbano	X	

FONTE: FREITAS, E.L.H. de. **Loteamentos fechados.** 2008. Tese (Doutorado) – Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOTA: Dados trabalhados pela autora

(1) Fechados pela lei 8736/96

(2) Todos de acesso restrito e uso urbano irregular possuem a aprovação do INCRA apenas para fins agrícolas, mas são parcelados e utilizados para fins urbanos

ANEXO B

TABELA 1.3: LOTEAMENTOS FECHADOS EM JOAQUIM EGÍDIO

Nome	Ano aprovação	Situação	Área da gleba	Nº lotes	Empreendedor	Área	Lot. existente	Lot. novo
Colinas do Ermitage	1977	Acesso restrito. Não informado ano do fechamento	823.054,00	293	Ermitage Hotéis E Turismo S/A	Urbana	X	
Morada das Nascentes	1977	Acesso restrito. Não informado ano do fechamento	699.556,87	195	Valimov Empr. Imob. Ltda	Urbana		X
Santana do Lapa	2007	“Nasceu” fechado	405.255,25	382	Antônio Andrade Emp. Imobiliários	Urbana		X
Terras Altas da Capoeira	Possui aprovação do INCRA	Acesso restrito. Uso urbano. Irregular ¹	Não informada	Não informado	Não informado	Rural com uso urbano	X	
Serra das Cabras	Possui aprovação do INCRA	Acesso restrito. Uso urbano Irregular	Não informada	Não informado	Arthur Diederichsel	Rural com uso urbano		X
Santa Margarida	Não informado	Acesso restrito e uso urbano ²	Não informada	Não informado	Não informado	Rural com uso urbano	X	

FONTE: FREITAS, E.L.H. de. **Loteamentos fechados.** 2008. Tese (Doutorado) – Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOTA: Dados trabalhados pela autora

(1) Todos de acesso restrito e uso urbano irregular possuem a aprovação do INCRA apenas para fins agrícolas, mas são parcelados e utilizados para fins urbanos

(2) Não conseguimos a informação se ele tem aprovação ou não, mas possui acesso restrito e uso urbano, portanto, consideramos irregular

ANEXO C

O mapa que será colocado aqui está em outro arquivo, no corel draw, já com título e com o nº da página correto.

ANEXO D

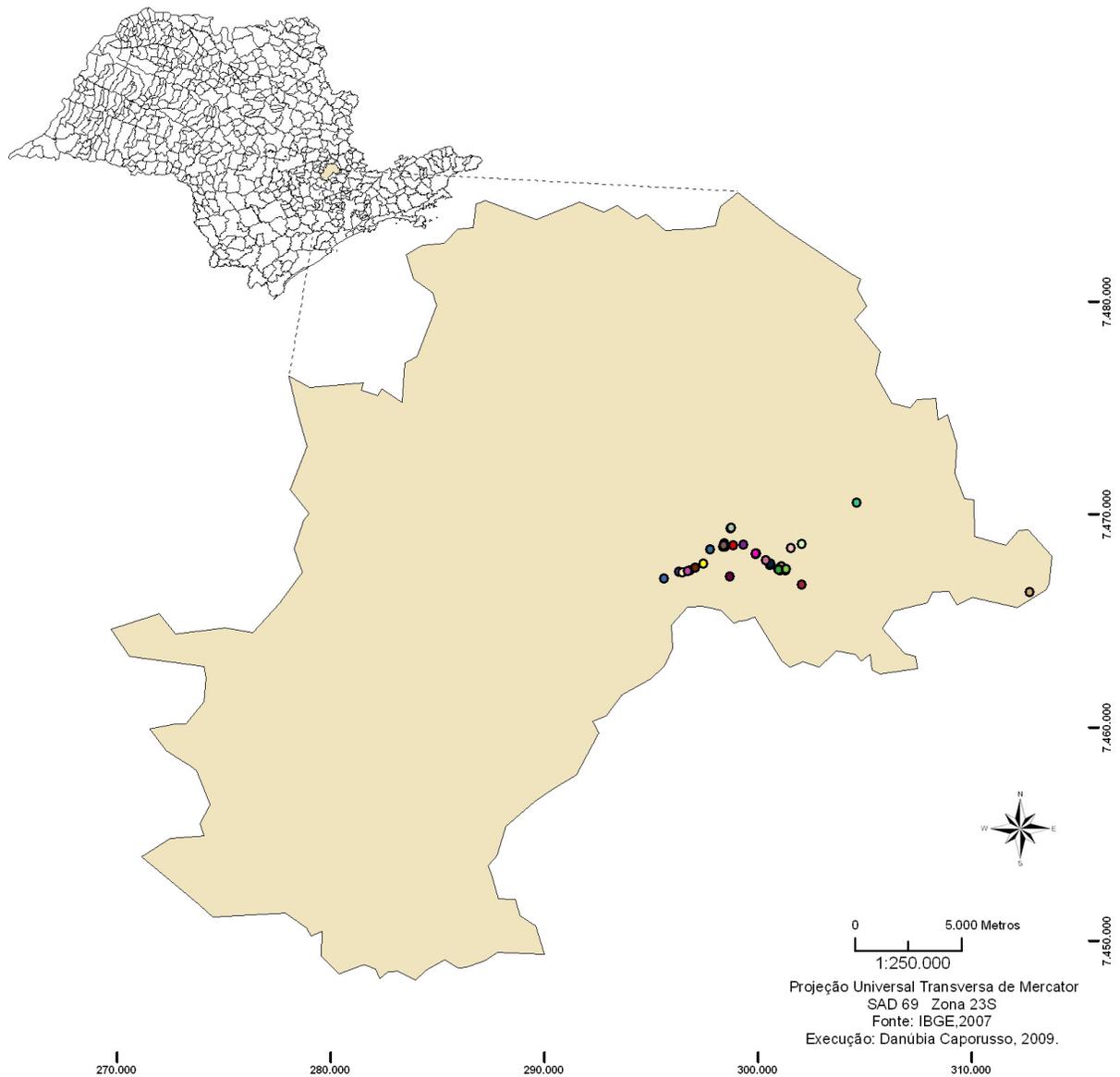
O mapa que será colocado aqui está em outro arquivo, no corel draw, já com título e com o nº da página correto.

ANEXO E

O mapa que será colocado aqui está em outro arquivo, no corel draw, já com título e com o n° da página correto.

ANEXO F

Estabelecimentos turísticos em Sousas e Joaquim Egídio



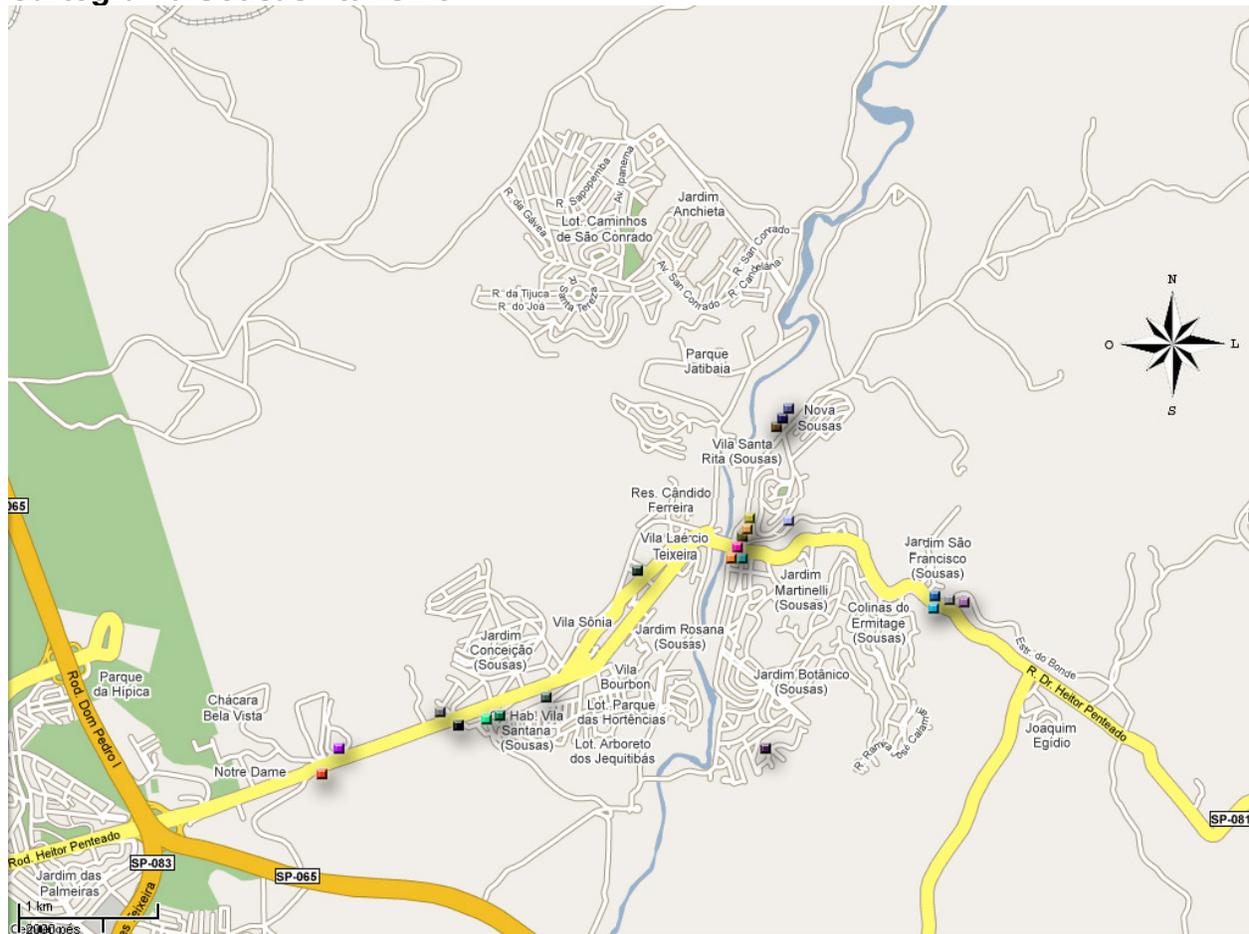
Legenda

■ Município de Campinas

- | | | | |
|---------------------------|----------------------------------|---|-----------------------------|
| ● Ateliê Tauá | ● Cartum | ● Estação Campim Fino | ● Paioca do Caboclo |
| ● Avis Rara | ● Casa Rio | ● Estação Marupiara | ● Peixe com Banana |
| ● Bar da Cachoeira | ● Casa da Fazenda | ● Excalibur | ● Planet Fish |
| ● Bar do Marcelino | ● Cumbuquira | ● Empório São Joaquim | ● Porta Girassol |
| ● Barlacobaco | ● Ca Di Mattone | ● Feijão com Tranqueira | ● Posto Turístico |
| ● Belmonte Entretenimento | ● Deck Sousas | ● Fogão Mineiro | ● Pousada Colinas Di Mônaco |
| ● Bouquet Garni | ● Dona Dinha | ● Fazenda Santa Maria/Restaurante da Capela | ● Pousada Vill'Atybaia |
| ● Café Maritaka | ● El Trouquet | ● Inventor de Sonhos Ateliê | ● Praça Beira Rio |
| ● Cantinho das Artes | ● Empório Asiático | ● La Campagna | ● Sinhá Joana |
| ● Caribbean Bar | ● Encanto Horse | ● Malagueta | ● Sítio Vila Bela |
| | ● Empório das Artes/Vila Paraíso | ● Observatório Jean Nicolini | ● Velho Valentim |
| | ● Estação Ambiental | | |

ANEXO G

Cartograma Sosas - turismo



Legenda:

- | | | |
|----------------------|---------------------------|-------------------|
| ■ Cartum | ■ Deck Sosas | ■ Fogão Mineiro |
| ■ Casa Rio | ■ Casa da Fazenda | ■ Encanto Horse |
| ■ Excalibur | ■ Pousada Vill'Atybaia | ■ Praça Beira Rio |
| ■ Caribbean Bar | ■ Planet Fish | |
| ■ Avis Rara | ■ Bouquet Garni | |
| ■ Le Trouquet | ■ Belmonte Entretenimento | |
| ■ Barlacobaco | ■ Ateliê Tauá | |
| ■ Peixe com Banana | ■ Malagueta | |
| ■ Estação Capim Fino | ■ Sinhá Joana | ■ Rio Atibaia |
| ■ Ca' Di Mattone | ■ Cantinho das Artes | |

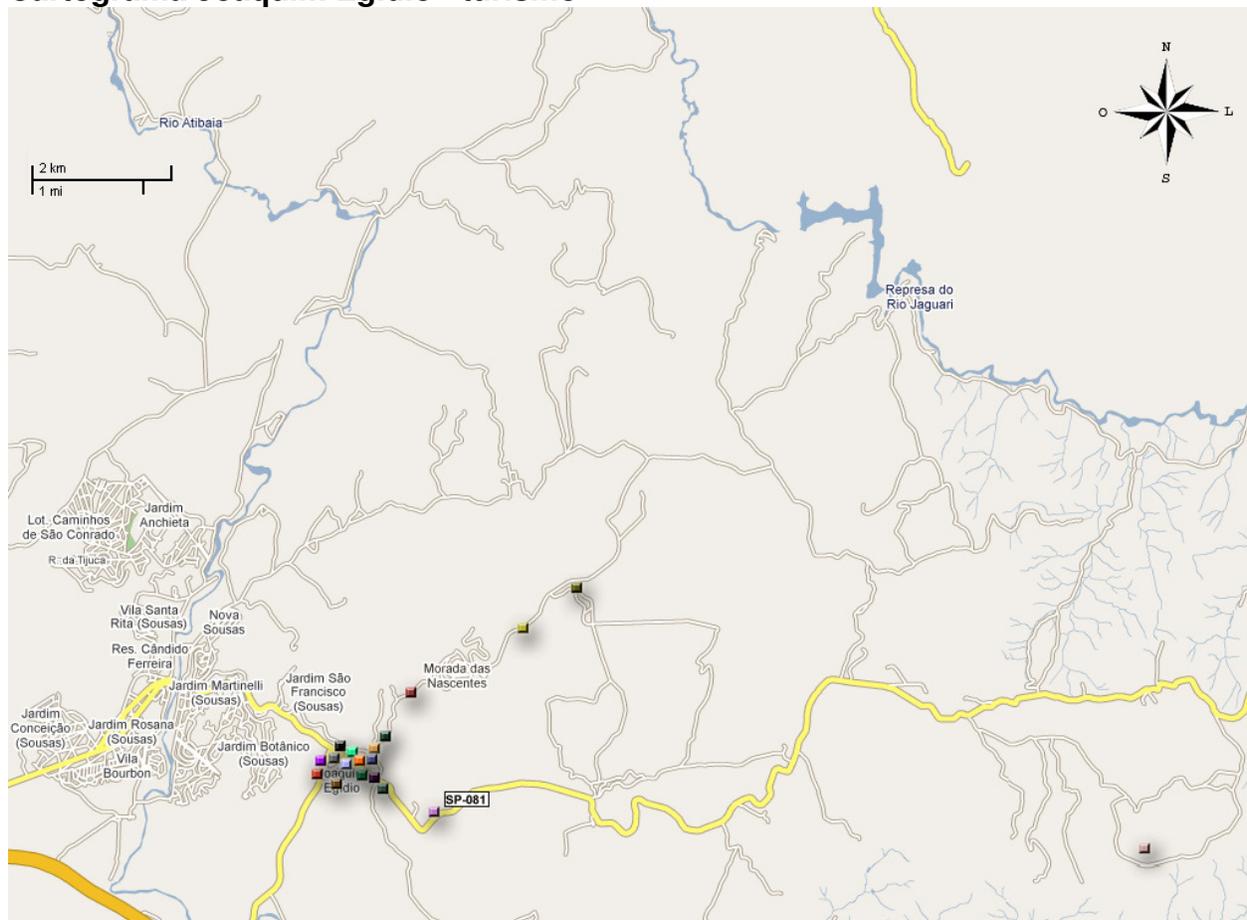
Município de Campinas



Fonte: *Google Earth*, 2009
Organizado por Marcelo Reina

ANEXO H

Cartograma Joaquim Egídio - turismo



Legenda:

- | | |
|--|------------------------------|
| ■ Dona Sinhá | ■ Sítio Vila Bela |
| ■ Inventor de Sonhos Ateliê | ■ Empório Asiático |
| ■ Velho Valentim | ■ Empório São Joaquim |
| ■ Bar do Marcelino | ■ Feijão com Tranqueira |
| ■ Cumbuquira | ■ Estação Marupiaira |
| ■ Café Maritaka | ■ La Campagna |
| ■ Empório das Artes / Restaurante Vila Paraíso | ■ Paiço do Caboclo |
| ■ Pousada Colinas di Mônaco | ■ Portal Girasol |
| ■ Bar da Cachoeira | ■ Observatório Jean Nicolini |
| ■ Fazenda Santa Maria/ Restaurante Capela | |

Município de Campinas



Fonte: *Google Earth*, 2009
Organizado por Marcelo Reina

ANEXO I

Propaganda Residencial *Ville Sainte Helene* (apoio *Arborea Ambiental*)



Parceiros Grandes parcerias valorizam o projeto

REALIZAÇÃO



ambience
empresendimentos
imobiliários

PROJETO URBANÍSTICO



casa de arquitetura

PROJETO DE PAISAGISMO



BURLE MARX & CIA LTDA

COORDENAÇÃO TÉCNICA



planurb

TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO



PLANEJAMENTO AMBIENTAL



planejamento.projeto.consultoria s/r/ ltda

PROJETO DE ADM. CONDOMINIAL

Itambé

PROJETO DE SEGURANÇA



Haganá

PROJETO ACADEMIA



PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE VENDAS



Fonte: Site Residencial *Ville Sainte Helene*. Disponível em <<http://www.helene.com.br>>. Acesso em 19/01/2009.